

**A China Formosa.
O Sonho Chinês.**

Actas

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO

Instituto Sun Wen_Song Qingling

孫文|S (Sun Yat Sen)_宋庆龄 (Soong Ching Ling)

Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China _ CCDPCh

葡萄牙-中国合作发展协会

Departamento Editorial da LAC.CEFOP Conimbriga (I&D)

Departamento Editorial da MC2P_ Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal

AUTORES

António dos Santos Queirós (Coord.)

Eduardo Catroga

Eduardo Pinheiro

Emílio Brogueira Dias

Luís Rego

ISBN 978-972-8659-47-9

Depósito Legal N° 441677/18

Edição 3.000 exemplares

Morada

Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China

葡萄牙-中国合作发展协会.

AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro

R. da Boavista - Zona Ind. de Taboeira

Alagoas Apartado 3184 3800 - 115 Aveiro

Web page e mail

<https://ccdpc.com/>

<https://www.facebook.com/CamaraDeCooperacaoEDesenvolvimentoPortugalChina/>

camaracoopdespch@gmail.com

Telefones

00351 910506370

Apoios

Município de Matosinhos

Impressão

SIMÕES & LINHARES, LDA

COMUNICAÇÕES

O SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

HISTÓRIA. FILOSOFIA POLÍTICA. REFORMA E ABERTURA.
ECONOMIA SOCIALISTA DE MERCADO.
SOCIALISMO ECOLÓGICO. A NOVA ROTA DA SEDA PARA A PAZ

António dos Santos Queirós

– 15 –

MATOSINHOS, TERRA DE MAR E DE HORIZONTES LARGOS

Eduardo Pinheiro

– 143 –

POSICIONAMENTO DA CHINA NA ECONOMIA GLOBAL E O INVESTIMENTO EM PORTUGAL

Eduardo Catroga

– 149 –

APDL, A SEA OF POTENTIALITIES

Emílio Brogueira Dias

– 181 –

SERVIÇOS FINANCEIROS, ESTÍMULO E COOPERAÇÃO ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA 促進中國與葡語系國家之間的融資服務及合作

Luís Rego

– 191 –

Estruturando a primeira INTERNATIONAL BUSINESS FAIR MATOSINHOS/PORTUGAL_APDL realizou-se no Auditório D. Henrique-APDL (Large Hall), a 3 de Março de 2017, a conferência cujas atas são agora publicadas, sob a forma das principais comunicações desenvolvidas pelos representantes de três setores fundamentais: a academia, a administração pública e o setor empresarial.

As contribuições de outros participantes, não menos relevantes, serão objeto de ulterior publicação.

A necessidade de elaborar cientificamente uma visão holística sobre a filosofia política, a história, o sistema político e a economia da República Popular da China_RPCh, apenas percecionados de forma fragmentária e as mais das vezes sob uma perspetiva eurocêntrica, conduziu a Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China_CCDPh, a integrar a nesta obra não apenas a comunicação mas também o texto desenvolvido que traduz o labor científico do seu investigador principal, realizado no âmbito do Instituto Sun Wen 孫文|S (Sun Yat Sen) _ Song Qingling 宋庆龄 (Soong Ching Ling); uma unidade orgânica autónoma da CCDPCh que tem por finalidade assegurar a investigação, a formação, e outros serviços especializados, no domínio dos Estudos Chineses, constituída sob a forma jurídica de uma associação científica, de livre adesão dos associados da CCDPCh, dotada de uma ampla autonomia e ligação às unidades e centros de investigação internacionais, na RPCh, em Portugal e no resto do mundo.

O pluralismo do pensamento científico que subjaz à autoria das comunicações aqui reunidas, contém igualmente um valor experimental que é intrínseco à construção da teoria científica, os seus autores são também agentes ativos da ação política, da economia e das finanças.

E amplia-se, no âmbito da comunicação linguística, através da opção por três línguas universais, sob sua escolha: o português, o inglês e o mandarim, que coexistem nesta publicação.

A escolha do município de Matosinhos, do porto de Leixões e da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo S.A , como co promotores do evento, resultou de uma opção simbólica para anunciar o advento de uma nova era de cooperação entre a China e Portugal, com os nossos portos atlânticos a servir de porta de entrada para a cooperação e intercâmbio da nova Rota Marítima da Seda do Século XXI com a União Europeia e via de acesso à Rede Europeia de Transporte Ferroviário.

“Without China, the world will be in recession”!

A China nunca mereceu dos especialistas sobre a economia asiática o epíteto de economia de vanguarda. Foi preciso esperar pela chegada do ano de 1997, que marca o início dos ciclos de crise e estagnação da economia da Coreia do Sul e dos *“Tigres Asiáticos”* (e da intervenção inconsequente do FMI).

Sigamos os acontecimentos naquele país: Em Outubro, a crise financeira no Sudeste Asiático atinge a economia sul-coreana. A Bolsa de Seul regista quedas vertiginosas. O país recorre ao FMI, que em Dezembro aprova um empréstimo de 58,3 mil milhões de dólares com outros organismos internacionais. Em contrapartida, o FMI exige aumento de impostos e dos juros, facilidades legais para demissão de trabalhadores e contratações temporárias, redução salarial e permissão para que o capital estrangeiro detenha mais de 50% das ações de empresas. O opositorista Kim Dae-Jung vence as eleições presidenciais com 40,3% dos votos e convoca a formação de um comité tripartido (empresários, trabalhadores e governo) para discutir a superação da crise, mas prossegue a política anterior. O comité celebra um acordo para liberalizar demissões e contratações de mão-de-obra temporária. A central sindical KCTU anuncia uma greve geral, mas decide suspendê-la por causa da crise económica. A queda nas bolsas continua, as reservas do país caem para 6 mil milhões de dólares e 20 mil pequenas e médias empresas decretam falência. Os chaebol - grandes conglomerados que dominam a economia sul-coreana, em dificuldades, fecham empresas deficitárias e concentram investimentos nos sectores mais dinâmicos. O governo, cumprindo o acordo com o FMI, liquida companhias e bancos com problemas financeiros e anuncia a privatização de 11 empresas estatais. O desemprego, que atinge 7% da força de trabalho (contra 3% antes da crise), provoca greves e protestos. O PIB cai 5,8% em 1998. Graças ao elevado custo social, à queda expressiva nas importações e no consumo, a Coreia do Sul fecha 1998 com uma balança de pagamentos externa de 38 mil milhões de dólares e reservas de 57 mil milhões de dólares, enquanto as exportações crescem...Até à próxima crise!

O desenvolvimento das relações económicas regionais, impulsionadas pela China, constitui-se então como um fator decisivo para controlar este ciclo: as crises modernas, quaisquer que sejam as formas assumidas, continuam a ser crises de superprodução e agora de endividamento nacional agravado por juros especulativos, a RPCh, o seu imenso mercado, ininterrupto crescimento que atingiu os dois dígitos e imensas reservas de capital, torna-se, paradoxo do nosso fim de século (e do modelo económico dominante), a tábua de salvação para as economias capitalistas da Ásia...e do Mundo! E não nos referi-

mos apenas àquela época, ou ao pico da crise financeira de 2007-2008, que evoluiu nos países mais dependentes para crise da dívida soberana e depois crise austeritária: é o FMI quem enfatiza o diagnóstico, neste ano de 2017, “*Without China, the world will be in recession*”!

“According to the International Monetary Fund-the official arbiter of global economic metrics-the Chinese economy accounts for 17.3 percent of world GDP (measured on a purchasing-power-parity basis). A 6.7 percent increase in China’s real GDP thus translates into about 1.2 percentage points of world growth. Absent China, that contribution would need to be subtracted from the IMF’s downwardly revised 3.1 percent estimate for world GDP growth in 2016, dragging it down to 1.9 percent-well below the 2.5 percent threshold commonly associated with global recessions...”

In 2016, China was the world’s largest economy for the second year in a row. It produced \$21.3 trillion in economic output.

The European Union was in second place, generating \$19.2 trillion..

The United States fell to third place, producing \$18.6 trillion.”¹

¹ Citado de Stephen S. Roach. “The author, a faculty member at Yale University and a former chairman of Morgan Stanley Asia, is the author of *Unbalanced: The Codependency of America and China*.”

Keys and goals of the I Conference of Matosinhos _APDL about socialism market economy and the Silk Road Economic Belt, China's Belt and Road for Peace

The contemporary political philosophy of China has been flourishing in the last three decades, as a result of reform and overture.

Even if influence of Confucius's and Tao's philosophies, which crossed the modern period, and remains the object of strong debates, is ignored, new streams created a second universe, where the philosophical tradition is fused with the Western philosophy.

Our stand point and research pathway departs from those sources, to analyze the scientific and political substance of political philosopheme created in China: e.g. New Democracy; Socialism with Chinese characteristics; Socialism market economy...The Five Principles of Peaceful Coexistence; *"One Country, Two Systems"*; Theory of the *"three represents"*; The Scientific Outlook on Development; The Silk Road Economic Belt. China's Belt and Road Initiative...

Our goal is to develop in the university a more solid scientific background to research China contemporary political philosophy and put this knowledge at the service of civil society, entrepreneurship and public administration.

This project proposes to research the concepts of political philosophy in modern China, using a critical perspective to the dominant standpoint that reduces this issue to a single kind of thinking, departing from an emotionally conditioned approach that considers and judges other societies by Western culture's criteria only.

Originality and innovative nature of the project, including the relevance of the expected results in the broad scientific area of the project

Our perspective of research wants to be independent, not apologetic and cover all philosophical streams.

The research line will focus on trying to discover the complex and dialectical connection between classic Chinese political philosophy, ethics and moral, from Confucius Ethics and Politics and moral of Tao, to the contemporary political thought of the leaders Sun Yat Sen, Mao, Deng, Jiang Zemin, Hu Jintao... poorly understood, but, also, to the unknown and actual *"Letting a hundred flowers blossom and a hundred schools of thought contend."*

The influence of Western Philosophy in China is relatively recent and always the object of a critical outlook, from the early stage of Sun Yat Sen and

Mao works, to the enlarged step of last thirty years of reform and overture.

Considering the two sources, classical Chinese philosophy and Western philosophy, this project is focused in the concept of state and proposes to analyze the contribution of the political Chinese philosophy to the path of “*socialism with Chinese characteristics*”; querying the controversy concerning the political nature of the Chinese state: “*Hybrid model of quasi-state capitalism and semi democratic authoritarianism?*” (Times Revue) or, a “... *socialist democracy: the system of people’s congresses, the system of multi-party cooperation and political consultation, the system of regional ethnic autonomy, and the system of self-governance at the primary level of society...*” (CCP)

Special attention will be given to some domains, as the People’s Republic of China Defense White Papers and the “*New Security Concept*”: no hegemony; no power policies; no the arms race; no military alliances.

And to the evolution of the judicial system, a major component of the political system, in the context of Judicial System and Reform Process.

Last but not the least, the research of the contemporary political and economic paradox questioning whether the Chinese “socialist market economy” creates the conditions for a new phase of capitalist globalization.

Two methodological routes: negative heuristics, which leads to rejecting certain propositions about China, and a positive heuristics, which consents to build a new core of scientific propositions not falsifiable, will be relevant to the expected results: academic planning and strategic development of Chinese political philosophy studies in the University and, its development within the culture of scientific, educational and political cooperation, together with a specific contribution to a peaceful Silk Road Economic Belt and the 21st-Century Maritime Silk Road.

O Socialismo com características Chinesas

História. Filosofia Política. Reforma e abertura.
Economia Socialista de Mercado. Socialismo ecológico.
A nova rota da seda para a paz

António dos Santos Queirós

*Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de Filosofia
Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal China-CCDPCh*

ÍNDICE

1. **A ORIGEM DO SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS
E A GRANDE ESTRATÉGIA PARA A PAZ** 23
 - II Guerra Mundial, a guerra de resistência do povo chinês contra a agressão japonesa
 - A Assembleia Nacional Popular
 - Os Partidos Democráticos
 - Conferência Consultiva Política do povo chinês. Estrutura e composição

2. **A FILOSOFIA POLÍTICA DA NOVA CHINA** 37
 - O pensamento original de Mao sobre o Socialismo e os seus erros na historiografia oficial
 - Deng Xiaoping Theory
 - Thought of three represents
 - Scientific outlook on development

3. **A NOVA DEMOCRACIA E A SEGUNDA ETAPA DE TRANSIÇÃO PARA
O SOCIALISMO DE CARATERÍSTICAS CHINESAS** 45
 - O projeto de uma sociedade moderadamente próspera no centenário do PCCH
 - A base constitucional da economia socialista de mercado
 - A linha geral da economia socialista de mercado
 - A linha política das reformas: o império da lei e a luta contra a corrupção e pela gestão ambiental sustentável. Mais autonomia de gestão local
 - A reforma judicial na China. “O Império da Lei”
 - Reforço da cooperação internacional
 - Promover a igualdade na educação

4. **A TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL DA RPCH NO SÉCULO XXI** 61
 - 1949-1976.
 - O período da extensão e industrialização da agricultura e da construção das infraestruturas e indústrias de base
 - 1976-2005.
 - O período de abertura e reforma, dando prioridade ao crescimento económico e urbano e ao desenvolvimento energético e tecnológico, com base no carvão e na deslocalização, do ocidente para a China, das indústrias poluentes e à expansão do turismo sem preocupações de sustentabilidade ou de reabilitação do património
 - 2005-2017.
 - O período da transição para uma economia ecológica, para a sociedade socialista ecológica e a China formosa

5. **PLURALISMO, INCONFORMISMO E DISSIDÊNCIA NA CHINA** 81
 - Que cem flores desabrochem e cem escolas rivalizem
 - Chinese think-tankers and political theorists
 - New right: neoliberal and anti- keynes (Zhang Weiyong)
 - Carta o8

New leftism

O partido comunista da china, que desconhecemos

6. A, B, C DO MERCADO CHINÊS	87
Disposições legais sobre as horas de trabalho e os salários	
O purchasing power parity da China	
O comércio eletrónico chinês	
O turismo internacional da China e Portugal	
Perspetiva de evolução do turismo da china	
7. O SOCIALISMO ECOLÓGICO E A NOVA ROTA DA SEDA	119
A mudança nos estatutos e o programa do PCCh no 18º congresso	
A china formosa	
O sonho chinês	
Cooperação sul-sul	
Brics	
Breves notas sobre o investimento chinês em portugal, mito e realidade	
One belt, one road, and one world	
O novo canal do panamá e a porta atlântica da europa para a nova rota da seda	
6 Reasons why starting a trade war with china is a bad idea	
8. A ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO DA CCDPCh	137
BIBLIOGRAFIA	139

RESUMO

1. A ORIGEM DO SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS E A GRANDE ESTRATÉGIA PARA A PAZ

Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa: China, o Aliado Esquecido (Forgotten Ally) . Os Partidos Democráticos, a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e a Assembleia Nacional Popular.

2. A FILOSOFIA POLÍTICA DA NOVA CHINA

A construção do socialismo com características chinesas, por etapas e períodos.

A Nova China de Mao Zedong: A Longa Marcha para o socialismo e os erros de Mao na Historiografia oficial do PCCh. As lições da Guerra da Coreia e as reformas do estado chinês: o papel dos militares, os marechais. Peng Dehuai e Nie Rongzhen.

A Reforma e Abertura de Deng Xiaoping: O programa das quatro modernizações: agricultura, indústria, forças armadas, ciência e tecnologia e os 4 princípios cardiais. A Teoria das três representações de Jiang Zemin; “...*build spiritual civilization as well as material and political civilizations, and to combine ruling the country by law and ruling the country by virtue*”; reforçar a ação do Ministério Público contra a corrupção: golpear “*as moscas*” quer “*os tigres*”. A perspectiva científica como base do desenvolvimento de Hu Jintao: *the strategy of rejuvenating the country through science and education and that of sustainable development*.

3. A NOVA DEMOCRACIA E A SEGUNDA ETAPA DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO DE CARACTERÍSTICAS CHINESAS

O projeto de uma sociedade moderadamente próspera no centenário do PCCh.

A economia socialista de mercado: A base constitucional da economia socialista de mercado; a linha geral da economia socialista de mercado; governance, as relações entre o governo e o mercado; a linha econômica das novas reformas: da abertura ao exterior à abertura em todos os sentidos; zonas econômicas especiais, de desenvolvimento econômico e tecnológico e francas; desenvolver a economia de propriedade mista;

A linha política das reformas: o império da lei e a luta contra a corrupção e pela gestão ambiental sustentável. *China 2030 Building Modern, Harmonious, and Creative High-Income Society*.

mais autonomia de gestão local; reforço da cooperação internacional; aproximar o desenvolvimento rural e urbano; a reforma judicial na China. “*O império da lei*”; reforma do sistema fiscal e tributário, as taxas verdes; promover a igualdade na educação;

A Segurança Social da República Popular da China. Da compaixão imperial à Nova China. Os cinco apoios sociais e o di-bao, a garantia mínima de vida. Análise crítica do sistema. O(s) paradoxo(s) chinês. Conclusões críticas relevantes para o caso português.

4. **A TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL DA RPCH NO SÉCULO XXI**

Poluição e Aquecimento Global. A responsabilidade da China. A dimensão da crise ambiental na China e os esforços para a sua superação, problema de relevância mundial: Três períodos distintos em conexão com o modelo de desenvolvimento económico da China, entre 1949 e 2017.

5. **PLURALISMO, INCONFORMISMO E DISSIDÊNCIA NA CHINA**

Que cem flores desabrochem e cem escolas rivalizem. *Chinese think-tankers and political theorists*. A carta 08.

6. **O PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, QUE DESCONHECEMOS**

China, 1949_RPChina 2016.

Leis do trabalho, salário mínimo nominal e salário real.

As Redes sociais e o perfil dos agentes do mercado; Weibo e Weixin; Alibaba, o clímax do “*Dia dos Solteiros*”.

Comércio externo, indicadores: custos de exportação e importação, tempo de abertura de uma empresa e eficiência dos tribunais. Portugal e o mercado do turismo internacional chinês. As estatísticas do turismo chinês em Portugal e o seu significado. Evolução das cadeias de valor. A criação de produtos turísticos ibéricos.

Perspetivas de evolução do Turismo da China.

7. **O SOCIALISMO ECOLÓGICO E A NOVA ROTA DA SEDA**

A mudança nos estatutos e programa do PCCh no 18º congresso_2012. A 12ª Assembleia Nacional Popular. A 12ª Conferência Política Consultiva do Povo Chinês. O sonho chinês. A China formosa.

A China e a nova ordem internacional. A China e a OMC. *6 reasons why starting a trade war with China is a bad idea*.

A China e os BRICS. Uma Nova Rota da Seda para a Paz.
Breves notas sobre o investimento chinês em Portugal, mito e realidade.

One Belt, One Road linking Eurasian. O novo Canal do Panamá, o Porto de Sines, porta atlântica da Europa e a importância estratégica do porto de Leixões.

8. **A ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO DA CCDPCH**

A Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China_ CCDPCh e as quatro linhas estratégicas propostas pela Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China.

1. A ORIGEM DO SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS E A GRANDE ESTRATÉGIA PARA A PAZ

II Guerra Mundial, a Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa²

Em 18 de Setembro de 1931 o exército japonês, acantonado no Nordeste da China³, iniciou uma campanha militar que lhe permitiu ocupar as províncias de Liaoning, Jiling e Heilongjiang, ricas em madeira, minerais e petróleo e ameaçar Shanghai, criando a república fantoche do Manchukuo.

Em 1935 e explorando a política de não resistência do Kuomintang inspirada e apoiada pelas potências coloniais inglesa e dos EUA que continuavam a controlar a maior parte das exportações chinesas⁴, os militaristas japoneses passaram ao assalto de todo o norte da China, contando com a colaboração dos setores mais retrógrados da sociedade chinesa. O povo chinês passou à resistência e criou a Frente Única Nacional Anti japonesa. As potências ocidentais, na Europa como na China, prosseguiram na sua política de cedências e apenas a URSS, que assinara com o Governo nacional da China um pacto de não-agressão, enviou em sua ajuda assessores militares e esquadrilhas aéreas voluntárias, recursos financeiros e materiais. Em 7 de Julho de 1937, dois anos antes da ocupação da Polónia, as forças armadas japonesas avançaram sobre Pequim e Tianjin para conquistar toda a China. Uma vez mais, é necessário acertar o calendário da história da II Guerra Mundial. O Japão imperial definiu o objetivo da sua estratégia nacional como de *“estabelecer uma nova*

² Consultar o ensaio, abundantemente documentado, do professor de Oxford Rana Mitter, *Forgotten Ally: China's World War II, 1937-1945* Sep 2, 2014. Mariner Books, Houghton Mifflin Harcourt, Boston, Massachusetts.

³ Esta ocupação remonta à primeira guerra sino-japonesa e marca o início da transformação do Japão em potência imperialista. A Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) foi um conflito entre o Japão e a China, fundamentalmente pelo controle da Coreia. Em Março de 1895, os dois países assinaram o tratado de Shimonoseki e a China aceitou a cedência de Taiwan, das Ilhas dos Pescadores e de Liaodong ao Japão.

⁴ A Inglaterra do séc. XIX e da segunda Revolução Industrial, na demanda de mais matérias-primas a baixos preços e mercados consumidores para os seus produtos industrializados, ocupou a Índia, mas apenas conseguiu forçar a abertura do porto de Cantão na China. A economia deste país, era não só autossuficiente, como exportava para o ocidente chá, seda e porcelana, o que lhe assegurava um elevado superavit nas trocas comerciais, de tal modo que o seu PIB superava em 8 vezes o da potência Inglesa. Esta, com os americanos e depois com todas as outras potências da época, recorreu primeiro à exportação ilegal de ópio para o mercado chinês, o que se tornou numa calamidade nacional (em 1835, 450 toneladas para 450 milhões de habitantes) e depois, através de duas guerras conduzidas pela sua marinha de guerra, abriu sucessivamente ao comércio da droga os portos de Fuzhou, Xiamen, Ningbo e Xangai, além de ocupar Hong Kong, e mais tarde outros cinquenta portos, enquanto se apoderava dos segredos de produção do chá, que passou a produzir em concorrência noutras colónias. A economia chinesa caiu em ruínas e todas as suas classes sociais sofreram duramente, dando início aos movimentos políticos que derrubaram o sistema imperial e fundaram a República Democrática em 1911. Seguiu-se um período de guerra civil interna contra os caudilhos militares e grandes proprietários acantonados no Norte e Nordeste da China e noutras regiões remotas, como o Tibete, que sobreviveram à queda do seu imperador, o período denominando da Revolução Democrática, liderada pelo partido Kuomintang, que na sua fase democrática e nacionalista federou comunistas e democratas (até 1927). Quando o Japão, uma das potências estrangeiras instalada nas concessões coloniais, ocupa a região da Manchúria, a China encontrava-se em plena guerra civil, confrontando agora os comunistas e as forças democráticas com o novo Kuomintang, anticomunista mas também antiliberal, que integrara muitos dos senhores da guerra e fazia do Exército Popular de Libertação, do seu programa de Reforma Agrária e Nova Democracia para a China, o principal inimigo.

ordem na Ásia Oriental” e desdobrou-a para a China sob a consigna de “combater os comunistas”, visando assim obter a neutralidade benevolente das potências democráticas ocidentais. A estratégia militar japonesa tinha como objetivo converter a China na base de retaguarda para a Guerra no Pacífico. A sua estratégia operacional, em tudo semelhante à “*guerra relâmpago*” concebida pelos estrategas nazis para Europa, tinha como objetivo conquistar em três meses as grandes cidades chinesas de Shangai a Guangzhou (Cantão), e os seus principais portos, avançando a partir das linhas férreas que partiam de Pequim e Tianjin, cercando e aniquilando os corpos de exército chineses com fulminantes “*operações de limpeza*”. Esta estratégia, que visava aterrozar o inimigo e impedir qualquer resistência, atingiu o horror no massacre de Nanquim, a capital do Kuomintang, a 13 de Dezembro de 1937. Durante seis semanas, após bombardeamentos massivos e indiscriminados, mais de 300.000 soldados e civis chineses foram massacrados, fuzilados e enterrados vivos, o dobro das baixas que resultaram do lançamento das bombas atómicas sobre Hiroxima e Nagasáqui. Nas áreas que controlavam, procuraram organizar uma administração fantoche, recrutando setores do Kuomintang e formando milícias, anexaram as empresas, controlavam todos os recursos estratégicos e prosseguiram o terror com a política de “*responsabilidade solidária de dez lugares*”, a pena de morte para dez famílias por cada uma que se envolvia na luta de resistência.

Contra as bases de apoio anti japonesas criadas na retaguarda dos territórios conquistados, pelo Partido Comunista e as forças democráticas, nas zonas rurais e também nas áreas disputadas pela guerrilha, realizavam sucessivas “*campanhas de limpeza*”, de “*depuração*” e de “*desgaste*” e de “*fortalecimento da ordem pública*”, recorrendo mesmo à utilização de gases tóxicos e à guerra biológica, acontecimento único em todas as teatros do conflito mundial, que ainda hoje mortifica os descendentes das vítimas

O Governo do Kuomintang nunca implantou nas regiões sob a sua autoridade um regime democrático e, sistematicamente, prosseguiu as suas campanhas militares para cercar e aniquilar as bases do Exército Popular de Libertação. Os seus líderes, ligados aos setores exportadores e financeiro, acumularam gigantescas fortunas de guerra, enquanto a inflação dos bens essenciais e dos impostos esmagava o povo. Em nenhuma região implementaram as medidas de reforma agrária. A sua estratégia de guerra convencional conduziu à perda das principais cidades e províncias da China, que caíram sucessivamente sob o domínio japonês.

Na sua ofensiva no Pacífico, contra os EUA e as colónias inglesas, o Japão lançou 400.000 soldados, deixando em reserva, para defesa do seu território, outros tantos. Para conquistar a China e enfrentar a resistência do seu povo, teve de concentrar neste país a maior parte dos seus soldados, um exército de 1.300.000 soldados. Os invasores japoneses e as tropas que recrutaram localmente sofreram na China mais de 1.714.000 baixas, das quais 524.000 soldados japoneses. Aquando da rendição, em 2 de Setembro de 1945, 1.280.000

efetivos do exército japonês depuseram as armas. A contribuição estratégica da China para a derrota do fascismo mundial foi decisiva e custou ao seu povo, se usarmos os critérios atuais que incluem as baixas colaterais, sobretudo como resultado da penúria, da fome e das doenças epidêmicas, da guerra química e biológica a que o Japão recorreu em larga escala, 35 milhões de baixas, que podemos comparar com as baixas americanas de 340.000 mortes, japonesas, 2.630.000, alemãs, 6 milhões e soviéticas, 25 milhões (sem contar ainda as baixas colaterais) ou o holocausto de 6 milhões de judeus.

Na China da primeira república de Sun Yat Sen, durante a guerra de resistência contra o japonês e na guerra civil de 1946 a 1949, os partidos democráticos e uma fração do Kuomintang aliaram-se ao Partido Comunista e, após a sorte das armas lhes ser favorável, acordaram no programa e na constituição de uma nova forma de regime a que chamaram República Popular da China. A aliança política forjada na resistência contra o Japão e consolidada neste período levou à convocação da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês em Pequim, entre 21 e 30 de Setembro de 1949, que, antes da constituição da Assembleia Nacional Popular eleita por sufrágio universal, assumiria as suas funções. A República Popular da China foi proclamada a 1 de outubro, por Mao Tse Tung, o seu primeiro presidente. Neste contexto histórico, os textos seguintes, que registam os três períodos de fundação dos diferentes partidos democráticos, permitem entender a sua origem e a marca histórica original do “*socialismo de características chinesas*”.

Os presidentes dos comitês centrais dos oito partidos democráticos são regularmente vice-presidentes do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular e da Comissão Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

A Assembleia Nacional Popular

A Assembleia Nacional Popular_ ANP é enquadrada pela Constituição da RPCh como o órgão do poder nacional supremo. Todos os cidadãos com idade superior a 18 anos têm o direito de eleger e ser eleito como representante da ANP. Os representantes da assembleia popular do nível de aldeia e distrito são eleitos diretamente. Os representantes para os níveis mais altos são eleitos indiretamente, a partir daquelas assembleias.

A ANP é composta por representantes eleitos em todas as províncias, regiões autónomas, municípios autónomos e no exército. As assembleias populares de todos os níveis têm o mandato de 5 anos e realizam anualmente uma sessão plenária, funcionando regularmente através do seu Comitê permanente eleito.

As funções básicas da ANP incluem a produção legislativa, a eleição dos órgãos superiores do estado e a supervisão, com destaque para o plano quinquenal.

Cabe à ANP eleger e demitir os principais líderes chineses: o presidente da República (Xi Jinping), o presidente do Comitê Permanente da ANP. O primeiro-ministro do Conselho de Estado (Li Keqiang) e os seus ministros. O presidente

da Comissão Militar do Comitê Central do Partido Comunista da China. O presidente e o vice-presidente do Supremo Tribunal Popular. A Procuradoria Popular. Estas 3 últimas funções diferem dos poderes atribuídos geralmente às Assembleias legislativas das democracias liberais. Assembleia Nacional Popular (ANP) da China em 2017 era composta por 3.000 deputados, que elegeram, por voto secreto, o presidente Zhang Dejiang e 13 vice-presidentes: O presidente e 8 vice fazem parte do PCCh: Li Jianguo (FNSindicatos), Wang Shengjun (ex-presidente do Supremo Tribunal Popular), Wang Chen, Shen Yueyue (G. Feminino), Ji Bingxuan, Zhang Ping (CNDReforma), Qiangba Puncog y Arken Imirbaki. Os outros 5 representam os partidos democráticos: Chen Changzhi (ANCDCh), Yan Junqi (APDCh/F), Wan Exiang (KMT, TPS), Zhang Baowen (LDCh) y Chen Zhu. (PDCOCh/ex Ministro Saúde). Quimanga Puncog, un tibetano e Arken Imirbaki da região autónoma uigur de Xinjiang, representam as minorias étnicas.

A ANP elegeu um Comitê Permanente de 161 membros a partir de uma lista alargada de 174 candidatos. Cada deputado possui assim uma quadrupla capacidade de voto: elege, sempre por voto secreto, o Presidente e vice-presidentes da ANP; o Presidente do Comitê Permanente da Comissão Militar do Comitê Central do Partido Comunista da China; e os membros do Comitê Permanente da ANP. Além do governo.

O princípio da revogação permanente dos mandatos em conformidade com a lei e a democracia

Parece-me igualmente relevante e uma reforma política de alcance universal, a decisão dos comunistas chineses de limitar todos os mandatos partidários e do Estado, nos diferentes níveis, como no caso dos órgãos supremos do Estado, com dois mandatos de cinco anos, representando uma resposta mais adequada à perversão do poder democrático, pelo culto da personalidade nos regimes socialistas e pela constituição de círculos de poder oligárquicos nas outras democracias, que se perpetuam por dezenas de anos, e facilmente se transformam em centros de tráfico de influência e mesmo de corrupção, sobretudo com a promiscuidade que se estabelece entre os lugares ocupados nos ministérios e nas ricas administrações das maiores empresas.⁵

E a disposição constitucional chinesa que coloca de novo a questão da possibilidade de revogação permanente do mandato dos eleitos, a partir do controle e decisão soberana dos congressos e eleitores que os elegeram.⁶

⁵ No ano de 2018, as 13^a Conferências da CCPC e ANP, votaram a possibilidade de prolongar a estadia nos cargos de Presidente e Primeiro Ministro para além de 2 mandatos de 5 anos, sem modificar o sistema de escrutínio, consulta e eleição em vigor, com fundamento na consonância entre a duração dos mandatos no PCCh e nesses órgãos, e afirmando que tal medida se destina a reforçar a liderança do partido no período de construção do socialismo para uma Nova Era.

⁶ Karl Marx retirou esse preceito, a possibilidade de revogação permanente dos cargos do estado socialista pelos seus eleitores, a partir das lições extraídas da Comuna de Paris e o mesmo princípio foi aplicado nos primeiros soviets.

Os Partidos Democráticos

Por serem sistematicamente ignorados por analistas e estudiosos, mesmo o que viveram e trabalharam na China, reafirmemos a sua origem e características fundamentais. Em conjunto, representam mais de 1.099.000 militantes.

O Comitê Revolucionário do Partido Kuomintang da China resulta de uma cisão do Kuomintang e foi fundado em 1948 por personalidades democráticas oriundas desse partido e patriotas de outros setores, atualmente com 127.930 membros. O presidente do Comitê Central deste Partido é Xu Jialu.

A Liga Democrática da China fundada em 1941 e reorganizada em 1944. Este partido é formado principalmente por intelectuais que trabalham nos setores cultural e educacional. A Liga conta com 282.000 membros, tendo Ding Zhongli como presidente de seu Comitê Central.

A Associação da Construção Democrática da China nasceu em 1945, a maioria de seus membros são empresários e intelectuais das empresas industriais e comerciais nacionais. A organização conta com 170.000 membros, tendo Hao Mingjin como presidente do Comitê Central.

A Associação de Fomento da Democracia da China nasceu em 1945. A maior parte de seus membros são intelectuais de alto e médio nível que trabalham nos setores educacional, cultural e científico. Possui 156.808 membros, tendo Xu Jialu como presidente do Comitê Central.

O Partido Democrático Camponês e Operário da China remonta a 1930. Sendo constituído como uma aliança política, o partido é formado principalmente por intelectuais de alto e médio nível que trabalham nos setores médico e sanitário, científico, tecnológico, cultural e educacional. Incorpora 145.000 membros e tem Chen Zhu como presidente do Comitê Central.

O Partido Zhi Gong foi fundado em 1925 por chineses que voltaram com os seus familiares ao país. Hoje reúne 48.000 membros, tendo Wang Gang como presidente do Comitê Central.

A Sociedade de três de Setembro foi fundada em 1946 por intelectuais de alto e médio nível dos setores científico, tecnológico, cultural, educacional e médico. É composta por 167.218 mil membros e tem Han Wu Weihua como presidente de seu Comitê Central.

A Liga para a Democracia e Autonomia de Taiwan nasceu em 1947, fundada por personalidades da província de Taiwan residentes no Continente chinês. Inclui 3.000 membros, tendo Zhang Kehui como presidente.

Deixamos para um outro ensaio, a análise aprofundada da história e orgânica do próprio partido Comunista da China, porque ela implicaria um trabalho de uma envergadura que não cabe num ensaio multitemático; assinalamos apenas que conta hoje com mais de 89 milhões de filiados e seguiremos a sua evolução através das principais contribuições para a filosofia política e para a construção do socialismo com características chinesas.

Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Estrutura e Composição

Na estrutura superior do poder conservou-se a Comissão Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e os seus órgãos locais, com funções de consulta política e supervisão democrática, compostos por representantes do Partido Comunista da China, partidos democráticos, personalidades não partidárias, entidades populares, todas as minorias nacionais e todos os sectores sociais, incluindo as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, Taiwan e chineses regressados do exterior, com mandato de cinco anos.

Em setembro de 1949, a primeira sessão plenária da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, funcionando como Assembleia Constituinte, anunciou, em nome de todo o povo chinês, a fundação da República Popular da China. Após a eleição da primeira Assembleia Popular Nacional da China em 1954, a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês evoluiu como órgão supremo de supervisão da democracia popular, avaliando a conformidade das leis e regulamentos nacionais com a aplicação dos princípios da Constituição e intervindo para as melhorar e aperfeiçoar (mal comparado, é uma espécie de híbrido administrativo entre Conselho de Estado, Senado e Tribunal Constitucional, que elege desde a base e sectorialmente (34 setores) os seus delegados e líderes, representando todas as forças vivas da nação chinesa, mas sem um caráter de última instância, funcionando como um fórum negocial).

O Conselho Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês é composto por representantes do Partido Comunista da China, partidos democratas, personalidades sem partido, delegações populares, representantes de todas as etnias e todos os círculos, compatriotas da Região Administrativa Especial de Hong Kong, compatriotas da Região Administrativa Especial de Macau, compatriotas de Taiwan, bem como as personalidades convidadas especiais.

O Conselho Nacional da CCPPC integra três organizações de massas nacionais_ O Conselho Económico e Social da China, o Comité da China para a Religião e a Paz e o Instituto da Teoria da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. O 11o Comité Nacional da CCPPCh (2008-2012) compunha-se de 2.237 eleitos, representativos de 34 grupos sociais de toda a China. Os seus membros apresentaram um total de 28.930 propostas de alteração legislativa, nos cinco anos de exercício.

Os Conselhos locais da CCPPC são criados em três níveis, ou seja, no topo, a nível das províncias, regiões autónomas e municípios diretamente sob tutela do Governo Central; num nível intermédio, nas denominadas “*autonomous prefectures and cities at prefectural level*”, uma espécie de sub regiões; e a nível de base, nos condados, condados e cidades autónomos, a nível municipal e distritos sob a jurisdição das cidades, conforme as condições locais. No final

de 2008, havia 3.118 Comitês locais da CCPPC em todos os níveis, com um total de 632.000 membros.

Os Conselhos locais da CCPPC em todos os níveis são eleitos por cinco anos. A composição, formação, principais responsabilidades e estrutura organizacional dos conselhos locais e do seu comitê permanente são determinados com base na carta da CCPPC tendo em conta as condições reais das suas localidades e a prática da Comissão Nacional do CPPCC.

O Conselho Nacional da 11^a CCPPC era composto por um total de 2.237 membros, dos quais 895, ou seja 39,99%, são membros do PCCh e 1.342 ou 60,01%, não são membros do PCCh. Existem 393 membros mulheres, representando 17,6%. Há deputados que representam os 56 grupos étnicos da China. Além disso, entre os membros estão os líderes de todos os principais grupos religiosos na China, compatriotas de Taiwan, celebridades de todas as esferas da vida social em Hong Kong e Macau, especialistas que são cidadãos chineses de origem estrangeira e figuras representativas de estratos sociais novos que vão surgindo no processo de mudança social.

O 2.200 membros do 12^o Comité Nacional (Comité ou Conselho) da CCPP-Ch elegeram, por voto secreto, o novo presidente Yu Zhengsheng e 23 vice-presidentes, entre os quais diversos líderes de partidos democráticos, entre eles Han Qide de la Sociedad “*Jiu San*”, Luo Fuhe da Associação para a Promoção da Democracia na China, Qi Xuchun do Comité Revolucionário do Partido Kuomintang (KMT), Chen Xiaoguang da Liga Democrática da China. Ma Peihua da Associação Nacional para a Construção Democrática de China e Liu Xiaofeng do Partido Democrático dos Camponeses e Operários da China. Wan Gang, presidente do Partido Zhigong e ministro da Ciência e Tecnologia foi eleito vice- presidente. A tibetana Pagbalha Geleg Namgyai. Lin Weny, presidente do Comité Central da Liga Democrática de Autogoverno de Taiwan, Wang Qinmin, presidente da Federação Nacional da Indústria e Comércio da China. Dois chefes executivos das Regiões Administrativas Especiais da China: Tung Chee-hwa de Hong Kong e Edmund Ho Hau Wah de Macau.

A China é um estado de direito, com um sistema hierarquizado de tribunais populares e uma Procuradoria independente.

Os 5 princípios da coexistência pacífica e a grande estratégia para a paz

Foi o partido Comunista da China que, antes de nenhuma outra força política, e sob o risco de perder os seus principais apoios económicos e tecnológicos, denunciou o carácter imperialista da política da URSS de Brejnev e da democracia americana de Johnson, mas desenvolveu com esses países uma política de paz, comércio livre e intercâmbio científico, técnico e educativo. A sua diplomacia, frequentemente acusada de pragmatismo, visa desenvolver relações amistosas com todos os países, com base nos cinco princípios de

coexistência pacífica enunciados em 1954 por Chu-En-Lai⁷: respeito mútuo pela soberania e pela integridade territorial, não-agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de outros países, igualdade e benefício recíproco, e resolução pacífica dos conflitos. Vejamos alguns exemplos atuais da aplicação desta política internacional.

Um país, dois sistemas

A RPChina, ao mesmo tempo que estabelecia os 5 princípios da coexistência pacífica, introduziu nas ciências políticas um novo paradigma que baralha os dogmas das doutrinas políticas, “*um país, dois sistemas*”, que foram consignados nos acordos de devolução da soberania de Hong Kong e Macau, por um período de transição de 50 anos. Hong Kong e Macau constituem formas originais de pluralismo, que não é redutível ao modelo instituído de alternância de dois partidos politicamente semelhantes.

Nenhum regime de democracia ocidental foi alguma vez tão longe no plano da democracia política institucional, ao nível do dualismo no próprio estado.

A Questão do Mar do Sul da China e a preservação da paz, da liberdade e da segurança

O Mar do Sul da China é o maior do mundo, com uma área total próxima dos três mil milhões de km², com inúmeras ilhas, recifes e uma longa costa, objeto de partilha e de conflitos pontuais, como é o caso das Ilhas Paracel (Hoang Sa), Spratly (Truong Sa) e Mischief Reef. Disputam a sua soberania alguns dos países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) sobretudo o Vietname e as Filipinas, mas também a China, que reclama o exercício da sua jurisdição desde há mais de dois mil anos. De fato, os mapas antigos da China e os anais locais, testemunham a administração milenar chinesa sobre as ilhas Nansha (que pertencem ao arquipélago das Spratly) e águas adjacentes. A ASEAN, uma coligação de países asiáticos promovida pelos EUA durante a Guerra Fria, evoluiu posteriormente para a cooperação pacífica com a República Popular da China, sobretudo nos últimos trinta anos de Reforma e Abertura, abrangendo agora 10 países, com a adesão do Brunei, Vietname, da Birmânia, do Laos e do Camboja, além dos fundadores, Indonésia, Malásia, Tailândia, Singapura e Filipinas. A importância estratégica do Mar do Sul da China reside no fato que mais de metade da tonelagem da navegação mundial atravessa este mar, representando pelo menos 15% do comércio marítimo, ligando o Nordeste Asiático e a zona Ocidental do Pacífico ao Oceano Índico e ao Médio Oriente. Países como o Japão e a Coreia do Sul e o território de

⁷ Adotados pelo Movimento dos Não-Alinhados em 1961.

Taiwan, são abastecidos de petróleo, numa percentagem superior a 80% do seu consumo, através destas rotas, igualmente vitais para a China, porque 70% de seu comércio e 80% das importações de energia atravessam o Mar do Sul da China.

A origem do conflito e a sua superação no âmbito da cooperação ASEAN-China

No final dos anos 1960, após a descoberta de recursos de petróleo e gás na região, as Filipinas e outros países da ASEAN começaram a ocupar alguns territórios das ilhas Nansha.

O processo de negociação internacional da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção, concluído em 1982 e que entrou em vigor em 1994, conduziu, paradoxalmente, os países em todo o mundo a intensificar as suas iniciativas e reivindicações sobre a soberania dos mares. Atualmente, a China exerce a sua soberania sobre 8 ilhas e recifes, considerando este mar sob administração chinesa desde a sua utilização pelos pescadores na Dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C). Já na nossa época, invoca os termos do Tratado imposto pela França colonialista em 1887, que dividiu o Golfo de Tonkin; e lembra que, durante a Segunda Guerra Mundial, após a ocupação pelo Japão das ilhas Nansha e a vitória das nações democráticas contra o fascismo, as conferências do Cairo e de Potsdam devolveram à China a soberania sobre aqueles territórios, situação que foi amplamente reconhecida pela comunidade internacional, até ao início da guerra fria e, mais recentemente, a descoberta de potenciais riquezas petrolíferas e minerais nesta zona.

O Vietname ocupa 25 ilhas, reclamando a totalidade das Spratly e as Paracel, invocando o fato de, antes da conquista da independência da França, estarem sob administração colonial daquele país. A Malásia ocupa 6 ilhas e reivindica 12, entrando igualmente em conflito com as pretensões das Filipinas e do Vietname. Taiwan administra a maior ilha das Spratly. E as Filipinas, que ocupa 8 destas ilhas, reclama a quase totalidade da área, invocando a tradição de descoberta dos seus marinheiros e a proximidade geográfica. O Brunei não ocupa nenhuma, mas reivindica também direitos de soberania. Perante o conflito de interesses, que envolve vários países, sobretudo o Vietname, a Malásia, a China e as Filipinas, e porque a paz, a liberdade e a segurança do mar do Sul da China é vital para mais de 80% da atividade comercial da China, o seu governo promoveu já em 1997 a assinatura da Declaração Conjunta sobre “*A Cooperação ASEAN-China Rumo ao Século XXI*”, a qual, além de incluir a contribuição chinesa para um pacote financeiro de apoio aos países ASEAN mais afetados pela crise financeira asiática, defendeu a paz, a liberdade e a segurança do Mar do Sul da China. Posteriormente, em 4 de Novembro de 2002, foi subscrita por todos os países, a “*Declaração do Código*

de Conduta no Mar do Sul da China”, por ocasião da Cimeira ASEAN/China de Phnom Penh, que assegura:

- a liberdade de navegação e sobrevoo no Mar do Sul da China;
- a resolução dos diferendos territoriais por via pacífica e sem recurso à força;
- autocontenção em matéria de iniciativas potencialmente conflituosas, como a ocupação de locais desabitados, e o reforço da confiança mútua, nomeadamente, através da comunicação prévia sobre a realização de exercícios militares;
- o desenvolvimento da cooperação na proteção das espécies marinhas e na investigação científica;
- o reforço da cooperação em matéria de segurança da navegação.

Novas ameaças ao caminho da paz, da liberdade e da segurança

Este acordo regional e a institucionalização de uma prática política de negociações pacíficas bilaterais, pôs fim aos conflitos, esporadicamente violentos, que envolveram o Vietname, a China e as Filipinas, embora a disputa multilateral continue. E seria reforçado em 2003, pela adesão da China ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) do Sudeste Asiático, que fortaleceu a via negocial e da cooperação pacífica, a igualdade e o respeito pela soberania das nações envolvidas.

O recente recurso ao Tribunal Internacional de Haia, por iniciativa do ex-governo filipino, não teve o apoio dos seus parceiros na ANSEAN, rompeu a tradição de resolução dos diferendos através de negociações bilaterais e regionais e pôs em causa a já mencionada Convenção mundial sobre o direito do mar. Viola mesmo o acordo político designado por “*Consultas sobre o Mar do Sul da China e Outras Áreas*” (1995), através da qual a China e as Filipinas reafirmaram o compromisso de resolver as disputas por meio de negociações. Mas as autoridades das Filipinas abandonaram unilateralmente a prática de consultas regulares sobre assuntos marítimos entre a China e as Filipinas e promoveram a abertura de um processo de arbitragem no Tribunal Internacional de Haia, sem consulta prévia ao governo chinês. Esta ação contraria o direito da China à escolha dos meios para a resolução de litígios, conforme garante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O artigo 298 da Convenção exclui mesmo a utilização de procedimentos compulsórios, como a arbitragem, na resolução de controvérsias sobre a delimitação territorial e marítima. Assim, também do ponto de vista do direito internacional, o pedido de arbitragem pelas Filipinas carece de fundamento legal, e o tribunal que decide o caso não tem jurisdição sobre o assunto.

O processo do Tribunal de Haia, no pano político, não pode ser dissociado da existência na União Europeia de novas correntes políticas que defendem, simultaneamente, o retorno ao nacionalismo dos impérios e o tratamento

discriminatório da China, no comércio e na política internacional. Nos EUA, surgiu mesmo uma corrente política belicista, que apoiou o candidato republicano à presidência e que ganhou adeptos nos partidos conservadores de todo o mundo, denominada doutrina da 3ª Guerra Mundial, que coloca o mar do Sul da China como um dos epicentros dessa 3ª guerra, em conjunto com a fronteira euroasiática da Europa e o continente africano, e perspectiva o acordo de comércio transatlântico, em fase de negociação entre a União Europeia e os EUA, como instrumento dessa visão estratégica. Recentes incidentes com navios de guerra de potências estrangeiras que cruzam o Mar do Sul da China, criaram novos focos de tensão internacional e abrem um precedente perigoso para a resolução pacífica dos diferendos. Em plena consonância com a CCDP-Ch pronunciamos-nos, neste momento grave, em favor do prosseguimento da via negocial e pacífica, guiada pela história comum, o direito internacional e os acordos bilaterais e regionais entre os países envolvidos, como o único caminho para a salvaguarda de paz, da liberdade e da segurança no Mar do Sul da China.

Em defesa da paz e da unidade da China. A questão de Taiwan

Num período crucial para o futuro de Taiwan e da China, o presidente e o secretário-geral da Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal China_CCDPCh, decidiram vir a público expressar os seus votos de continuidade da política comum de cooperação e de aproximação pacífica, assente desde, 1992, no acordo de princípio de “*uma só China*”.⁸ Imbuídos desse espírito e inspirados pelo encontro histórico de Novembro de 2015, que reuniu o presidente cessante de Taiwan e o presidente Xi Jinping, os responsáveis pela CCDPCh têm promovido encontros bilaterais e apoiado as missões comerciais e culturais que procuram promover o intercâmbio entre Portugal e a China, integrando nesse processo a sociedade taiwanesa.

Saudámos a política de pacificação e cooperação entre a China e Taiwan, de que resultaram mais de 20 acordos bilaterais, como um contributo para o desenvolvimento harmonioso das duas economias e uma opção estratégica correta para fortalecer o clima de paz e amizade entre as nações daquela região do mundo e retirar a economia taiwanesa do período de estagnação em que tem vivido.

É neste contexto, que encaramos com sentida preocupação as proclamações da nova maioria parlamentar que afirma dar prioridade à lei de supervisão dos acordos com a China e que apela ao novo governo de Taiwan para congelar não só os seus planos de acordo de comércio em bens com a China, mas também a entrada no Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas e o ingresso de capital chinês na indústria de projetos de circuitos integrados.

⁸ Y Ping Chow presidente da CCDPCh e o autor deste texto.

Consideramos igualmente que a intervenção de outros governos, encorajando esta viragem política, constitui uma ingerência inaceitável nos assuntos internos da China e não visa o bem-estar e a defesa da causa da paz.

Acreditamos no valor supremo da paz e da cooperação entre os povos como o único caminho para o bem comum da humanidade e pugnaremos sempre pelo fortalecimento das relações internacionais com base nos nossos princípios estatutários: igualdade, reciprocidade, benefício mútuo, não ingerência e resolução pacífica dos conflitos.

O futuro da União Europeia e a questão do reconhecimento pela UE da China como economia de mercado

A Constituição da República Popular da China classifica a sua economia como “*economia socialista de mercado*” e apesar da diferença de regimes políticos, as relações UE-China não deixaram de se desenvolver desde 1975, regidas pelo acordo de cooperação UE-China de 1985 e outros sete acordos juridicamente vinculativos, de tal modo que o mercado chinês se tornou no principal mercado exportador da UE e a UE no segundo maior mercado exportador da China, ao longo da última década.

Com o desencadear da crise financeira nos EUA em 2007 e 2008 e a sua extensão aos principais bancos europeus, que sofreram prejuízos colossais com a desvalorização dos produtos derivados gerados pela bolha imobiliária, esta relação comercial constitui o travão decisivo para evitar o colapso da economia da UE e a sua transformação numa crise mundial. Em Abril passado e por larga maioria, o Parlamento Europeu votou para recusar à China o estatuto de economia de mercado, acusando este país de dumping comercial, isto é, de o estado chinês subsidiar as exportações dos seus produtos para a União Europeia_UE.

O governo da República Popular da China protestou, invocando o tratado de adesão da China à Organização Mundial do Comércio_ OMC, que estabelece esse reconhecimento após um período de transição de 15 anos, e que termina em Dezembro de 2016, o qual vincula todos os membros da OMC, como é o caso da UE. Mais argumenta o governo chinês que o Reino Unido, a Holanda e os países nórdicos já reconhecem a sua economia como uma economia de mercado, além de outros 80 países, que incluem a Rússia, o Brasil, a Nova Zelândia, a Suíça e a Austrália. A própria Alemanha afirma pretender apenas defender os seus setores económicos mais sensíveis.

Chinese investments and contracts

Selected European Countries. 2005 - Jun 2014 (\$bn)

	BRITAIN	FRANCE	ITALY	GERMANY	GRECE	PORTUGAL
Agriculture	2,3	0,6				
Energy	4,9	6,6	3,5	0,5		4,0
Finance	4,8			0,9		1,4
Real Estate	7,1		0,5	2,3	0,1	
Tech	0,2	0,8	2,4	0,7		
Transport	1,7	1,6	0,5	1,0	5,2	
Others	2,7	1,1		0,6	0,1	
TOTAL	23,6	10,6	6,9	5,9	5,5	5,4

Source: Heritage Foundation

Fig. 1

O não reconhecimento da economia da China como economia de mercado abre o caminho ao protecionismo, particularmente na área da produção do aço, e à aplicação de taxas punitivas sobre os produtos chineses, conforme anunciaram os ministros do comércio da França e da Alemanha e o porta voz da AEGIS Europe, o lóbi industrial que lidera a propaganda contra esse reconhecimento, em nome da defesa da indústria e dos seus trabalhadores europeus. Este slogan, politicamente atrativo, ignora no entanto o risco de outros setores económicos, da indústria e da agricultura, e que em conjunto representam para a UE mais de 80% dos negócios lucrativos com o mercado chinês, nomeadamente, a exportação para a China do vinho europeu, de peças de automóvel ou de veículos, de equipamentos de produção de energias renováveis, poderem vir a ser as maiores vítimas de uma estratégia de confronto, que provoca sempre “*danos colaterais*” entre os que estão indefesos.

Neste contexto, a Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China, apelou aos deputados, às confederações nacionais e ao governo da República, para que defendam em Bruxelas uma política de compromisso e de resolução amigável dos diferendos, na base do estrito cumprimento dos tratados internacionais livremente assumidos.

2. A FILOSOFIA POLÍTICA DA NOVA CHINA

O pensamento original de Mao sobre o socialismo e os seus erros na historiografia oficial

Durante o período da revolução democrática na China, Mao elaborou uma estratégia original para o socialismo, onde o lugar da classe operária foi substituído pela grande massa dos camponeses, e os primeiros sovietes chineses surgiram nas zonas rurais controladas pelo exército vermelho, como os instrumentos embrionários de uma nova democracia que visava realizar a Reforma Agrária da China semifeudal, dominada então pelos caudilhos militares proprietários de vastos latifúndios e libertar o país da ocupação japonesa a Nordeste e das potências ocidentais, que controlavam os principais portos da China e a sua vasta costa; começava a nascer “o socialismo de características chinesas”, que Mao teorizou como uma longa marcha por etapas, que passou pela etapa da Guerra Popular e da Frente Única contra o Japão, para chegar à Nova Democracia fundada pela República Popular da China, a utopia comunista universal (a extinção do estado com o advento do comunismo mundial) como ideário, com o fim de qualquer tipo de estado opressor, mas não como regime a instituir de imediato, esse seria o do “socialismo com características chinesas”, adaptado às condições históricas deste vasto país com 56 nacionalidades, planeado para ser construído durante mais de cem anos.

Na Constituição chinesa o socialismo é definido como um período longo e faseado onde

“A base do sistema económico socialista da República Popular da China é a propriedade pública socialista dos meios de produção, designadamente a propriedade de todo o povo e a propriedade coletiva do povo trabalhador. O sistema de propriedade pública substitui o sistema de exploração do homem pelo homem e aplica o princípio «de cada um conforme as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho» No período inicial do socialismo, o Estado persiste no sistema económico fundamental, tendo como principal a propriedade pública mas com o desenvolvimento conjunto da economia de propriedades diversificadas, e, no sistema de distribuição, tendo por princípio «a cada um segundo o seu trabalho» com a coexistência de meios diversificados de distribuição.” (Artigo 6º)

O Grande Salto em Frente e a Revolução Cultural

A autoridade política de Mao, intacta nos primeiros anos da RPCh e os sucessos económicos e sociais, que, partindo da entrega da terra a 500 milhões de camponeses, permitiram minorar as tremendas destruições provocadas pela guerra e iniciar o combate à fome milenar que, naquela época, as desgraças do conflito agravaram ao extremo, a ajuda técnica, financeira e em especialistas da URSS, a contribuição dos “*empresários patriotas*” que tinham encontrado refúgio nos países vizinhos, encorajaram a direção do PCCh a lançar uma campanha nacional de industrialização e coletivização aceleradas, que visava multiplicar a produção de aço e alimentos, fomentar a indústria e reconstruir as infraestruturas do país, a qual ficou conhecida como “*O grande salto em frente (1956/1960)*”. A coletivização extrema nos campos, com a criação de gigantescas comunas populares, aumentou temporariamente os níveis de produção, mas conduziu igualmente a graves desequilíbrios ambientais. O baixo nível científico e tecnológico como base do desenvolvimento industrial resultou em progressos efêmeros e numa baixa qualidade dos produtos. Cumulativamente, a perda de apoio da URSS, que o PCCh criticava por evoluir para uma política “*social imperialista*” e a violência das calamidades naturais que atingiram a China nesse período, deixaram um rasto de fracasso, crise ambiental e não erradicaram a fome. Os críticos do regime político chinês falam de milhões de mortos provocados pela fome e miséria que sobreveio, como se estes flagelos não fossem uma herança do feudalismo chinês, da pilhagem internacional dos seus recursos e do saque e destruição infligidos por quinze anos de ocupação japonesa. Aquela estatística não tem nenhuma fonte credível e faz tábua rasa da história contemporânea da China e dos avanços sociais que acompanharam todos os períodos de evolução da República Popular da China. A crise do período do Grande Salto em Frente não impediu que, durante esse espaço temporal, fosse sendo construído um sistema básico de saúde e educação, de repartição social da riqueza produzida e de avanço científico e tecnológico. Como adiante se documenta no mapa de evolução do PIB da China, este não caiu durante este período nem no da “*revolução cultural*”, embora a sua subida seja muito pequena. Provocou igualmente uma fratura interna na estrutura dirigente do PCCh, com o surgimento de críticas à política de Mao, que conduziria a sua direção a mudar de rumo inicialmente e depois a lançar um contra-ataque, que devastou sobretudo o seu próprio partido, os seus aliados intelectuais e deixou novas e mais graves sequelas no ambiente e no património da China, promovendo o confronto violento entre grupos e frações, a denominada Revolução Cultural (1966/1976), dirigida pelo Presidente e pelos seus Guardas Vermelhos, contra o renascimento do capitalismo, pelo igualitarismo e contra o papel dirigente do PCCh e a sua política de frente única!?

A direção do PCCh evoluiria depois, com o apoio de Mao, para o afastamento do poder dos radicais que dirigiram este processo, reabilitando os quadros da velha guarda, que corajosamente se lhe opuseram ou, simplesmente,

foram presos, destituídos dos órgãos da administração e dos cargos políticos ou, deixados para morrer na prisão.

As lições da Guerra da Coreia e as reformas do estado chinês

O homem era o fator decisivo na guerra! Até chegar o conflito da Coreia e enterrar sobre as montanhas azuis dois milhões de mortos coreanos e chineses, fulminados pelos céus a longa e segura distância.

O marechal Peng Dehuai, comandou as forças chinesas na Coreia, e entendeu melhor que ninguém que a consigna de Mao_o homem é o capital mais precioso na guerra, tinha de ser acompanhada pela modernização tecnológica militar. Criticou a estratégia de Mao do Grande Salto em Frente, após o que foi marginalizado e uma das vítimas dos guardas vermelhos na Revolução Cultural, tendo sido posteriormente reabilitado. O marechal Nie Rongzhen, líder da investigação nuclear (1950) e aeroespacial (1960), enquadrou essa modernização na linha do desenvolvimento nacional e da subordinação dos interesses militares às necessidades políticas de progresso, harmonia e paz, estabelecidas pela Constituição da RPCh e pelos seus órgãos de estado, consulta e aliança política, a Assembleia Nacional Popular e a Conferência Consultiva Nacional do Povo Chinês.

O socialismo com características Chinesas. O Pensamento de Deng Xiaoping e a Reforma e Abertura

Evocámos a origem e percurso singular da república Popular da China, para entender o socialismo com características chinesas.

Após a morte de Mao, Deng Xiaoping, um comunista veterano da Longa Marcha, com experiência de direção no partido e no governo e que tinha sido afastado dos lugares de liderança com a acusação de “economicismo”, elaborou com Chu-En-lai o programa das “*Quatro Modernizações*” (da agricultura, da indústria, das Forças Armadas e das atividades de ciência e tecnologia), aprovado no Terceiro Plenário do XI Comité Central (Dezembro de 1978). Completado logo a seguir com a abertura à economia mundial, através do sistema das zonas económicas especiais (ZEEs), que o Secretário Geral do PCCh Zheo Ziyang (XIII Congresso, 1987) ampliou a toda a zona costeira e que previa a integração da China no “*grande círculo internacional*”.

A posição oficial do Partido Comunista da China_PCCh em prol da reforma e abertura, postula que só pode desenvolver-se atualmente um país que se integre na economia global: a China elaborou o seu conceito de “*socialismo de mercado*”, atraindo na primeira fase a diáspora empresarial nos países e regiões vizinhas, dirigindo-se depois para a América e a Europa, criando regras claras e dando garantias aos capitalistas internacionais que queiram

investir no seu país, atraindo os seus capitais e, a partir sobretudo dos anos 80, enfatizando o acesso às modernas tecnologias.

Esta intervenção política dos novos líderes do PCCh foi decisiva para escapar ao risco de uma militarização do regime, sobretudo de concentração do esforço de I&D no domínio militar e para pôr fim à desordem provocada pela revolução cultural (1966-1976), criando condições de estabilidade e autonomia de gestão científica nas principais academias, universidades e centros de ciência da China.

O socialismo é definido constitucionalmente com um período onde o Estado persiste no sistema económico fundamental, tendo por base económica principal a propriedade pública, mas que coexiste com o desenvolvimento na economia de diversas formas de propriedade individual e privada, tal como no sistema de distribuição da riqueza, tendo por princípio diretor «a cada um segundo o seu trabalho» com a coexistência de meios diversificados de distribuição, o rendimento do trabalho independente e o lucro empresarial.

Esse caminho conduziu a fracassos e vitórias, e a diversas fases de desenvolvimento que permitiram elaborar o conceito de “economia socialista de mercado”, questão mal estudada a ocidente, e baralhar o pensamento dogmático, como o princípio político “um país, dois sistemas”, aplicado à transição de Hong Kong e Macau, até ao período atual de abertura e agora de transição ecológicas da economia, com a inscrição nos próprios estatutos do PCCh dos princípios de defesa do ambiente.

Na época atual a economia chinesa está profundamente ligada ao sistema capitalista internacional, pelo que, a sua resiliência merece uma atenção especial, liberta de preconceitos ideológicos, nomeadamente da visão eurocêntrica que menospreza a(s) cultura(s) americana(s) e desconsidera as culturas orientais, que mal conhece. É provável que o epíteto de “vulnerable economy”, com que a revista *The Economist* ainda brindava a economia chinesa, soe agora como estranho, face ao seu comportamento em plena crise financeira, e tanto mais que no mesmo número a revista reconhece, que, então, dois terços da produção de mercadorias na China provêm de empresas que não pertencem ao sector nacionalizado, enquanto que o estado domina os sectores chave da banca, telecomunicações, energia e comunicação social.⁹ Neste artigo, citando as estatísticas do Banco Mundial, *The Economist* ilustra com três quadros o progresso da democracia económica na China, nos últimos trinta anos, sem nunca mencionar aquele conceito: 200 milhões (o número, à época era de fato de 500 milhões, segundo a ONU e elevar-se-ia a 700 milhões de cidadãos retirados à pobreza), o quadruplicar do rendimento da população rural e um crescimento de 70% da produção de cereais, num país continental que, em comparação com a Europa, possui apenas 40% de terra arável.

O Pensamento de Deng Xiaoping de Abertura e Reforma teorizou esta nova etapa estratégica na terceira Sessão Plenária do 11º Comité Central (1978), mas sem abandonar os denominados 4 princípios cardeais, que aqui citamos

⁹ *The Second Long March*, dezembro de 2008, pág. 29.

na tradução oficial:

“We must keep to the socialist road; We must uphold the dictatorship of the proletariat; We must uphold the leadership of the Communist Party; We must uphold Marxism-Leninism-Mao Zedong Thought”

Deng Xiaoping Theory

China is in the primary stage of socialism and will remain so for a long time to come. This is a historical stage which cannot be skipped in socialist modernization in China which is backward economically and culturally. It will last for over a hundred years.

Three historic tasks of advancing the modernization drive, achieving national reunification, and safeguarding world peace and promoting common development. Development and carried out reform and opening to the outside world”.

Em conformidade, com o plano de construção da primeira etapa do socialismo por mais de cem anos, a nível económico e cultural, se a reunificação pacífica com Taiwan não poder ser realizado em 100 anos, sê-lo-á em 1.000 anos! (sic) Hong Kong e Macau regressaram à China com base nesta filosofia de coexistência pacífica: um país, dois sistemas, garantidos por 50 anos, nos documentos que oficializaram a sua reintegração na RPCh.

Thought of Three Represents

Jiang Zemin formulou a Thought of Three Represents, na 4^a reunião plenária do Comité central do PCCh (1998), debatida e desenvolvida pelo 16^o Congresso do partido (2002). De novo a reafirmação desses princípios, mas também a abertura do partido, que se reclama das classes trabalhadoras, ao povo chinês, incluindo a nova classe de empresários “patriotas” e à nação chinesa, com as suas 56 diferentes nacionalidades.

“The Communist Party of China is the vanguard both of the Chinese working class and of the Chinese people and the Chinese nation. Marxism-Leninism are correct and have tremendous vitality, that the highest ideal of communism pursued by Chinese Communists can be realized only when the socialist society is fully developed and very advanced, and that the development and improvement of the socialist system is a long historical process”

Enfatizando ainda que, só representando, simultaneamente, as forças mais avançadas da economia, isto é, do mercado socialista aberto e internacionalizado, respeitando as suas leis económicas próprias, incorporando no pensamento político os avanços da ciência_e neste ponto, se colocou a necessidade de mudar o paradigma de desenvolvimento para a transição ecológica da economia e para a sua sustentabilidade ambiental, e, finalmente, terceira representação, correspondendo aos interesses e aspirações da grande massa popular_ educação, saúde, habitação, segurança social, acesso aos modernos bens da civilização turismo cultural, cultura cibernética, etc, a economia privada e

pública prosperariam, passando a reorientar-se também para desenvolver o mercado interno. A Xiaokang sociedade de Yang Zemin não é um slogan geral, tem um conteúdo concreto. Os partidos democráticos e as confederações empresariais foram chamados a consulta e debate...

“Parties to Cooperate with CPC for Nation’s Xiaokang, to strive for a xiaokang society -- one that is well-off both materially and socially -- and the early reunification of the motherland.

Nation’s chamber of commerce, promised to help private enterprise improve quality, establish modern corporate systems, introduce advanced management and upgrade innovation capabilities”.

...que subiu à Assembleia Nacional Popular e se desenvolveu nas estruturas da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês:

“The strategic objectives of economic and social development at the new stage in the new century are to consolidate and develop the well-off standard of living initially attained, bring China into a well-off society of a higher level to the benefit of well over one billion people by the time of the Party’s centenary and bring the per capita GDP up to the level of moderately developed countries and realize modernization in the main by the time of the centenary of the People’s Republic of China.

...A line to unify thinking, unify actions and unwaveringly persist in doing so for a long time...raise its ability to resist corruption, prevent degeneration and withstand risks, constantly strengthen its class foundation, expand its mass base and enhance its creativity, cohesion and combat effectiveness.”

Regressemos ao 16º Congresso do PCCh (2002) que elegeu a nova direção liderada por Hu Jintao e aprovou a sua contribuição político-filosófica para o novo passo do socialismo com características chinesas.

Scientific Outlook on Development

Começemos por citar as resoluções do Congresso:

“The principal contradiction in Chinese society is one between the ever-growing material and cultural needs of the people and the low level of production. Owing to both domestic circumstances and foreign influences, class struggle will continue to exist within a certain scope for a long time and may possibly grow acute under certain conditions, but it is no longer the principal contradiction. In building socialism puts people first and calls for comprehensive, balanced and sustainable development.”

Em tese, o PCCh considerava que, não obstante a diferenciação social e de nível de riqueza da sociedade chinesa no período da Reforma e Abertura, era possível encontrar uma fórmula de compromisso, económico, social e político, em favor do desenvolvimento global da China, agora de forma sustentável, subordinado à elevação do nível de vida das classes populares. No plano económico, prevalecendo embora a propriedade pública nos setores

fundamentais, as empresas privadas coexistiam na economia socialista de mercado; a distribuição da riqueza, processava-se proporcionalmente aos rendimentos dos cidadãos, através da política fiscal e da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores; o sistema de cooperação e consulta entre o PCCh, os partidos democráticos e as diferentes entidades sociais, presentes nas Assembleias Populares e nas Conferências Consultivas de toda a nação, asseguravam as condições de compromisso político. Consolidava-se a orientação política para resolver de forma pacífica as divergências internas no seio do PCCh, mas também as contradições de classe na sociedade, que resultam do desenvolvimento do setor privado da economia, da ascensão de 2,7 milhões de milionários, da retirada da pobreza de 700 milhões e do crescimento da classe média (350M a 400M à época), mas mantendo-se uma grande diferença entre os níveis de vida do campo e da cidade.

A Teoria Científica do Desenvolvimento foi proposta pelo 16º Comitê Central do PCCh em 2003 e retomada no 17º Congresso do PCCh (2007) no discurso do seu autor, Hu Jintao.

Em simultâneo, inicia-se o caminho que conduzirá ao conceito de “*socialismo ecológico*” como paradigma da Reforma, depois de quase duas décadas de industrialização massiva e crescente poluição, já no 18º Congresso (2012), onde, fato histórico na evolução doutrinária dos partidos comunistas, os estatutos e programa do PCCh são renovados para acolher, ao lado das contribuições dos ideólogos socialistas, os princípios da filosofia e da ética ambientais, sob proposta do novo líder Xi Jinping:

“The Party must promote all-around economic, political, cultural, social, and ecological progress in accordance with the overall plan for the cause of socialism with Chinese characteristics. In leading the cause of socialism, the Communist Party of China must persist in taking economic development as the central task, making all other work subordinate to and serve this central task. The Party must lose no time in speeding up development, implement the strategy of rejuvenating the country through science and education, the strategy of strengthening the nation with trained personnel and the strategy of sustainable development, and give full play to the role of science and technology as the primary productive force... The Party works to balance urban and rural development, development among regions, economic and social development, relations between man and nature, and domestic development and opening to the outside world; adjust the economic structure, and transform the growth model. The Communist Party of China leads the people in building a harmonious socialist society. In accordance with the general requirements for democracy and the rule of law, equity and justice, honesty and fraternity, vigor and vitality, stability and order, and harmony between man and nature and the principle of all the people building and sharing a harmonious socialist society.”

3. A NOVA DEMOCRACIA E A SEGUNDA ETAPA DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO DE CARACTERÍSTICAS CHINESAS

O projeto de uma sociedade moderadamente próspera no centenário do PCCh

“We must uphold and improve the basic economic system, with public ownership playing a dominant role and diverse forms of ownership developing side by side; we must keep and improve the system of distribution under which distribution according to work is dominant and a variety of modes of distribution coexist.

The wording of implementation of the strategy of rejuvenating the country through science and education and that of sustainable development.

The wording that reform and opening up are the only way to make our country strong, and that we must ... keep and improve a socialist market economy.

Adding statements on ruling the country by law and building a socialist country under the rule of law. to develop socialist democracy and build socialist political civilization; it has elucidated the unity of leadership by the Party exercised consciously conduct in state power according to law activities within the framework of the Constitution of the state and other laws build spiritual civilization as well as material and political civilizations, and to combine ruling the country by law and ruling the country by virtue.”

A base constitucional da economia socialista de mercado

Vimos anteriormente o Artigo 6º da Constituição da República Popular da China (1999), que postula como base do sistema económico socialista da República Popular da China a propriedade pública socialista dos meios de produção, designadamente a propriedade de todo o povo e a propriedade coletiva do povo trabalhador, mas admite outras formas de propriedade e de distribuição da riqueza. Analisemos agora a sua evolução concreta, no quadro da Reforma e Abertura.

A propriedade do estado predomina nos setores fundamentais da economia, transformando-se em corporações: Transportes ferroviários e aéreos, correios, telecomunicações, abastecimento de carvão, água e eletricidade às zonas urbanas, investigação científica, educação, defesa nacional e finanças....

As empresas de propriedade não pública predominam no desenvolvimento sectorial da economia, representando entre 50 a 70% em 26 dos 40 setores da indústria.

A linha geral da economia socialista de mercado

“The Party must uphold and improve the basic economic system, with public ownership playing a dominant role and different economic sectors developing side by side, as well as the system of distribution under which distribution according to work is dominant and a variety of modes of distribution coexist, encourage some areas and some people to become rich first, gradually eliminate poverty, achieve common prosperity, continuously meet the people’s ever-growing material and cultural needs on the basis of the growth of production and social wealth and promote people’s all-around development.”

Governance, as relações entre o governo e o mercado

Princípios

O governo pretende que o mercado decida, mas não lhe concede todo o poder. O governo assegurará a estabilidade da macroeconomia. Continuará a prestar os serviços públicos. Defenderá a justa competência no mercado. Procederá à supervisão do mercado. Manterá um mercado ordenado. Promoverá o desenvolvimento sustentável. Intervirá quando o mercado falhar.

Diagnóstico

O mercado está subdesenvolvido. Há uma excessiva intervenção governamental. Predomina o protecionismo departamental e governamental. A supervisão do mercado é débil.

Orientação

Seguir as leis fundamentais do mercado. Desenvolver a concorrência. Reconhecer o primado do mercado sobre o governo, no que respeita à afetação dos recursos e à eliminação das fraquezas da economia.

A estratégia de abertura do PCCh postula, como vimos, que só pode desenvolver-se atualmente um país que se integre na economia global.

Atraíndo na primeira fase a diáspora empresarial e criando inicialmente cinco Zonas Económicas Especiais, depois Zonas de Desenvolvimento Económico e Tecnológico. Das quais, 27 nas regiões costeiras do Leste, 22 no centro oeste do país, como o Parque Industrial de Suzhou, Zona económica de manufatura para exportações de Jinqiao, Zona de exploração económica e tecnológica de Daxie em Ningbo, Zona de investimento de Haicang em Xiamen, Zona de Exploração de Yangpu em Hainan... E ainda Zonas Francas, tais como, zona franca de Wai Gaoqiao de Shanghai, zona

franca de Tainjin, de Dalian, de Sha Toujiao, Futian e Yan Tiangang de Shenzhen, zonas francas de Guangzhou, Zhuhai, Zhang Jiagang, Haikou, Ningbo, Fuzhou, de Xiangyu de Xiamen e de Shantou.

Cidades litorais e regiões económicas abertas

Dalian. Qin Huangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lian Yungang, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiang e Beihai, delta do Rio Yangzé, delta do Rio das pérolas, zona triangular do sul da província de Fujian, Península de Shandong e península de Liaodong. 13 cidades fronteiriças, tais como, Huichun da província de Jilin, Sui Fenhe e Heihe da província de Heilongjiang, Manchuria e Erenhot da Mongólia, Qoqok, Bortala e Gulja da Xinjiang, Hekou, Wanting e Ruili da província de Yunnan e Pingxiang e Dongxing da Guangxi. Além disso, abriu todas as capitais do interior com exceção de Lhasa. Além das cinco cidades abertas ao longo de rios, que são: Chongqing, Yueyang da província de Hunan, Huangshi da província de Hubei, Jiujiang da província de Jiangxi e Wuhu da província de Anhui. Valorizando as associações regionais com os países vizinhos, abrindo relações económicas com os EUA e a Europa e pela adesão à OMC, mas privilegiando as relações com o 3º mundo, avançou depois para a grande aliança dos BRICS e para a proposta da Nova Rota da Seda.

A linha económica das novas reformas: da abertura ao exterior à abertura em todos os sentidos. Desenvolver a economia de propriedade mista

Constitui-se um grupo específico de dirigentes, ao mais alto nível, para garantir o desenvolvimento pleno das reformas. As reformas chave vão centrar-se nas relações entre o governo e o mercado. O capital não-estatal poderá adquirir participações em projetos de investimento do estado. Os empregados de empresas de multipropriedade poderão adquirir ações das suas companhias. Manter-se-á o papel dominante da propriedade pública, mas será prioritária a sua supervisão.

As empresas do estado qualificadas serão reorganizadas para companhias de investimento com ativos do estado, sobretudo na área dos serviços públicos e de proteção do ambiente, tal como nas indústrias de prospeção estratégica.

Os terrenos das cidades e dos campos usados para a construção, serão incluídos no mercado. O sistema de direitos de propriedade deverá tratar de igual modo a propriedade pública e privada.

A linha política das reformas: o império da lei e a luta contra a corrupção e pela gestão ambiental sustentável

Fomentar o sistema de democracia consultiva. Instituir “o império da lei”: Governar de acordo com a lei e reforçar a independência do sistema judicial.

O combate à corrupção é prioritário. Reforçar a ação do Ministério Público: golpear quer “*as moscas*” quer “*os tigres*”, de que escolhemos a sentença do Tribunal Distrital de Beijing, que condenou à morte o ex-ministro chinês das Ferrovias, Liu Zhijun, por corrupção e abuso de poder. A pena seria depois comutada em prisão perpétua. Segundo o juiz, ficou provado que durante 25 anos, entre 1986 e 2011, o governante chinês recebeu subornos no valor de 8,2 milhões de euros e ajudou 11 pessoas a conseguirem lucrativos contratos e promoções.

“Liu Zhijun infligiu perdas colossais ao património público e violou os direitos e interesses do Estado e do povo. O tribunal retira o seu direito à vida e confisca todas as suas propriedades”

afirmou o juiz. Prossigamos...

Segurança nacional e estabilidade política como condição das reformas.

A China vai reduzir a capacidade de carga nas áreas de maior sensibilidade ecológica e promover a gestão sustentável dos recursos naturais.

A China vai promover a plena igualdade na educação.

A China vai otimizar a dimensão e estrutura das suas Forças Armadas.

A China vai abolir o sistema de “*reeducação pelo trabalho*” e reformar a legislação sobre a pena de morte.

Mais autonomia de gestão local

Os governos provinciais, das regiões autónomas e municípios, tal como as universidades e centros de investigação e as empresas, já dispõem de ampla autonomia política e de iniciativa económica, suscetível de por em prática a cooperação regional e internacional sem passar por Pequim, sendo nesta fase encorajadas a explorar ainda as potencialidades da cooperação. O conceito de “*sister-city*”, muito além do de geminação, engloba a tripla cooperação internacional integrada da administração, empresas e instituições científicas e culturais, contexto singular da RPChina que está na base da estratégia de cooperação proposta pela Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China, melhor apresentada no último capítulo.

Vai promover-se o acesso à modernização, de forma equitativa, aos cidadãos das zonas urbanas e rurais.

A China abrirá ainda mais a sua economia também a nível local.

A China encoraja o capital privado a desenvolver ainda mais a economia de propriedade mista.

No ano de 2020, a percentagem dos investimentos do estado que terão de

ser devolvidos ao governo deverá ser de 30%, face à atual percentagem que vai de 0 a 15%.

A China vai reestruturar a divisão de recursos financeiros entre o governo central e os governos locais.

Aproximar o desenvolvimento rural e urbano

Problema

O desenvolvimento desigual do mundo rural e urbano.

Orientação

Integrar o desenvolvimento rural e urbano. Assentar os negócios agrícolas tendo como núcleo a atividade das famílias de camponeses. Incentivar as quintas familiares. Apoiar as cooperativas camponesas e rurais na gestão da terra. Orientar os fundos industriais e comerciais para a agricultura moderna e para a florestação das áreas rurais. Desenvolver um programa piloto de hipotecas e transferência de residência dos camponeses. Determinar um salário igual entre os trabalhadores rurais migrantes nas cidades e os trabalhadores urbanos, tal como o seu acesso aos serviços sociais. Reverter para os habitantes das áreas rurais os benefícios que resultam da valorização do uso da terra. Com a campanha de integração urbano-rural, distribuir os recursos educativos de forma equitativa. Coordenar e generalizar o seguro médico e os programas de seguro de vida. A China fomentará o desenvolvimento coordenado do seu interior, em matéria de investimentos, comércio e inovação. Neste contexto, serão impulsionados os parques industriais locais e a sua tramitação comercial, e as cidades do interior irão desfrutar de novas rotas internacionais de passageiros e de carga.

A reforma judicial na China. “O império da lei”

Desde a Fundação da nova China em 1949, e especialmente desde que a reforma e abertura políticas foram introduzidas três décadas atrás, a China, partindo das suas condições nacionais, continuando as conquistas da cultura jurídica tradicional chinesa e a aprendizagem de outras civilizações, foi construindo e melhorando o seu sistema judicial socialista com características chinesas, cuja missão constitucional é definida como de salvaguarda da justiça social e de prestação de contribuições significativas para o progresso do seu povo e da Humanidade através do direito.

O sistema judicial da China compreende os Tribunais Populares, a Procuradoria Popular (Ministério Público) e a Segurança Pública. O Governo Central respeita a tradição dos sistemas judiciários das regiões autónomas

especiais de Hong Kong e Macau.

Os Tribunais Populares são eleitos pelo sistema das Assembleias Populares, desde a Assembleia Nacional que escolhe e vota o presidente do Supremo Tribunal Popular STP, com mandato de cinco anos que pode ser renovado duas vezes, até aos Tribunais Populares locais (províncias, regiões e municípios autónomos...distritos e outras estruturas de administrativas de base) e especiais, que emanam das Assembleias Populares dos diferentes níveis e elas prestam contas. A sua estrutura interna não difere do modelo internacional do direito especializado (criminal, administrativo...) e as suas sessões são em regra públicas. Cada tribunal tem um Comitê Judicial, formado pelo presidente, pelo chefe de divisão e juizes mais experientes, para orientar e aconselhar no encaminhamento os casos mais complexos.

Os Tribunais Especiais, são os Militares, Marítimos, de Transporte Ferroviário, este com jurisdição criminal.

O Ministério Público ou Procuradoria Popular, organiza-se de forma semelhante aos órgãos judiciários e tem por funções principais combater a criminalidade, exercer vigilância sobre as atividades judiciais e acompanhar a execução das sentenças judiciais. O órgão máximo é a Suprema Procuradoria Popular, que exerce a supervisão das Procuradorias das províncias, regiões autónomas e municípios. A Polícia Popular, é a responsável pela manutenção da ordem pública e segurança do Estado.

A criação de Tribunais Ambientais constituiu uma inovação na China como resposta à dimensão da sua crise ambiental e da resistência ilegal de setores intermédios, da administração e do mundo empresarial, às medidas de transição para uma sociedade e uma economia socialista ecológicas.

A consigna política, saída igualmente do 18o Congresso da RPCh (2012), sobre *“o império da lei”*, contitui, em primeiro lugar, uma aviso sério ás estruturas e quadros do partido comunista e dos seus aliados, para garantir que as leis da República se cumprem sem arbitrariedades nem privilégios e uma diretriz política para o combate contra a corrupção, que não poupa os mais altos dirigentes, podendo ser uma das razões para a aplicação da pena de morte.

Desde 2008 que a formação técnico-jurídica foi padronizada e aumentou o grau de exigência para o acesso à carreira judicial.

A reforma dos Códigos de Processo Civil e Penal, ainda em 2012, acompanhou esta linha geral, enfatizando igualmente a defesa dos direitos humanos, entendidos na amplitude dos 30 artigos da sua Declaração Universal e acolhendo o clamor de protestos populares contra os crimes ambientais, de abuso do poder e de corrupção.

A sociedade chinesa e a sua administração têm vindo a evoluir no sentido de reduzir a aplicação da pena capital, através da sua comutação em perpétua e reservando-a para os crimes mais odiosos, que no seu sistema de valores morais e éticos, incluem os casos de corrupção, os crimes ambientais (que documentámos anteriormente), o assassinato de crianças e idosos, a violência doméstica e passional...

Reforma do sistema fiscal e tributário: as taxas verdes

Problema

As crescentes dívidas da governação.

Orientação e Medidas: A China vai aprofundar a reforma fiscal e tributária. A criação de um sistema de avaliação de riscos. A redistribuição dos recursos financeiros pelo governo central e governos locais em conformidade com os seus deveres e responsabilidades. O aumento gradual dos impostos diretos em favor do sistema tributário local. A articulação entre o governo central e os governos locais, no que respeita à segurança social e à gestão conjunta dos projetos transregionais. A reforma do IVA. Ajustar o alcance dos impostos tendo em conta os produtos que consomem mais energia e com impacto contaminante. A simplificação tributária.

O modelo de Governence financeira da RPCh, uma vez mais ao contrário do estereotipo generalizado, caracteriza-se por um aumento progressivo da capacidade financeira local (governos provinciais, municípios autónomos, regiões autónomas, regiões especiais), que é paralela à maior centralização da recolha de receitas, com o exemplifica o quadro seguinte:

Government Finance

(%)

	1978	1990	2000	2015
Government Public Budget	15,5	33,8	52,2	45,5
Local Public Budget	84,5	66,2	47,8	54,5
Government Public Expenditure	47,4	32,6	34,7	14,5
Local Public Expenditure	52,6	67,4	65,3	85,5

Source: Government of China

Quadro 1

Reforço da cooperação internacional

A China reforçará a política de assinatura de acordos bilaterais com os países e as suas associações regionais. Reformará o sistema de aprovação dos investimentos e a proteção consular. Desenvolverá as ZLC (zonas de comércio livre), com prioridade aos seus vizinhos, reformando e facilitando o acesso ao mercado, o controle aduaneiro, a inspeção e quarentena. Serão ampliadas ao interior, na costa e nas fronteiras, seguindo o modelo da Zona Piloto de Comércio Livre de Shanghai. Hong Kong, Macao y Taiwan terão papel destacado na abertura e cooperação internacionais. Os portos, cidades e zonas

de cooperação económica fronteiriças, desfrutarão de políticas especiais de mobilidade, logística e turismo.

Será promovido o diálogo, com os parceiros comerciais, em torno dos temas críticos da proteção ambiental, da proteção dos investimentos, das compras do governo e do comércio eletrónico.

Promover a igualdade na educação

Os estudantes mais necessidade terão acesso aos recursos educativos e a ajuda financeira, nomeadamente para reduzir as desigualdades entre regiões e entre as zonas urbanas e rurais, com recurso particular às tecnologias da informação. Um maior impulso à formação profissional. Abolir a distinção entre escolas-chave e as outras, e as classes-chave, que recebam maiores recursos. Apoiar melhor os trabalhadores qualificados e talentosos. Reformar o ensino pré-escolar, a educação especial e para adultos. Criação de um novo sistema de avaliação múltiplo, nomeadamente para acesso às escolas, em substituição da avaliação tendo como base o desempenho em exame.

A Segurança Social da República Popular da China. Da compaixão imperial à Nova China

Uma das mistificações mais consensuais a ocidente, que justifica tratados de economia sobre o dumping social da China, supostamente assente em salários de miséria e ausência de direitos sociais, leva-nos a dedicar um espaço considerável ao tema da Segurança Social na RPCh.

A República Popular da China e a sua primeira Constituição, fundada em 1949 pelo partido comunista_PCCh em aliança com oito forças políticas democráticas, construída durante o período de guerra e resistência à invasão do Japão, garantiram aos seus cidadãos, pela primeira vez na história do país, extensivos e substanciais direitos sociais e económicos, abrangendo as suas 56 nacionalidades, tais como o direito ao trabalho, à alimentação básica, cuidados de saúde, habitação e o acesso subsidiado aos restantes bens essenciais, proporcionando aos camponeses o direito à terra, em propriedade coletiva ou individual, à subsistência básica coletivizada, assistência médica e educação.

Estas reformas globais, que a revolução democrática de 1912 prometera, sob a égide de Sun Yat-sen, mas não lograra, romperam com a tradição imperial (confuciana e taoista) de “*compaixão*” pelo povo, vítima secular de grandes fomes, que consistia na entrega de cereais a partir de celeiros públicos, cozinhas da “*sopa dos pobres*” e projetos de obras públicas; abertura de asilos para idosos e cegos, orfanatos... A doutrina fundada por Confúcio preconizava a aplicação dos códigos éticos e rituais para orientar a comunidade na sua conduta e fazer com que os seus membros se amassem e respeitassem uns aos

outros, e para restaurar a ordem da sociedade e da família, baseadas num sólido sistema hierárquico. Neste sistema moral, Jen (Compaixão) e Yi (Deveres morais), prevalecem sobre o Li (interesse/benefício). Esta matriz de valores impregnou a cultura chinesa moderna de todas as classes sociais, incluindo as elites, os empresários patriotas e as camadas mais humildes da população.¹⁰ Compaixão e respeito pela hierarquia, constituíam um caldo de cultura favorável ao ideário do “*socialismo com particularidades chinesas*”, num quadro social de guerra que foi a mais longa e bárbara do II conflito mundial (1931-1946), determinando uma base ideológica e política singular para o sistema de segurança social da RPCh.

Mas, nos primeiros decénios da nova China, cujas bases foram lançados por Soong Ling Ching, a primeira mulher que chegou a presidente da República Popular da China, líder histórica do Kuomintang democrático e revolucionário, figura de envergadura mundial da luta pela democracia, a emancipação da mulher e o socialismo, na China, devastada pela guerra e pouco industrializada, os níveis de apoio mantiveram-se muito baixos, sobretudo no campo e os dez anos de desordem social da Revolução Cultural (1976-1986) desorganizaram mesmo as estruturas mais avançadas, erguidas a partir das fábricas com mais de 100 operários, segundo o modelo soviético adaptado aos escassos recursos da China, onde se dispensavam os trabalhadores de qualquer quotização e o imperativo social de pleno emprego excluía “*por princípio*” a necessidade de apoio aos desempregados.

A Lei da Segurança Social_LSS da República Popular da China_RPCh foi adotada pelo Governo em 1 de Julho de 2011, depois de 16 anos de debate nacional, já em pleno período de Abertura e Reforma (após 1978), com o objetivo de responder às mudanças provocadas pelo desenvolvimento da “*economia socialista de mercado*” na situação económica e social da China, sistematizando a promulgação de legislação específica que, desde 1990, regulou o Subsídio de Desemprego, a Gestão da Segurança Social a nível das Províncias, o Regulamento sobre a Garantia Mínima de Vida dos Cidadãos Urbanos... Ela apresentava como objetivo criar um sistema unificado mas diverso, capaz de cobrir o apoio social aos trabalhadores das áreas rurais e das cidades, unificar a sua carreira contributiva e responder aos novos problemas criados pela emigração de centenas de milhões de trabalhadores para as grandes cidades, num quadro de grande mobilidade da força de trabalho, que incluía os residentes nas regiões especiais de Macau, Hong-Kong e de Taiwan e o nascimento de uma constelação de novas empresas, públicas e privadas, estrangeiras e nacionais, joint ventures e outras formas híbridas de organização empresarial.

¹⁰ Em 551 a. C., Confúcio nasceu em Zouyi do Reino Lu, atual Qufu da província do Shandong, quando a China estava dividida por vários reinos ou estados que lutavam entre si. A população levava uma vida difícil e a sociedade conhecia a degeneração moral. Como se poderia criar então uma sociedade bem organizada, harmoniosa e feliz? Esta tornou-se uma questão premente, a que o confucionismo pretendeu responder.

O Taoísmo filosófico, a escola filosófica baseada nos textos Dao De Jing (道德經) atribuídos a Lao Zi e Zhuangzi (庄子), e o seu tian-dao ou “caminho da natureza”, preferem ao normativo da regra uma espécie de autodisciplina espiritual que enfatiza a autonomia do ser consciente e a sua unidade com a natureza universal e conduz o Homem a agir de acordo os Três Tesouros morais: compaixão, moderação e humildade.

O novo sistema de segurança social da China assegura aos seus cidadãos: pensão de velhice (60 anos para os homens e 50 a 55 para as mulheres), assistência médica, subsídio de desemprego, seguro de acidentes de trabalho e apoio à maternidade, além de uma contribuição para o fundo de fomento da habitação social, uma singularidade do sistema chinês, nascida do modelo inicial da Nova China. O financiamento dos três primeiros apoios sociais é compartilhado pelos empregadores e trabalhadores, ficando a cargo dos empregadores os dois restantes. Trabalhadores e empregadores contribuem em partes iguais para o fundo de fomento da habitação social. A nova Lei da Segurança Social cometeu aos Governos Provinciais (22), das Regiões Autónomas (5) e das Regiões Especiais (2), aos municípios autónomos (4), a definição da base de cálculo e do valor das diversas taxas de contribuição, reconhecendo o poder desses governos para formular as suas políticas de acordo com as respetivas realidades, em conformidade com a larga autonomia constitucional de que estas entidades dispõem e ao contrário da opinião corrente no ocidente, que imagina a China como uma estrutura napoleónica centralizada e rígida.

Os cinco apoios sociais e o dibao, a garantia mínima de vida

A RPCh assegura aos seus cidadãos cinco apoios sociais: a pensão de velhice, a assistência médica, o subsídio de desemprego, o seguro de acidentes de trabalho e o apoio à maternidade.

Nas zonas urbanas e rurais foi criado o sistema de apoio social, tendo como base o dibao “a *garantia mínima de vida*”.

Sendo a definição das taxas uma prerrogativa política das diferentes zonas do país, optámos por tomar como exemplo a capital, Pequim. Tendo sempre como base o salário, o quadro seguinte exemplifica a aplicação do método de cálculo:

Conforme o salário (%)

SALÁRIO	EMPREGADOR	TRABALHADOR
Pensão de velhice	20	8
Assistência médica	10	2 + 3 yuans
Subsídio de desemprego	1,5	0,5
Seguro de acidentes de trabalho	0,5 - 0,2	
Apoio à maternidade	0,8	
Fundo de fomento da habitação social	12	12

Source: Government of China

Quadro 2

E será ainda de anotar que os conceitos económicos de salário nominal e salário real são distintos, pois é frequente o erro grosseiro que mede os valores médios desse salário na China comparando-os com os valores europeus e americanos.

O sistema de Segurança Social está em rápida expansão e em 2020 deverá proteger plenamente os quase mil e quatrocentos milhões de chineses, constituindo-se desde o seu nascimento como o mais vasto do mundo, no contexto da realização do objetivo estratégico de “alcançar de forma harmoniosa uma sociedade socialista medianamente desenvolvida” e ambientalmente renovada: “*o sonho chinês*”, em alternativa ao “*sonho americano*” e a “*china formosa*”! Ele avançou primeiro nas empresas estatais e de propriedade coletiva, atingindo depois o vasto setor privado, abrangendo também os trabalhadores por conta própria. Logo nos primeiros anos todas as cidades e capitais de distrito implementaram “*a garantia mínima de vida*”, que cobre atualmente cerca de 400 milhões de pessoas.

No que concerne aos cuidados básicos de saúde, generalizados a partir dos hospitais centrais localizados na capital dos distritos e alargados em rede às clínicas dos cantões e povoados e aos postos de saúde das aldeias, aqueles cobrem já praticamente todos os cidadãos da China, atingindo o reembolso das despesas com a saúde mais de 70% dos gastos dos trabalhadores e habitantes. A China conta desde 2002 com um sistema de assistência médica cooperativa rural, financiado pela recolha de quotas individuais e donativos, subsidiado pelo(s) governo(s), que se destina exclusivamente a custear o tratamento de enfermidades graves e que cobre 800 milhões de pessoas, o qual funciona também pelo sistema de reembolso.

A recolha da quota para o Fundo de Fomento da Habitação Social, relativa ao último plano quinquenal, permitiu construir 36 milhões de habitações sociais.

A Lei da Segurança Social_LSS da República Popular da China _RPCh assegura ainda os direitos dos trabalhadores nos casos de incumprimento dos deveres dos empregadores e o apoio à maternidade mesmo na situação de desemprego. Face à dimensão do incumprimento (no auge da ameaça de crise imobiliária o número de operários das empresas privadas do setor de construção com salários em atraso atingiu 6 milhões), esta lei prescreveu uma maior supervisão das autoridades e reforçou as penalizações: doravante, aquelas teriam acesso às contas bancárias dos infratores e sob autorização legal, o direito a transferir os saldos bancários para abater a conta corrente do devedor, o direito a exigir garantias sobre as dívidas sobranes, a fazer intervir os tribunais para apreender e leiloar bens do empregador, a penalizar com coimas os incumprimentos e retenções indevidas...

Análise crítica do sistema

O *Department of Social Development Research, Development Research Center of the State Council United Nations Development Programme*, procedeu a um vasto estudo comparado dos sistemas de previdência social do mundo, concedendo uma atenção particular à China, publicado com o título de *An Analysis for An Equitable and Sustainable Welfare System* (Authors: Gong Sen, Ge Yanfeng, Wang Xiongjun, 2014), cujas conclusões aqui citaremos, juntando-lhe a nossa própria visão crítica, que parte dos documentos oficiais e da abundante literatura académica sobre o tema.

A Segurança Social na China representava 10,4% dos gastos do governo e o sistema de saúde 5,2%, aquando da implantação da Lei, mantendo-se estável ao longo da sua expansão e crescimento, que em 2015 atingiria o número de 200 milhões de idosos.

O Relatório citado, embora reconhecendo o progresso global logrado pela Nova China sistematizava o núcleo duro dos principais pontos fracos do sistema, a fragmentação, sem um padrão igualitário: dos sistemas educativo, de saúde, de pensões de velhice e de assistência social. Ao quantificar de forma diferenciada os direitos dos trabalhadores residentes e migrantes, do setor público e privado, da campo e da cidade, aqueles sistemas são classificados como não eficientes nem equitativos. Como aqui nos interessam sobretudo os últimos, anotemos que a pensão de velhice média mensal dos trabalhadores das empresas urbanas em 2012 seria à época do relatório de RMB (renminbi) 1.721, enquanto os moradores urbanos e rurais, recebiam cerca de 101 RMB. Ou ainda, como exemplo, o subsídio de subsistência mínima de 2012 para residentes urbanos era de 530 RMB por mês na cidade de Zengcheng, província de Guangdong, de RMB 301 na província de Heilongjiang, em Wuchang City e de RMB 266 no Condado de Yongdeng da província de Gansu.

Mas reconhece igualmente que essa diferenciação se fica a dever à lógica da abertura e reforma e à diversidade dos níveis de desenvolvimento das províncias chinesas: de fato, o processo iniciou-se a partir das zonas costeiras, já industrializadas e modernizadas, tradicionalmente ligadas ao comércio internacional, Guangdong é Cantão e Heilongjiang a província que confina com a Rússia, com indústria e agricultura avançadas, multicultural, historicamente lugar de refúgio dos empreendedores judeus, incluindo os perseguidos pelo nazismo. E Gansu uma província remota do nordeste, vizinha da Mongólia e Tibete, outrora vital para a Rota da Seda.

Em suma, afirma o Relatório, o sistema de previdência social fragmentada gera um impacto negativo no desenvolvimento socioeconómico, tema que sistematiza as críticas mais frequentes ao sistema chinês: acusado de ineficaz no combate à desigualdade de direitos, gerador de divisão no mercado de trabalho e, no plano mais político, um obstáculo à harmonia social prometida pelo governo. Mas, segundo o Relatório, tudo isso era “inevitável” no caso chinês, pelo que recomenda o crescimento do investimento público até ao nível da

OCDE (22% do PIB, face aos 6% da China em 2007 e 9% em 2012), a criação de um modelo-padrão quantificado e qualificado de apoios sociais, a conceção aos trabalhadores migrantes do mesmo estatuto que os residentes e, no plano político, a integração vertical e de forma progressiva dos diversos subsistemas (setor público e privado, etc.), assegurando o seu financiamento sustentável.

O(s) paradoxo (s) chinês

No contexto do estudo, e na União Europeia, o rácio de contribuição governamental para os serviços sociais era de 39.1%, 56.8% das receitas provenientes das contribuições somadas dos empregadores (36.7%) e dos trabalhadores (20.1%), enquanto outras fontes representavam apenas 4.1%, correspondendo a uma tendência evolutiva que aumentava as contribuições governamentais na mesma medida em que diminuía as dos empregadores, sinalizando assim o impacto negativo da crise financeira de 2007/2008. Os números comparados com a RPCh (estes de 2002), assinalavam respetivamente 23.9% de contribuição governamental, 67.4% proveniente das contribuições somadas dos empregadores (32.4%) e dos trabalhadores (35.0%), com outras fontes pesando 8.7%. Mas será que estamos a comparar números da mesma natureza?

A sua leitura comparada parece revelar um duplo paradoxo: o estado chinês socialista, aparentemente, contribui para os gastos sociais, em percentagem, menos que os estados capitalistas democráticos e, inverte-se a relação proporcional entre os contributos dos empregadores e dos trabalhadores na China, contribuindo estes mais do que aqueles. A realidade, no entanto, é mais complexa e a sua descodificação conduz-nos à necessidade de estudar profundamente um novo sistema económico: a economia socialista de mercado. De fato, os autores do Relatório não apontam que os empregadores referidos na comparação estatística são maioritariamente empresas de capitais públicos (nacionais, regionais, municipais) e não ponderam, em nenhuma parte do trabalho, que a percentagem relativa aos níveis da OCDE respeita não à cobertura de um país com 10, 50 ou mesmo 100 milhões de cidadãos, mas a uma República multinacional com mil quatrocentos milhões de cidadãos, pelo que, em termos reais, as transferências do orçamento governamental representam números gigantescos, incomparavelmente maiores do que qualquer outro país. No quadro de uma estratégia que visa aproximar os níveis de desenvolvimento de províncias remotas e as que no litoral se encontram há muito abertas ao intercâmbio internacional, o estado, aos diferentes níveis, e os empreendedores, necessitam de continuar a acumulação primitiva de capital e proceder a colossais investimentos na criação de novas empresas e a montante e a jusante do aparelho produtivo, para que a redistribuição dos rendimentos possa conduzir a *“uma sociedade harmoniosa, global e moderadamente próspera”*.

O quadro que escolhemos para exemplificar a atual estrutura das

contribuições sociais, relativo a Pequim, mostra-nos melhor uma outra realidade: os empregadores (e aqui estão de novo as empresas públicas) contribuem com 42,8% a 44,8% para os apoios sociais e os trabalhadores com cerca de 22,5%, incluindo-se nesses números os 12% que cada um dos parceiros desconta para a construção massiva da habitação social, singularidade ignorada também pelo Relatório, o qual igualmente não evidencia o baixo custo dos bens essenciais e dos fatores de produção que o setor público da economia fornece à iniciativa privada e às famílias, comparando valores de “*salário nominal*” que estão longe de corresponder ao salário real na China.

Desse estudo comparado emerge uma mesma evidência: a subutilização de outras fontes de financiamento da Segurança Social, escorada na velha TSU, ainda assim com a China a duplicar essa percentagem em comparação com a União Europeia. Um novo quadro comparado, do Relatório em causa, este relativo ao risco de pobreza e coincidindo na temporalidade dos seus dados (2010), mostra que o risco de pobreza aumenta significativamente sem as transferências do estado para os serviços sociais, na União Europeia (com 27 países) de 16,4% para 25,7% e na China de 15,5% para 22,6%. No derradeiro congresso do PCCh (XVIII, 2012) e nas subseqüentes sessões da XII Assembleia Nacional Popular e da XII Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, consolidou-se a orientação de aproximar os níveis de desenvolvimento do campo e da cidade, reforçar os investimentos para diminuir as diferenças entre as provinciais, regiões e municípios chineses e conferiu-se estatuto de plena cidadania ao trabalhador migrante.

Conclusões críticas relevantes para o caso português¹¹

O debate acerca da fragmentação versus diferenciação pelo nível de desenvolvimento, conduz-nos a destacar o lado positivo dessa diferenciação, que é o reconhecimento da possibilidade de sustentar o desenvolvimento das empresas e das suas funções sociais com base nas suas reais possibilidades, determinadas pelo mercado, mas supervisionadas pelo poder público, que se supõe autónomo e árbitro do bem comum.

Esta complexa equação permite igualmente constatar que o sistema de diferenciação segundo as possibilidades económicas tem permitido na China o desenvolvimento sustentável do tecido económico e a criação de mais emprego e melhor remunerado, sem dispensar o(s) governo(s) e as diversas regiões e entidades, do seu dever de solidariedade social. Tão pouco o peso relativo das contribuições sociais a cargo dos empregadores, pôs em causa a prosperidade deste setor, público e privado, e dos seus empregadores e trabalhadores, questão complexa que ultrapassa este estudo mas que tem no baixo custo dos fatores de produção e do financiamento, provenientes do setor público, um peso decisivo, tal como na progressividade dos impostos, permitindo à China

realizar o maior paradoxo económico e social da história da humanidade: em pouco mais de meio século, um número superior a 800 milhões de cidadãos foram retirados da pobreza, constitui-se uma classe média em crescimento na ordem dos 500 a 600 milhões de cidadãos e emergiu uma classe de milionários que conta com mais de 2,7 milhões de elementos.

As teorias políticas e económicas com origem na China, de “*Um país, dois sistemas*” e sobre a “*Economia socialista de mercado*”, constituem respostas novas para velhos e novos problemas, que põem em causa os dogmatismo liberal e socialista nesta matéria. A sua mais-valia de generalização, talvez consista na necessidade de diferenciar o corpo fundamental das contribuições e impostos segundo o princípio da proporcionalidade decorrente das possibilidades das empresas, determinado pelo mercado, mas também da necessidade de proteger e promover o emprego como missão fundamental da atividade empresarial e fundamento económico e moral das sociedades democráticas modernas, sejam elas liberais ou socialistas.

11 Esta análise da Segurança Social na China surgiu originalmente no contexto da atividade do Grupo de Trabalho sobre a Segurança Social, criado no âmbito do Fórum Social e da CCP (2016/17), que integrava o autor deste ensaio e a sua transcrição serve para documentar como a experiência chinesa, sendo irredutível e inaplicável mecanicamente a outros países, contém em si uma contribuição de alcance universal para os principais problemas da nossa época.

4. A TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL DA RPCH NO SÉCULO XXI

Poluição e Aquecimento Global. A responsabilidade da China¹²

O desenvolvimento da economia chinesa teve como contrapartida que a República Popular da China se tornou no país responsável pela maior quantidade de gases com efeito estufa emitidos anualmente, a principal causa do aquecimento global.

Mas analisemos o problema em toda a sua extensão e dimensões, tomando como base uma das mais reputadas agências europeias do ambiente:

Segundo os cientistas holandeses da NEAA, agência oficial da própria UE: se todo o CO₂ presente na atmosfera hoje fosse dividido entre os países responsáveis por suas emissões, os EUA seriam culpados por 27% do total, a União Europeia por 20%, enquanto à China só caberiam 8%.

Ainda em 2003, a emissão per capita dos EUA era 19,8 t de CO₂. Na Austrália, este número era 18t, no Canadá 17,9t, na Arábia Saudita, 13t. A China, o Brasil e a Índia tinham emissões per capita de 3,2t, 1,6t e 1,2t respetivamente.

Em números brutos, em 2006, considerando apenas gases libertados pela queima de combustíveis fósseis e a produção de cimento, os EUA tiveram uma produção de 5,8 mil milhões de toneladas métricas de CO₂ enquanto a produção da China foi de 6,23 bilhões de toneladas métricas de CO₂. Considerando a emissão per capita, os EUA ficam com 19,278t de CO₂ por pessoa, enquanto a China fica com 4,763T.

É verdade que a China no seu conjunto polui mais, mas, como os chineses são mais do que os norte-americanos, os valores *per capita* são inferiores. Assim, e agora em 2014, enquanto cada norte-americano emitiu em média

¹² A complexidade desta questão exige a consulta e o cruzamento de várias fontes, que indico em notas de rodapé e na bibliografia. Muitos dos dados concretos referidos ao longo do texto podem ser encontrados no livro de Jonathan Watts, "Quando Mil Milhões de Chineses saltam" e em trabalhos de autores selecionados em comum. A obra do jornalista do Guardian corresponde à sua atividade como correspondente na China entre 2003-2012 e contém um vasto repositório dos problemas ambientais da China, diretamente reportados e testemunhados, de grande fiabilidade e pertinência.

Onde a investigação falha, na nossa opinião, é sobretudo na ausência de uma análise crítica do sistema político da República Popular da China, que se reduz à classificação dos dirigentes governamentais como "mandarins" tecnocráticos (engenheiros, sobretudo) e dos "dirigentes locais" como "corruptos".

Falta igualmente nesta narrativa o enquadramento político dos problemas, particularmente a análise das características peculiares que conduziram, no contexto da II Guerra Mundial, à fundação da República Popular da China, da sua Constituição em República Popular e do sistema de Assembleias Populares e Conferências Consultivas. O autor insiste na visão propagandeada pela guerra-fria de que o China é "um estado comunista de partido único", asserção que não tem valor científico nem objetividade histórica. E, no entanto, há momentos em que avança com teses especulativas (no sentido do questionar dos fatos) sobre o novo sistema de classes sociais na China e da sua relação com o poder, que contribuiriam, se desenvolvidas, para uma inovadora metodologia de análise da sociedade chinesa atual em permanente e diversa mudança, e do seu futuro, que marcará o destino do nosso século XXI. No epílogo do livro, Watts interroga-se, em jeito de balanço da sua escrita, sobre "o que estaria a colorir mais as minhas perceções, se os meus preconceitos de um ocidental liberal de meia-idade, se a propaganda comunista do governo chinês" Pág.459.

16,5 toneladas de dióxido de carbono, um chinês emitiu praticamente metade desse valor: 7,6 toneladas.

Avancemos para o Relatório de 2016 da Comissão Europeia, denominado Emissions data Base for Atmosphere Research_EDGAR:

“China (with 29% share in global total) and the United States (with 14% share) gave an example by effectively reducing their CO2 emissions by 0.7% and 2.6%, respectively, in 2015 compared to 2014. Also emissions in the Russian Federation (5% share) and Japan (3.5% share) decreased by 3.4% and 2.2%, respectively. However, the European Union (EU-28) (10% share) and India (7% share) report increases of 1.3% and 5.1%, respectively.”

A China reduziu a emissão de dióxido de carbono e a União Europeia aumentou-a, eis uma verdade inconveniente, que contraria a propaganda dominante na comunicação social. Veremos agora qual a dimensão da crise ambiental na China e o percurso contraditório e conflituoso através do qual a República Popular da China reorientou a sua política para uma economia de transição ecológica, tendência que estes novos dados já refletem.

A dimensão da crise ambiental na China

Podemos estabelecer três períodos distintos em conexão com o modelo de desenvolvimento económico da China, entre 1949 e 2017.

1949-1976

O período da extensão e industrialização da agricultura e da construção das infraestruturas e indústrias de base.

A erradicação da fome, no quadro de um aumento permanente da população¹³, a produção de matérias-primas para a indústria e a edificação das bases da segurança alimentar¹⁴, conduziram à desflorestação de vastas áreas, de que é exemplo, no Sudoeste, a província de Yunnan, onde se concentra a maior diversidade biológica e étnica da China e que viria a perder metade da sua floresta, em favor de plantações industriais, como o tabaco e a borracha; seria acompanhada pela construção em massa de barragens, destinadas à produção energética e à irrigação, envolvendo por vezes projetos internacionais, como a cascata de barragens da bacia do Mekong (Yunnan, Vietname, Laos, Camboja e Mianmar), que implicava a deslocação de meio milhão de pessoas e foi acompanhada pela construção de estradas, linhas

¹³ A generalização do planeamento familiar, que em 1982 foi elevado a norma constitucional, permitiu que a taxa de fertilidade na China, incentivada pelos primeiros governos, caísse de 5,4 crianças em 1970 para 2,8 em 1979, data em que foi instituída a política denominada “filho único”. Na verdade, na maior parte da China, país rural, continuou a ser permitido ter um segundo filho se o primeiro fosse uma rapariga e nas zonas menos povoadas, onde habitam as minorias nacionais, como Xinjiang, autorizado também o terceiro filho.

¹⁴ A República Popular da China, com apenas 7% da terra agricultável do mundo, vastas regiões devastadas pela guerra e outras desérticas, tinha pela frente o desafio de alimentar um quinto da humanidade!

de caminho-de-ferro e aeroportos, atravessando as montanhas e as florestas antigas; na mesma região, só no rio que é a nascente do Yang-Tsé, o Jinsha, foram erguidas treze barragens.

É neste período que se constrói a estrada para Lhasa e começa a construção do primeiro troço da linha férrea no planalto tibetano (1974), desde Xining, a capital da província de Qinghai, até Goldmud, duas obras de engenharia consideradas impossíveis, devido às condições extremas do seu ambiente de terceiro polo.

No Noroeste, em Henan, berço da civilização chinesa e de Lao-Tsé, sede de três capitais imperiais, e uma das mais densamente povoadas províncias da China, com mais de 100 milhões de habitantes flagelados pelas cheias mortíferas do rio Amarelo e do rio Huai, metade das 110 barragens construídas em 1958, devido às deficiências técnicas, ruíram em menos de um ano, tal como as experiências mais radicais das comunas populares, que aqui foram pioneiras.

A China ergueria, até à atualidade, mais de 87.000 barragens; só na província de Sichuan (que significa quatro rios), o celeiro do império, quase 70% da energia consumida é de origem hidroelétrica. Seguiu-se, particularmente no período seguinte de Abertura e Reforma, a instalação de fábricas poluentes (sobretudo fundições e indústrias químicas de alto consumo energético) e minas de carvão, pois o acesso permanente e próximo à energia barata implica instalação de centrais a carvão e a sua mineração para garantir o abastecimento na estação seca, tal como a construção a montante de outras barragens, para obviar aos processos de sedimentação. Posteriormente, a partir de 2002, a Corporação Nacional de Energia, foi dividida em cinco corporações distintas, cada uma com direitos exclusivos de exploração da água nas suas bacias hidrográficas (Sanxia_Alto Yang-Tsé, Huaneng_Mekong, Huadian_Nu...).

Em 2012 contabilizavam-se 87.000 reservatórios na China com uma capacidade anual de fornecimento de 240 biliões de metros cúbicos de água, representando 37% nacional de abastecimento de água. No final de outubro de 2009, a área de irrigação eficaz alcançou 877 milhões de hectares, que foram responsáveis por um quinto do total mundial e colocaram a China no topo deste ranking. No final de 2010, a capacidade anual para gerar eletricidade pelo poder da água atingia 721 biliões de KHWs.

Até o final desse ano, a China construiria 413 grandes portos. Destes, 22 movimentam 100 milhões de toneladas. Nos portos costeiros de Shanghai, Ningbo-Zhoushan, Qinhuangdao, Dalian, Shenzhen, Guangzhou, Tianjin e Qingdao, a sua capacidade de manipulação ultrapassou 200 milhões de toneladas e alguns deles chegaram mesmo a 500 milhões de toneladas.

Na segunda metade do século XX, um terço do carvão extraído na China, proveio de Shanxi, tornando a sua capital Linfen, com uma cintura industrial de 20 Km alimentada pela extração de 50 milhões de toneladas desse mineral, a cidade mais poluída da China; o ar, os campos e os rios, estavam permanentemente cobertos por uma espessa poeira negra, provocando graves

problemas de saúde à sua população; aos danos ambientais, somaram-se os prejuízos causados no património construído, com os aluimentos causados pela mineração, afetando cerca de um milhão de pessoas e no património cultural, como nas grutas de Yungang (Datong), um santuário rupestre do budismo. Em conjunto com as províncias vizinhas de Shaanxi e da Mongólia Interior, empregam a maior parte dos 5,2 milhões de mineiros chineses.

A China tem 1,67 milhões de km quadrados de desertos e terra desertificada, situados sobretudo a Noroeste, numa vasta região que se estende ao longo das províncias de Xinjiang, com uma zona de montanhas e glaciares, Gansu e Ningxia, Mongólia Interior e Shaanxi, percorridas pelo Rio Amarelo (Huanghe), que cinco mil anos de civilização, com o abate das suas florestas, transformaram num curso de água lamacento, e dominadas pelo planalto de Loess, criando no seu percurso verdadeiras bacias de pó que varrem as cidades e aldeias até à capital, Pequim. A sobre utilização do rio, com o desvio de 90 % da água para a agricultura, que alimenta 190 milhões de chineses, o abastecimento das cidades em crescimento, o efeito das barragens e quebra das margens sobre o efeito de montanhas de sedimentos e cheias mortíferas, que alteram o seu curso, conduziram em 1977 a que durante 227 dias não conseguiu desaguar no mar de Bohai. A poluição tornou-se igualmente um problema para as mais de 600 cidades que bebem a água do rio e para a qualidade da produção agrária.

Entre 1950 e 1990 a China sofreu o efeito de tempestades de areia semelhantes às que varreram os EUA nos anos 30 e a URSS nos anos 40, provocando vagas de “*refugiados ambientais*”, mas igualmente um esforço nacional para as conter e controlar, traduzidas, numa primeira resposta, na plantação massiva de cortinas florestais nas zonas disputadas ao avanço dos desertos.

A China reúne a maior concentração de glaciares do mundo, 46 mil glaciares e o núcleo central do Terceiro Pólo. Na região autónoma de Xinjiang (da nacionalidade Uigur, uma das 56 da China), entre as cordilheiras de Altai e Tian a norte e as cordilheiras do Pamir e Kulun a sul, os glaciares recuaram 60 metros entre 1960 e 2000, ilustrando de forma irrefutável as consequências do aquecimento global. Ali se encontram também cazaques e russos, viajantes seculares pela Rota da Seda e os descendentes dos pioneiros que na década de 50 e 60 procuraram conquistar o deserto, desviando rios e lagos para as culturas agrícolas e industriais, como o algodão, provocando assim uma sobre-exploração dos recursos hídricos. A deslocação de fábricas por razões de estratégia militar (o risco de guerra com a URSS) para regiões remotas como esta, criou focos de poluição e desequilíbrios ambientais.

Mas a China continua a ter no seu território metade da biodiversidade do Hemisfério Norte e só a referida província de Sichuan possui mais biodiversidade que toda a América do Norte e, neste período, não deixa de ser um país predominantemente rural, com apenas 100 milhões de cidadãos urbanos (Censo de 1980).

No final dos anos 50, a China já não podia contar com o apoio tecnológico

da URSS, cuja linha política (“*social imperialism*”) se recusava a seguir, pelo que avançou para a moderna tecnologia militar com as suas próprias forças, numa linha abrangente com o desenvolvimento nacional, defendida pelo marechal Nie Rongzhen, líder do programa de armamento nuclear (1950_1955_1964, primeira bomba atómica) mais a construção de submarinos nucleares habilitados a lançar mísseis balísticos (1958) e impulsor da investigação aeroespacial (1960/1970).

1976-2005

O período de Abertura e Reforma, dando prioridade ao crescimento económico e urbano e ao desenvolvimento energético e tecnológico, com base no carvão e na deslocalização, do ocidente para a China, das indústrias poluentes e à expansão do turismo sem preocupações de sustentabilidade ou de reabilitação do património.

No Sudeste da China, a província de Guangdong (Cantão) recebeu a partir de 1978 os primeiros investimentos estrangeiros, sob a forma de joint-ventures, com os novos empresários privados chineses (em posição subalterna, à época, pois não recebiam além da quarta parte dos dividendos), muitos deles provenientes da diáspora, e viu a sua economia crescer mais de 100 vezes. As grandes empresas europeias, americanas e dos Tigres Asiáticos, rodeando as suas leis ambientais e com o recurso a empresas fictícias sedeadas em Singapura e Hong Kong, embarcaram para Shunde e Heshan os seus plásticos para reciclagem; o papel para Dongguan; e os velhos e tóxicos computadores, televisões e eletrodomésticos passaram a ser desmantelados em Guyu e Qiungyuan...surgiram os primeiros milionários locais e o mundo capitalista pode alardear a sua conversão às boas práticas da reutilização...a China ganhava novos e penosos empregos e uma ínfima parte dos lucros...Em Shantou, na costa noroeste, instalaram-se, ainda com o recurso às joint-ventures, as fábricas que copiam produtos internacionais ou recorrem mesmo à contrafação, apesar da repressão das autoridades...os seus clientes situam-se sobretudo a Ocidente e a Leste. O comércio de espécies ameaçadas passou a ter aqui o seu centro e as expropriações de terras para o imobiliário e a criação de novas zonas industriais, estão na origem de múltiplos protestos dos agricultores e de casos de corrupção, cujo combate é considerado prioritário pelas autoridades e pelo próprio PCCh. De Guangdong a Jiangsu as fábricas ocuparam a costa da China. Mas nos primeiros tempos da abertura, muitos governos locais, em zonas rurais, criaram as suas próprias indústrias, seguindo o vento liberal que soprava das Zonas Económicas Especiais. Em Jiangsu, os negócios geridos pelo governo local chegaram a ocupar um terço da população, disseminando-se até às suas aldeias. Para esta província e a sua vizinha Hebei, vieram os velhos e poluentes fornos desmantelados na região do Rur, deslocalizados pelos seus acionistas, que assim também transferiam, com

um duplo lucro, as suas emissões de poluição e carbono. Foi assim, com o fabrico do alumínio e sobretudo do aço, que viriam a constituir-se as produções do país mais dispendiosas em consumo de energia e as mais poluentes, juntamente com o fósforo amarelo! A indústria do aço consome um décimo da produção energética e é responsável pela mesma percentagem de chuvas ácidas e emissões de carbono. O Grande Canal que atravessa Jiangsu, no seu percurso de Shangai para Pequim, transformou-se então num esgoto poluído e o idílico lago Taihu encheu-se de algas tóxicas. A contaminação de rios e lagos levou a frequentes suspensões do abastecimento de água. Apesar do valor universal do património ambiental de Sichuan, foi para esta região, em Panzihua e Zhaotong, que o Japão, que cessou essa produção, os EUA, que a reduziu a metade e a Europa em dois terços, transferiram a produção do fósforo amarelo.

Nas províncias costeiras, perto das centrais químicas, começaram a surgir “*as vilas cancerígenas*” e os temas da poluição inundaram a comunicação social.

Na província de Zhejiang nasceram as maiores lojas do mundo, com a dimensão de cidades que, poucos anos antes, eram comunidades rurais, como Yiwu, abastecendo o mundo de bijutarias, beneficiando do que eram na época salários nominais baixos e preços acessíveis às pequenas e médias empresas estrangeiras, que chegavam da Rússia, do Leste Europeu e do Médio Oriente. Qiatou tornou-se a capital mundial dos botões e dos fechos-éclair, Zhangqi dos isqueiros. A laboração das suas fábricas exigia mão-de-obra intensiva, provocava maus cheiros e elevados índices de poluição, pelo uso do plástico e dos metais, mas também equivalia a um baixo nível de investimento e de retorno, pelo que os países desenvolvidos foram encerrando este setor, na Alemanha, nos EUA e na Itália, depois no Japão e na Coreia do Sul e deslocaram-no para a China.

Também em Henan se instalaram papeleiras, fábricas químicas e de curtumes. O seu impacto ambiental e na saúde pública foi devastador. A japonesa Ajinomoto, a maior produtora de glomato de sódio, sob a sigla de uma joint-venture, a Lianhua Gourmet Powder Company, envenenou o rio Ying, afluente do Huai, despejando diariamente para as suas águas 120.000 toneladas de águas residuais. As doenças cancerígenas alastraram pela região, tal como as queixas da população, que chegaram aos meios de comunicação social; em 1995, a primeira lei de proteção ambiental dos rios foi criada para limpar o Huai, o controle ambiental foi instituído e dezenas de fábricas encerradas.

De acordo com o Centro para o Clima Internacional e a Investigação Ambiental de Oslo, a responsabilidade da emissão de gases com efeito estufa da China está relacionada em 9% com a exportação para os EUA e 6% para a Europa. Entre 1999 e 2009, as exportações anuais de papel para reciclar enviadas pelo Reino Unido para a Índia, Indonésia e China subiram de 470 mil toneladas para 4,7 milhões T. O envio de garrafas de plástico subiu de 40 mil toneladas para meio milhão! Destes factos, conclui J. Watts, que

“Se estas emissões fossem contabilizadas, as reduções anunciadas pela Europa nos últimos anos seriam invertidas. A redução espantosa do governo britânico de 18 por cento nas emissões de CO2 desde 1990, revelar-se-ia como um aumento de 20 por cento”.¹⁵

No início dos anos 80, a melhoria das condições de vida no Tibete e a liberalização da dimensão permitida aos rebanhos dos pastores nómadas, levaram ao crescimento desmedido do pastoreio face aos recursos naturais disponíveis, transformando prados em desertos, obrigando à deslocação e reintegração noutras atividades de mais de metade dos 2,5 milhões de nómadas, no que se tornou num fator crítico local de aumento das temperaturas com consequências sobre toda a China e países adjacentes. No contexto do aquecimento global, as montanhas dos Himalaias e do Kunlun carregadas de vapor e ar mais quente, funcionam como convetores que expulsam para a estratosfera grandes massas de ar que antes produziam chuva e neve, provocando carência de precipitação noutras regiões áridas da China e, recebendo a poluição que vem sobretudo da Índia, disseminam-na pela região. Em resposta, o governo da RPCh apresentou para os próximos anos 160 projetos de caráter ecológico num valor que ronda 7.000 milhões de euros, após o estabelecimento de fortes restrições aos cortes de árvores e de controle ambiental das explorações mineiras.

Em 1978 o governo chinês lançou um programa de reflorestação tendo como horizonte o ano longínquo de 2050, a Grande Muralha Verde, destinada a conter o avanço do deserto e as cheias, que se estenderia desde Xinjiang, a oeste, até Heilongjiang, a leste, percorrendo 4.480 Km, mas também para funcionar como sumidouro do carbono, promovendo a mobilização cívica de cada chinês para plantar anualmente 3 a 5 árvores, impulsionada pela efeméride de 12 de março, o dia nacional de plantação das árvores, que tem permitido aumentar a cobertura florestal do país em 66 mil ha por ano.

Em 1992 a China assinou a Convenção de Ramsar, que protege as zonas húmidas e em 1993 foi criada aquela que viria a ser a primeira Reserva Nacional de Zonas Húmidas, as mais extensas do mundo com 25 mil ha, em Fuyuan, na Província de Heilongjiang, que faz fronteira com a Rússia, envolvendo nesse processo as ONG dos dois lados da fronteira e colhendo o apoio do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Fundo de Desenvolvimento Mundial, além do próprio Japão e de diversas sociedades internacionais de proteção da natureza. A reserva de Sanjiang tornou-se assim no modelo nacional para a gestão e proteção destas zonas e uma bandeira do movimento ambientalista na China, fazendo emergir o nome de um dos seus principais líderes, Ma Zhong, então nomeado diretor do Departamento Ambiental da Universidade de Renmin, em Pequim, um alfobre onde nascem as elites chinesas_inconformistas, renovadores e dissidentes!

É um período decisivo que prepara e dá início à luta ideológica interna, no

¹⁵ Jonathan Watts, “Quando Mil Milhões de Chineses saltam”, pág. 146.

seio do PCCh e dos partidos democráticos, nos órgãos de poder e de consulta do estado, em favor de um novo modelo de sociedade socialista que viria a chamar-se “o socialismo ecológico”. Em 1995 a Assembleia Nacional Popular criou o seu Comité de Proteção Ambiental. As forças armadas reconhecem como um dos seus objetivos a proteção ambiental. A Agência de Proteção Ambiental do estado impõe os critérios de avaliação ambiental ao modelo de crescimento insustentável e ganha força política para suspender projetos económicos no valor mais de uma centena de milhar de milhões de renminbi por todo o país, nas zonas mais poluídas das províncias de Guizhou, Hebei, Shanxi, Shandong...A comunicação social foi mobilizada e o papel das ONG incentivado. A Lei de Proteção da Vida Selvagem surgiu em 1998 e coloca a ênfase não na conservação dos habitats mas antes na reprodução em cativeiro das espécies ameaçadas (algumas das quais continuam a fazer parte da dieta alimentar dos chineses e da sua farmacologia tradicional), proibindo embora a sua matança e captura (consideradas propriedade de todo o povo, isto é, da RPCh), e encorajando a criação de reservas naturais. A lei prevê pesadas penas para os infratores e há notícia de mais de trinta execuções por tráfico ou morte de elefantes e pandas gigantes. Os protestos ambientais contabilizados em 2005, contra a requisição de terra para as indústrias poluentes e contra a sua operação e instalação, registaram nesse ano de viragem mais de 5.000 incidentes de massas, mais de 128 mil disputas e mais de meio milhão de cartas e queixas às autoridades.

A inauguração da barragem das Três Gargantas em Hebei, não foi apenas a celebração de um feito notável de engenharia, que realizava os sonhos de progresso de Sun Yat-Sen e de Mao, conduzindo a um debate nacional tão vasto e complexo sobre os seus impactos ambientais, que dividiu a própria Assembleia Nacional Popular, onde um terço dos deputados eleitos disse não à aprovação da sua construção. Para além dos custos de transferência de mais de 1,5 milhões de pessoas e a submersão de um vasto património, o debate prosseguiu na imprensa nacional quando a água encheu o gigantesco reservatório, provocando deslizamentos de terras e ondas gigantes e cresceu a acumulação de lixo e algas, com graves danos para a qualidade da água de quase duzentas cidades. A Região Autónoma Uigur de Xinjiang conserva um terço das reservas da China em petróleo e gaz e os maiores depósitos de carvão inexplorados. Nos anos 90, os académicos chineses alertaram para os riscos decorrentes da exploração do petróleo e do algodão, olhos postos na tragédia do mar Aral, no vizinho Usbequistão e na sobre exploração dos rios e lagos locais, como o Tarim e o Lop Nor: grandes extensões florestais secaram e espécies raras como o tigre, o argali, o camelo bactriano e o urso pardo, foram dizimados. As tempestades de areia avançaram unindo dois desertos, o Tuklaman e o Kum Tag. Ao contrário, os glaciares recuavam e dividiam-se, como o Urumqi no1 (em 1993). As nuvens de fuligem, oriundas das chaminés dos países em desenvolvimento, da queima das florestas e dos motores a gásóleo, conhecidas como carbono preto, chegavam aqui em força e descoloriam

as grandes massas de gelo.

A ameaça de cheias e secas tornava-se real, criando uma equação complexa e contraditória, tal como o modelo de desenvolvimento de Xinjiang: quando a República Popular da China foi fundada, a pobreza e o atraso extremo desta região, abandonada pelos imperadores, punha em causa a dignidade da vida humana e a sobrevivência das suas comunidades multiétnicas; agora, aeroportos, autoestradas, caminhos-de-ferro e oleodutos, ligam a região ao destino comum da China e da Ásia Central, ao tornar-se na sua principal produtora de gás e combustível. Ali se alcançou ao topo dos impérios empresariais a primeira empresa do mundo com um bilião de dólares, a PetroChina: desde 2004, ao longo de 4.200 km, o gás natural flui de Lunnan a Xangai. Aqui ganhou forma o plano estratégico de Uma Nova Rota da Seda, com a Autoestrada nº1 da Ásia, de Urumqi a Istambul, passando pelo Irão, Usbequistão, Tagiquistão e Quirguistão e a aliança dos produtores de petróleo da Organização Económica de Shangai, que aproxima a China e a Rússia dos países produtores da Ásia Central, e representa um quarto das reservas mundiais.

A complexidade da situação ambiental traduz-se em Xinjiang pelo fato de o fenómeno de aquecimento global aqui se desenvolver com aspetos paradoxais: alguns dos glaciares, ao contrário da tendência dominante, têm crescido e a elevação da temperatura também trouxe aumento de precipitação às planícies e mesmo aos desertos; estes últimos, de solos alcalinos, parecem afinal ser capazes de absorver quantidades significativas de dióxido de carbono. O paradoxo estende-se ao restante território da China: os glaciares recuavam no Tibete, Qinghai, Gansu, Sichuan...e grandes lagos secavam em Hebei e na Mongólia Interior, mas nas planícies da costa da China a agricultura prospera, ao receber mais humidade e calor.

Em Xinjiang, a orientação política e económica era então para restabelecer o equilíbrio ambiental e promover o desenvolvimento sustentável: as centrais termoelétricas adotaram a tecnologia do carvão limpo; a capital, Urumqi, promoveu a criação de um vasto parque ecológico, foram desenvolvidos os planos para a captação da água que desce dos glaciares. O primeiro-ministro chinês enviou para a região, como representante da nova orientação política, aquela que fora a Ministra da Conservação da Água e da Energia, Quan Zhen-gyng, responsável por grandes obras como a barragem das 3 Gargantas, com um novo discurso sobre a sustentabilidade ambiental: era preciso pôr fim ao consumo indiscriminado da água numa agricultura industrializada que esgotava os recursos hídricos e persuadir os agricultores a reconverter a sua atividade, com o apoio do estado para o seu realojamento. Consequentemente, já que 96% da água era consumida na agricultura, a partir de então, esta devia suprir apenas as necessidades do mercado local, e com o auxílio de uma nova tecnologia que permite controlar a fusão dos glaciares bombando dióxido de carbono, ficava aberta a possibilidade de explorar a maior riqueza mineral da região, o carvão.

O programa de “Desenvolvimento do Oeste”, que representa 79% do território da China e 30% da sua população, lançado em 2000, incentivou uma segunda linha de investimento internacional e central nas províncias de Gansu, Guizhou, Qinghai, Shaanxi, Sichuan e Yunnan, e nas regiões autónomas de Ningxia, Tibete, Xinjiang, Guangxi e no município autónomo de Chongqing, que fazem fronteira com dez nações.

Das aldeias industriais, que se transformam em vilas e cidades, às grandes metrópoles, é neste período que a China dá um passo gigantesco para alterar a sua demografia, ao mesmo tempo que o resto do planeta, o mundo urbano vai prevalecer sobre o mundo rural, originado uma migração massiva de 400 milhões de camponeses para os centros urbanos, atraídos pelo trabalho na construção e nas novas fábricas. Na província de Anhui, as remessas destes migrantes tornaram-se superiores ao orçamento provincial.

Chongqing anuncia a tendência dominante deste primeiro quarto de século: uma cidade que duplicará os seus habitantes até aos 20 milhões em 2020, num total de 31 milhões atuais, repartidos pelo campo e pela urbe, impulsionada pela subida dos custos de produção nas regiões costeiras, produtora dos ícones mais marcantes da moderna sociedade de consumo: as motas e os carros, deslocalizados de novo, dos Brasis para as margens do Yangtsé_BMW, Crysler, etc. e dali multiplicadas para o Vietname, a Tailândia ou...a Bulgária.

O programa de “Revigoração do Nordeste”, províncias de Heilongjiang, Jilin e Liaoning, lançado em 2003, procurou resolver a crise institucional e social resultado do encerramento de indústrias obsoletas, apoiando as indústrias de fornecimento de equipamentos e farmacêutica, a silvicultura, a maior produção de cereais do país e o fornecimento de matérias-primas do setor energético.

O programa de “Avanço do Centro”, que ocupa 10,7% do território, mas alberga 19,5% da sua população, incluindo as províncias de Shanxi, Jiangxi, Hunan, Hubei e Anhui, iniciado em 2004, visou fortalecer o papel desta zona como uma das bases da produção cerealífera do país e charneira de comunicações e transportes ligando toda a China, um centro de produção de carbono limpo e de matérias-primas.

Na província de Shanxi, a capital do carvão, em 2005, os danos ambientais foram estimados em mais de quatro mil milhões de euros.¹⁶

Entre este ano e 2008, a China abria duas centrais de 600 MW por semana;

¹⁶ Segundo os dados do Institute of Energy, Economy, da Academia de Ciências de Shanxi (26.10.2007), este resultado foi calculado com base na seguinte agregação de prejuízos: danos nos aquíferos, mais de mil milhões de euros; sedimentação, cerca de 400 milhões de euros; eliminação dos detritos, 450 milhões de euros; poluição do ar, 600 milhões de euros; poluição aquática, 250 milhões de euros; erosão e outros, 800 milhões de euros...Citado no livro referido de J. Watts, pág.266.

a partir de 2007 ultrapassou os EUA como maior emissor dos gases de efeito estufa.¹⁷ O acumular dos problemas ambientais_ as chuvas ácidas atingiam 30% do território chinês e dos acidentes, particularmente no setor privado (o estado concede o direito de exploração e de lucro aos empresários), conduziu a uma revisão das normas ambientais e de segurança, ao intensificar da fiscalização e a uma viragem histórica na política energética da RPCh. Não apenas naquela província, por todo o país, em Shaanxi, na Mongólia Interior, em Hebei, Henan, Xinjiang, Guizhou...as minas ilegais e as fábricas mais poluentes foram sendo encerradas. No governo central chinês emergiu a figura do então vice-ministro do ambiente, Pan Yue, como o porta-voz da consciência ambiental e da necessidade de realizar a transição ecológica da economia da China, enquadrada pela visão estratégica da Perspetiva Científica do Desenvolvimento:

Jornalista de profissão (Economic Daily e China Environment Journal), ativista da questão ambiental, ascende a vice-ministro do Ambiente onde se mantém entre 2008 e 2015 e torna-se igualmente vice-presidente da Central Academy of Socialism in Beijing, um cargo que equivale ao de ministro. A sua carreira política simboliza o reconhecimento e a crescente influência das diretrizes ambientais na linha política do PCCh e do governo.

Nomeado diretor (第一副局长) do Chinese State Environmental Protection Administration (SEPA), vê o SEPA transformar-se no Ministry of Environmental Protection, de que se torna vice-ministro e o seu Ministério ganhar assento no Conselho de Ministros. A sua atividade política torna-se determinante na China e merece um amplo reconhecimento internacional.¹⁸

Defensor do conceito de PIB ambiental (Green GDP), citemos duas ideias centrais do seu pensamento político:

*“China’s environmental pollution record when its GDP was 400 to 1000 U.S. dollars was comparable to a developed country whose GDP was between 3,000 to 10,000 U.S. dollars...“The environmental crisis has become a new means of transferring the economic crisis...”*¹⁹

As multinacionais do comércio instalaram as suas sedes e lojas em Shangai. A sua expansão vertiginosa pode ser exemplificada pelo crescimento da Kentucky Fried Chicken, presente com as suas duas mil sucursais e em quatrocentas cidades chinesas, com uma força de trabalho de 200.000 empregados, a maior cadeia de restaurantes da China, com mais do triplo de estabelecimentos que a empresa mãe nos EUA. Aqui predominam igualmente as corretoras e transportadoras marítimas chinesas.

Os habitantes de Shangai criaram um novo modelo de consumismo para a

¹⁷ O carvão produz mais 20 % de dióxido de carbono que o petróleo e mais 80% que o gaz natural. As suas minas libertam ainda metano.

¹⁸ Em 2010 recebe o Ramon Magsaysay Award. É nomeado Person of the Year 2007, pelo British weekly politics magazine New Statesman.

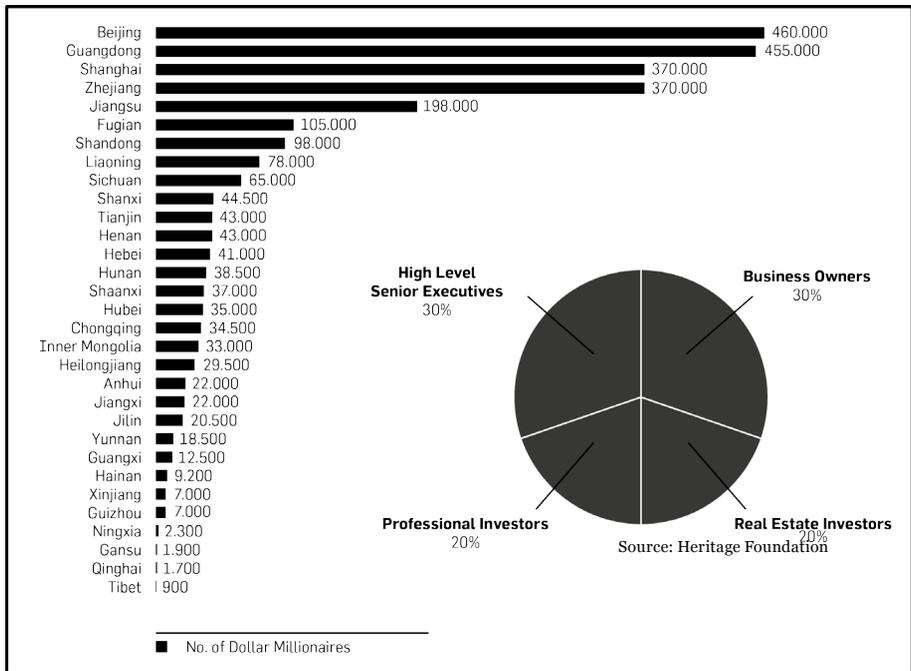
¹⁹ Ver a entrevista e o artigo: “The rich consume and the poor suffer the pollution” e “The environment needs public participation, in 文章 Articles, chinadialogue (2006). E a entrevista “a Der Spiegel “The Chinese Miracle Will End Soon” (2005).

China: nos primeiros dez anos de Reforma e Abertura, considerando o todo nacional, o número de carros cresceu 700 vezes, de frigoríficos, 1.200 vezes e de aparelhos de ar condicionado 390.000 vezes... Shangai liderava, com o seu habitante médio consumidor de 2 telemóveis, 1,7 ares condicionados e televisores, mais do que um frigorífico, gastando quase o dobro do resto do país. E ascendia ao pódio dos milionários, consumidores de Bentley, Ferrari e Porches e das marcas de luxo, apesar do seu custo ser o dobro que nos mercados ocidentais.

A China enfrenta o desafio de alimentar 20% da população mundial

China Internet Watch

Where the Chinese Dollar Millionaires Live



Source: Data, Hurun Research Institute

Fig. 2

possuindo apenas 10% da sua terra arável. Nos anos 90 perderam-se 25 mil quilómetros quadrados dessa terra, ocupada sobretudo pela expansão industrial e urbana (mais de 50% com a construção) e também pela florestação industrial. O recurso aos híbridos e espécies geneticamente modificadas foram a solução encontrada. Mas o impacto dos agroquímicos passou a constituir uma nova forma de poluição em grande escala e criou graves problemas de

sanidade e qualidade dos produtos agrícolas (multiplicação dos níveis de nitratos e fosfatos, maior acidez dos solos, diminuição da população bacteriana, contaminação dos lençóis freáticos...). Mas o maior problema parece ser a contaminação do mar.

A província de Shandong, onde a influência alemã deixou a maior produtora de cerveja nacional, igualmente rica em carvão e petróleo, é a maior produtora nacional de carne e a segunda de trigo e algodão. Terra natal de Confúcio, as antigas preces dos imperadores na montanha sagrada de Taishan em favor da fertilidade, foram substituídas pela investigação avançada da sua Universidade de Agronomia, orientada para as biotecnologias e particularmente para o melhoramento genético das espécies, questão controversa em termos ambientais, que já tem impacto em mais de metade da produção agrícola chinesa de trigo, arroz, soja....

No Norte da China, na região de Pequim, como em Henan, Hebei e Shandong, os novos híbridos gerados pelos álamos e choupos modificados geneticamente cobrem agora as suas imensas planícies e as margens das estradas, da província de Laoning até ao Yang Tzé, o Rio Azul, o maior da Ásia, provenientes do centro de Agricultura Experimental de Linyi e do labor da professora Zhang Qwien.

Esta floresta industrial, de rápido crescimento, para a produção de madeira e a proteção dos campos, mas também sumidoura do carbono, reduz substancialmente a dependência da China das importações de madeira da Rússia, Papua Nova Guiné ou Indonésia, com uma capacidade produtora de 143 milhões de m³. Em paralelo, o consumo de carne crescia de 54kg de carne em 1980 para 74kg em 2007, tal como a importação de soja para o setor alimentar, provocando nos países de importação, como no Brasil, maiores desflorestações...e conduzia a China, como o Japão e a Coreia do Sul a comprar terra em África para as produções alimentares.

Esta situação gerou uma reação de outros setores da academia, em favor da agricultura biológica e do regresso às técnicas de fertilização tradicionais.

O Instituto de Oceanografia de Qingdao, ainda na província de Shandong, que é o maior centro de investigação chinesa neste setor, considera que as algas tóxicas são a principal ameaça à qualidade ambiental dos mares da China, igualmente com pesadas consequências económicas, pois exterminam a vida marinha ao consumir o oxigénio da água: a sua propagação está associada ao excesso de nitratos e fosfatos que desaguam no oceano. Em paralelo, o fenómeno de eutrofização atingiu os grandes lagos da China_Dianchi (Yunnan), Taihu (Jiangsu), Chaou (Anhui), Xinlicheng (Guangdong), asfixiados pelos limos verdes e algas azuis.

Com o impulso dos investigadores do Instituto, o governo da RPC h lançou uma vasta campanha para conter e recuperar a degradação dos 18.000km de costa, do oceano pacífico ou do mar de Bohai, apoiado nas denúncias da comunicação social, incentivando os governos locais a promover o tratamento generalizado dos esgotos urbanos e indústrias, procedendo ao repovoamento

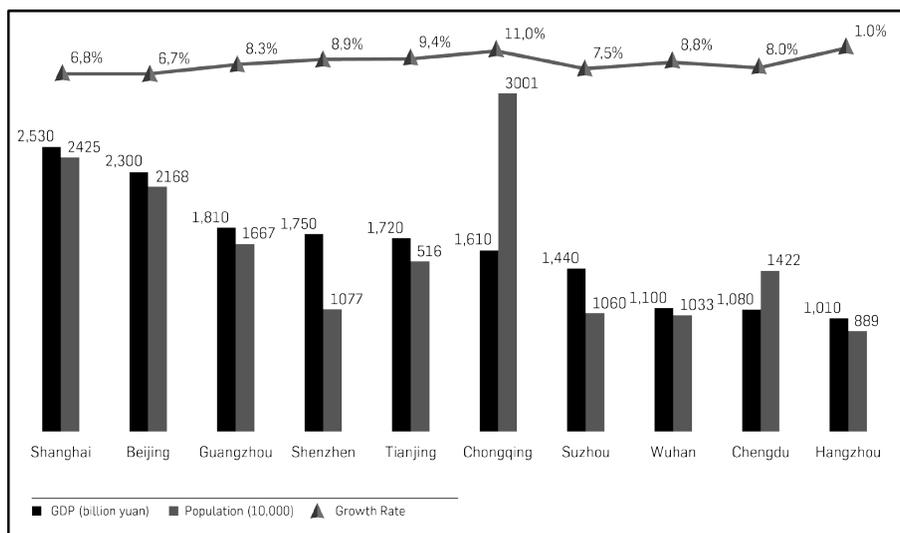
dos pescueiros, monitorizando o impacto ambiental em termos de metais pesados, fósforo e nitratos, apoiando a aquacultura...e a cultura de algas, não apenas para fins alimentares, mas também para fixar o carbono sequestrado nas unidades de gaseificação.

No intervalo de 1986 a 2000, mais de 12.000 Km² de terra arável foram transformados em terrenos urbanizados, sobretudo para construir novas pequenas cidades de cinco a dez mil pessoas. A perda de terra arável aumentou o arroteamento dos ecossistemas naturais²⁰, como acontecera no primeiro período, mas agora não para satisfazer as necessidades alimentares básicas, mas para responder ao consumismo resultado da distribuição da riqueza por uma classe média que breve atingiria as três a quatro centenas de milhões de consumidores e deve representar em 2020 metade dos 1.310 milhões de chineses, garantir aos 800 milhões de chineses retirados da pobreza a segurança alimentar e assegurar ao mundo empresarial, a baixo preço, os terrenos que procuram.

O governo da RPCh traçou então o seu plano nacional de urbanização, para receber os 400.000 milhões de migrantes em marcha para as cidades e aliviar a pressão ambiental. As megas e prósperas cidades de Shenyang, Beijing, Zhengzhou, Wuhan, Changsha, Qingdao, Nanning, Chengdu, Chongqing, Shangai e Cantão, as extensas planícies agrícolas fertilizadas pelos rios do Noroeste, Centro e Sul da China, acolherão de forma organizada a maior parte desta enorme massa populacional, beneficiando de serviços coletivos de transporte e outros serviços urbanos de proximidade, cidades reconvertidas ao modelo de consumo de baixo carbono, ambientalmente renovadas com pulmões verdes e de património arquitetónico recuperado, enquanto, em paralelo, se fará cessar a construção nas cabeceiras dos rios, nas florestas que contêm os desertos e na linha de proteção das costas.

²⁰ Ter-se-ão perdido então quase 12.000km² de baixios e ocupado mais de 10.000km² de terrenos pantanosos na costa. As novas terras agrícolas foram retiradas sobretudo às florestas, 24,2 % e às pradarias, 66%.

Shanghai maintained first with GDP of 2.5 trillion yuan in 2015 Hangzhou became the 10th top GDP city in China



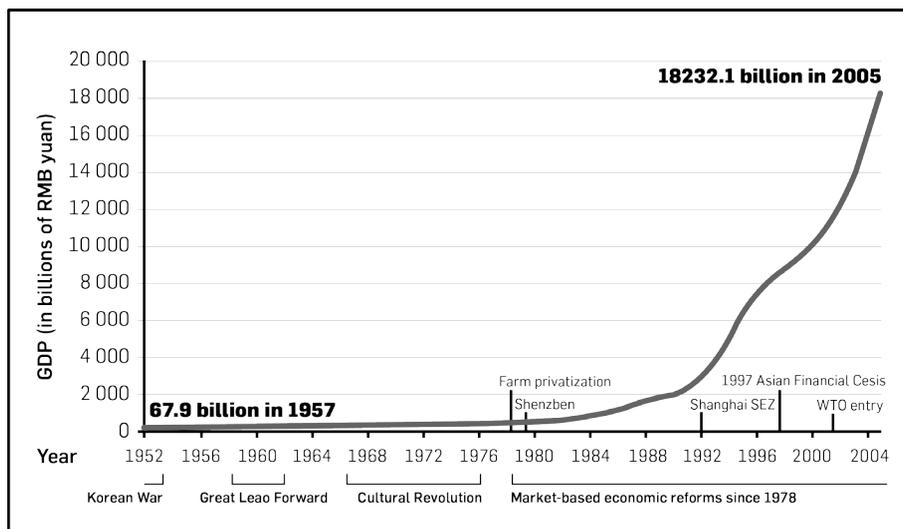
Source: China Internet Watch

Fig. 3

É neste período crítico, que em várias províncias surge a tentativa de calcular um PIB Verde, produção económica menos custos ambientais e as províncias e cidades tomam nas suas mãos o esforço de transição para uma economia ecológica: Hangzhou, a capital de Zhejiang, reconverte-se como cidade de serviços, reabilita a sua paisagem cultural para o turismo e aposta nas tecnologias da informação, aqui nasce aquela que virá a ser maior empresa privada do mundo de comércio eletrónico, a Alibaba Group's (1999), cujo lema é to make it easy to do business anywhere, mas cuja missão é apoiar as micro e pequenas empresas fazendo-as chegar ao mercado mundial. A província de Jiangsu tornar-se-á no maior fabricante do mundo de painéis solares, através da sua empresa Suntech.

O caminho percorrido, marcado por dois períodos anteriormente caracterizados nos planos económico e político, pode agora ser traduzido no mapa anexo sobre a evolução do PIB da RPCh:

GDP evolution in China



Source: Government of China

Fig. 4

2005-2017

O período da transição para uma economia ecológica, para a sociedade socialista ecológica e a China formosa

O incidente de poluição do rio Songhua pela Companhia Nacional de Petróleo da China_CNPC, em finais de 2005 e o comportamento dúbio das autoridades da província de Heilongjiang e do Ambiente, foi “a faísca que pode incendiar a pradaria”, para usar uma consigna de Mao: provocou a queda do Ministro do Ambiente e a demissão de altos quadros da empresa e da administração de Heilongjiang e da cidade de Jilin.

O ponto de viragem, no interior do aparelho de estado, ocorre com a elevação do ambiente à categoria de Ministério no ano de 2008, conquistando assim, o direito a voto no Conselho de Estado.

O 11º Plano Quinquenal 2006-2010 traçou as suas metas com vista a melhorar a situação ambiental da RPCh: A eficiência energética aumentaria 20% e com ela a redução da poluição em 10%. As taxas de emissão de CO₂ tornaram-se mais exigentes que nos EUA. É publicado o primeiro Livro Branco sobre as Alterações Climáticas, e são lançados os primeiros modelos de cálculo provincial de PIB verde.

Em 2007, o Banco Mundial e a Agência Chinesa para a Proteção Ambiental estimavam o custo anual da crise ambiental na China no valor astronómico de 5,8% do PIB, num documento com a chancela do Ministério da Saúde e do Ministério dos Recursos Hídricos da RPCh.²¹ Nesta data, 76,6% da energia produzida na China tinha origem no carvão. Mas o governo da RPCh publicou então o primeiro plano nacional sobre as alterações climáticas, que incluía um gigantesco programa de reflorestação, o fomento das energias renováveis e um vasto conjunto de medidas preventivas.

As novas centrais elétricas chinesas oferecem agora um grau de eficiência que as coloca na vanguarda das tecnologias de “carvão limpo: Nesse ano, já se encontravam instaladas 226 grandes centrais termoelétricas supercríticas e 9 ultra-supercríticas, operando a temperaturas e pressões muito elevadas, um número que ultrapassa largamente a totalidade das que existiam no mundo.

Nas províncias do Nordeste, onde o velho modelo de produção industrial mostrou mais cedo a sua insustentabilidade económica e ambiental, a cidade de Dalian, que incorpora a antiga Porto Artur (Lüshun), província de Laoning, foi a escolhida para instalar o Laboratório Nacional para a Energia Limpa de Dalian para o desenvolvimento das energias renováveis e o combate ao aquecimento global, sob a direção de uma autoridade mundial nestas matérias, o professor Li Can, integrado no seu Instituto de Física e Química, correspondendo à estratégia do governo que pretende preservar as imensas reservas de Xinjiang, e, na sua exploração futura, proceder à sua transformação em gaz natural e metanol e ao seu transporte longínquo por gasodutos e oleodutos.

Quando a Shanghai Automotive desenvolveu o projeto para construir carros elétricos e a Build Your Dreams lançou em Shenzhen a construção de viaturas híbridas, Dalian foi pioneira na utilização de autocarros híbridos e cédulas de hidrogénio para os carros elétricos. Lançou simultaneamente uma grande central eólica e, progressivamente, substituiu as fontes energéticas das fábricas por geradores nucleares.

As suas equipas de cientistas descobriram uma ferramenta revolucionária para analisar a conversão de energia (espectroscópio de raios UV Ramon), desenvolveram as técnicas de dessulfuração aplicadas ao gasóleo, fizeram novas descobertas sobre catálise e energia solar, que consideram a opção chave para o futuro da China e da humanidade.

Entretanto, fornecem à economia em transição ecológica, além dos ganhos em eficiência energética, as tecnologias de ponta do carvão limpo, a Gaseificação Integrada a Ciclo Combinado e Armazenamento e Recolha de Carbono (IGCC mais CSS), que converte o carvão em gaz sintético não poluente. E criaram as bases para uma nova geração de painéis solares que irão progressivamente cobrir os desertos da China, de Gansu a Xinjiang.

²¹ “Cost of Pollution in China: Economic Estimates of Physical Damages”. Neste tipo de estimativa utilizam-se variáveis de cálculo como o valor da poluição do ar e da água, chuvas ácidas, catástrofes ambientais, desertificação, poluição e perda do solo com a consequente destruição das culturas... Os seus resultados explicam porque poucos governos os utilizam, dada a sua terrível transparência no que toca aos resultados e interesses que prevalecem no atual modelo dominante na economia das nações...o capitalismo liberal, financeirizado e globalizado.

Os cientistas de Laboratório Nacional para a Energia Limpa conseguiram também, a partir da energia solar, converter o dióxido de carbono em hidrogénio, que poderá ser usado como combustível que substitui os derivados do petróleo, embora ainda a título experimental e constitui uma alternativa aos riscos ambientais de capturar e enterrar o dióxido de carbono. É também a China que passa a liderar o desenvolvimento e adoção da tecnologia do Ciclo Combinado de Gaseificação Integrada_CCGI, que transforma o carvão em gaz, limpa as impurezas, maximiza a eficiência e captura o carbono (A empresa chinesa ENN é pioneira nesta área).O debate na China será, desde então, a opção entre estas duas alternativas;

No imediato, o carvão para petróleo e a CCGI vão ser integrados num único sistema. As metas apontadas para 2020 são de atingir 15% do fornecimento de energia através das renováveis, o que representa um investimento de 300.000 milhões de dólares e para as tecnologias limpas um valor superior!

A transformação ecológica do Nordeste tem na cidade renascida de Tianjin, a terceira da China, com mais de 11 milhões de habitantes e o seu quinto porto, o exemplo mais avançado; na zona de Tianjin Binhai está a nascer o projeto de uma cidade ecológica modelo para 350.000 habitantes, financiada pelos governos da China e Singapura.

O mar de Bohai, que foi o mais poluído da China, recupera agora que as antiquadas fábricas das províncias do Nordeste foram encerradas, os efluentes tratados e novas unidades de produção, dos gigantes da indústria, como a Huadian, a PetroChina e a capital Steel, equipadas com novas geração de fornalhas e sistemas de controle da poluição que aumentam a eficiência energética, foram realocizadas para longe dos centros urbanos e concentradas na Cidade-Ecológica (e ilha) de Caofeidian de Tangshan, na província de Hubei: o maior porto de carvão do país, as suas maiores siderurgia e petroquímica.

A cidade de Shenyang, que a ocupação japonesa tornara numa das bases industriais da província de Liaoning e uma das mais poluídas, foi eleita em 2004 pela Administração para a Proteção Ambiental como a cidade modelo da China. O seu plano de transição ecológica incluiu a substituição das velhas chaminés por novos sistemas despoluentes, instalação de painéis solares nos bairros, campanhas de arborização e de limpeza dos rios e, como joia da coroa de glória, a construção de uma nova cidade ecológica que nasce da cooperação científica entre a Faculdade de Arquitetura de Jianzhu e as suas congéneres dos EUA; aqui se pode encontrar uma das intervenções mais exemplares de Yu Kongjian, o paisagista que quer recuperar a paisagem cultural da China (terroir) e que ali reconstruiu a paisagem cultural dos campos de arroz.²²

Para enfrentar a situação de crise das nove províncias do Noroeste e do Norte que são atravessadas pelo Rio Amarelo_ o seu caudal representa 2% da

²² A obra de Yu *The Art of Survival*, preconiza o regresso às paisagens culturais, que são o fruto das relações milenares dos camponeses da China com a terra, reusando o artifício dos jardins chineses (que o Japão importou) cujo modelo é o Palácio de Verão. Tornou-se consultor do governo e muito influente na nova urbanização da China, e também empresário no setor, através da sua empresa Turenscape. Os seus projetos foram adotados no parque Qiaoyuan em Taijin, no Thiazou em Zheiang, no Qinhuangdao em Hebei e no Zhongshan em Guangdong (Cantão).

água que corre nos rios da China, mas irriga 15% da sua agricultura e abastece 12% da população, a comunidade científica foi convocada para enfrentar o problema e dois caminhos foram experimentadas, continuando em aberto: a via taoista de não agir contra a natureza, deixando vastas extensões de terra em reserva e pousio para que recuperasse a sua fertilidade nalgumas dezenas de anos, ou a via das tecnologias limpas e cientificamente avançadas, que alguns interpretam como uma perspectiva política neoconfucionista que preconiza retomar e aumentar a escala da primeira fase de construção de socacos nas montanhas e planaltos de Loess, para servir de suporte a novos bosques irrigados; e aumentar a precipitação através do bombardeamento das nuvens pela Força Aérea com iodo ou hidrogénio líquido_ prática alargada a 30 gabinetes provinciais, suficientemente dotados de quadros e recursos; reconverter a produção fabril com as tecnologias de carvão limpo...

Em 2015 o país atingia a meta de 10.000 cidades planeadas de acordo com o esquema de desenvolvimento de baixo carbono. Tianjin torna-se o seu modelo:

- aumentar a eficiência energética nos processos industriais;
- reestruturar a economia local favorecendo os negócios de baixo carbono, e promover o desenvolvimento de parques industriais de baixo carbono;
- tornar as construções novas e as existentes energeticamente mais eficientes;
- promover o transporte de baixo carbono aumentando o acesso ao serviço público limpo e ao transporte não motorizado;
- aumentar a percentagem de geração de energia renovável;
- reduzir os impactos do consumo.

A política fiscal foi reorientada para ser um instrumento de apoio à transição ecológica da economia: Isenções e reduções tarifárias são aplicáveis a empresas nacionais e estrangeiras listadas como empresas “*incentivadas*” no Catálogo de Reestruturação Industrial da China e no Catálogo para o Investimento Estrangeiro, como as fabricantes de equipamento para tratar da poluição do ar, que podem importar equipamentos para uso próprio isentos de tarifas de importação.

5. PLURALISMO, INCONFORMISMO E DISSIDÊNCIA NA CHINA

Que cem flores desabrochem e cem escolas rivalizem Chinese think-tankers and political theorists

A ideia de um ambiente político sufocado, sem liberdade de informação, publicação, organização e debate público, ignora a história da China e do seu caminho para a democracia, que em diferentes contextos políticos da RPCh vem prevalecendo sobre o monolitismo ideológico e a repressão.

Para que o leitor crítico possa elaborar o seu próprio juízo, usamos de novo as versões originais em inglês das correntes ideológicas mais expressivas que atravessam a China, e radicam na própria tradição maoista que a consigna em epígrafe evoca.

Em síntese, apresentamos um breve panorama desses grupos e tendências, que alargam o pluralismo ideológico e político para além da frente ampla constituída em 1949 pelo PCCh e pelos oito partidos democráticos, os quais têm estrutura orgânica, isto é, um órgão de comunicação escrito ou digital, rostos conhecidos, estruturas formais ou informais...

New Right: Neoliberal and Anti- Keynes (Zhang Weiying)

He Di's (the greatest banker of Hong Kong) and chairman of Boyuan Foundation, aspires to enable Chinese people to live in "*a world of liberty, democracy and free markets.*" The challenge, for Boyuan, is that these "*universal values*" are the antithesis of the principles by which the Communist Party keeps itself in power.

Highlights: The secret to a growing economy, is wealth creation, which depends on innovation, which depends on entrepreneurialism. Government stimulus and, especially, a government industrial policy is not part of this equation. Boyuan Foundation (Qin Xiao, Chairman of China Merchants Group) from Hong Kong focuses on mid and long-term issues in Chinese macro-economy, society and international relationship.

Organized by China Association for International Friendly Contact (CAIFC), and presented by CAIJING Magazine, the Sanya Forum is a high-profile platform convening top- ranking business executives, think-tank leaders and far-sighted policy makers to explore pressing issues facing the world and propose solutions.

Charter o8, whose authorship is attributed Nobel Peace Prize to this year, Liu

Xiaobo advocating the development of China to the model of Western capitalism.

Carta O8

A análise da Carta O8, cuja autoria é atribuída ao Nobel da Paz desse ano, Liu Xiaobo e que estaria na base da sua condenação em 2008 pelo Tribunal Popular da China, tem-se centrado no Ocidente na área das suas reivindicações de mudança do sistema político, identificadas como preconizando a evolução da China para o modelo de democracia ocidental.

Mas, manda o método e o rigor das ciências políticas, que se parte sempre da avaliação das propostas de economia política, para classificar o rumo desta dissidência. Transcrevemos aqui o seu núcleo fundamental:

“We should establish a Committee on State-Owned Property, reporting to the national legislature that will monitor the transfer of state-owned enterprises to private ownership in a fair, competitive, and orderly manner. We should institute a land reform that promotes private ownership of land, guarantees the right to buy and sell land, and allows the true value of private property to be adequately reflected in the market.”

As propostas dos subscritores da Carta O8 significam o desmantelamento do sector estatal e a sua privatização mundial, setor que constituiu a base da resistência da economia chinesa aos efeitos devastadores da crise financeira ocidental e o suporte da “economia de mercado socialista” e da redistribuição da riqueza nacional, traduzida na nova fórmula do Artigo 6º da Constituição da República Popular da China (1999).

“A base do sistema económico socialista da República Popular da China é a propriedade pública socialista dos meios de produção, designadamente a propriedade de todo o povo e a propriedade coletiva do povo trabalhador. O sistema de propriedade pública substitui o sistema de exploração do homem pelo homem e aplica o princípio «de cada um conforme as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho» «No período inicial do socialismo, o Estado persiste no sistema económico fundamental, tendo por principal a propriedade pública com o desenvolvimento conjunto da economia de propriedades diversificadas, e no sistema de distribuição tendo por principal «a cada um segundo o seu trabalho» com a coexistência de meios diversificados de distribuição.”

Por outro lado, o maior feito do regime chinês, na lógica da sua massa populacional, designado de República Popular (democracia popular), é ter tirado 500 milhões de camponeses sem terra da miséria, restituindo-lhes a posse da terra que tornaram agricultável ao longo de quatro mil anos de civilização (Artigo 17º da Declaração Universal dos Direitos do Homem: Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade) e tê-los libertado do flagelo dos senhores da guerra, e conquistado a paz, a coexistência pacífica entre 56 nacionalidades, instrução, cuidados primários de saúde e assistência social básica.

Ora a proposta de Liu Xiaobo e do seu grupo, de liberalização do comércio da terra, significa, em qualquer sistema económico, a concentração da propriedade rural privada e a concorrência ruinosa para os pequenos agricultores e as suas

cooperativas.

O contrário, o novo Arto 8º que resulta da revisão constitucional já citada, harmoniza os direitos à posse e usufruto pessoal da terra cultivada, com a competitividade no mercado através da organização cooperativa:

“As unidades coletivas económicas rurais aplicam o sistema de exploração de dois estratos integrados de unificação com a separação, tendo por base a exploração por meio de contrato do agregado familiar. Pertencem ao sector da economia socialista de propriedade coletiva do povo trabalhador todas as formas de economia cooperativa de produção, distribuição e circulação, de crédito e de consumo. Os trabalhadores que são membros de unidades coletivas económicas rurais têm o direito de, nos limites definidos pela lei, cultivar parcelas aráveis e terrenos montanhosos destinados a uso particular e o direito de se dedicar a uma economia auxiliar e à criação de gado por conta própria.”

Nesta base, compreende-se que a subscrição desta carta não tenha na China rural, que protestou contra a expropriação de terras agrícolas para a construção urbana e na China dos novos empreendedores agrícolas, de base familiar, qualquer manifestação de apoio.

New Leftism

School of intellectual thought that is critical of capitalism and aspects of the Chinese economic reforms. New Leftism most strongly resemble the “*democratic socialism*” and “*humanistic Marxism*” (Wang Hui; Cui Zhiyuan; Wang Shaoguang).

Highlights: Contemporary Chinese Thought and the Question of Modernity; The End of the Revolution: China and the Limits of Modernity; Second Liberation of Thought, Liberal Socialism and the Future of China.

Wrestling with the Invisible Hand: Soft- Budget-Constraint in the Capitalist Economy; China, India and Beyond: Development Drivers and Limitations...Or liberal left. Or...postmodern left. Or... neomaoisme.

A Nova China escolheu o seu próprio caminho para a democracia, conquistado com a dádiva suprema dos seus milhões de mártires e o seu povo decidirá no futuro a sua evolução.

O Partido Comunista da China, que desconhecemos

Como se explica que entre a multidão de especialistas da China, procurando entre centenas de milhar de artigos e livros, não encontremos senão um punhado de estudos desenvolvidos com base nas metodologias das ciências, neste caso das ciências políticas, sobre um partido que conta com uma organização de 89 milhões de membros e, que em pouco mais de meio século

liderou a transformação de um país semifeudal e devastado pela guerra, numa República moderna, harmoniosa, pacífica e progressiva de mais de 1.300 milhões de cidadãos de 56 nacionalidades?²³ E, ao contrário, esses especialistas se contentem em repetir vulgaridades e barbaridades que, com frequência, refletem o seus preconceitos, ignorância, má-fé ou omissão? O autor de um artigo na Time chama ao regime chinês “*hybrid model of quasi-state capitalism and semi democratic authoritarianism*”, porque olha a China na ótica da democracia americana bipartidária, expressando assim a impotência teórica para analisar o regime político e económico da China, à luz do seu próprio aparato concetual, mas reconhecendo afinal a sua singulatividade.

É óbvio que não iremos aqui ensaiar sequer uma aproximação global ao tema, pela natureza deste texto e, porque temos vindo a comentar a história do partido e a analisar a evolução da sua linha política, ou seja a contribuir já para esse estudo.

Mas queremos sublinhar algumas características identitárias do Partido Comunista da China, que o distinguem de todos os outros partidos comunistas e, claro, enfatizar a importância de estudar este fenómeno político, num tempo em que grandes massas de cidadãos das democracias ocidentais se afastam dos partidos, da ação eleitoral e até do ato mínimo de participação política que é o exercício do direito de voto!

Como a China enfrentou o problema do culto da personalidade

Depois de conhecermos a história e a trajetória política dos diferentes partidos na China da Frente Ampla, organizada contra a invasão japonesa, podemos reconhecer, desde os primórdios da República Popular, a sua opção por outro tipo de democracia e a procura da resolução pacífica das contradições de classe no período do socialismo, mesmo que a denominada “*revolução cultural*”, dirigida pelo próprio Mao contra o papel dirigente do seu próprio partido (a sua palavra de ordem central era: fogo contra o quartel-general!), se lhe tenha querido opor e fracassado. Provavelmente, depois de conhecido o balanço deste período, concluiremos que provocou bem mais danos e sofrimento que a repressão da Paz Celestial²⁴ e que as suas principais vítimas foram os militantes comunistas de longa data. É, no entanto, forçoso distinguir esta fase de confusão e conflito na vida da nação chinesa, do trágico insucesso da iniciativa maoísta do “Grande Salto em

²³ Na nossa opinião, uma das obras mais libertas do preconceito do pensamento único etnocêntrico, O Modelo Chinês, a Meritocracia Política e os Limites da Democracia, do professor americano Daniel Bell, com um percurso profissional na China, assenta num equívoco fatal: equipara a “democracia de Singapura” à “meritocracia da China”, dois regimes políticos que não se podem confundir. A sua tese, que desmonta as limitações e o esvaziamento das democracias ocidentais e elogia a meritocracia dos dois regimes, recorre ao método de análise da história comparada: enquadra o percurso de Singapura no seu processo de descolonização e crescimento como economia capitalista, mas omite a génese histórica, a construção e o processo de desenvolvimento do socialismo com características chinesas. Sem esta omissão, a sua perspetiva, que integra a República Popular da China e a República de Singapura na mesma categoria política, revelar-se-ia não apenas controversa mas também insustentável!

Frente”, onde a coletivização e industrialização voluntaristas, às quais faltavam base científica e técnica, foram aplicadas sem o recurso à violência, agravadas pela perda de apoio dos soviéticos e grandes calamidades naturais, sendo que conduziram ao fracasso, à desorganização da economia chinesa e não lograram ultrapassar as privações históricas do seu povo.

A ascensão da nova liderança do PCCh realizou-se sem derramamento de sangue dos seus adversários internos, mesmo em situações extremas, (golpe falhado de Lin Biao, julgamento do Bando dos Quatro, os dirigentes responsabilizados pelos extremismo das revolução cultural e por conspiração para tomar o poder pela força), sendo tradição do Partido a reabilitação dos seus membros e a sua reintegração social com plenos direitos, quando a história impõe a sua prova real.

O conflito de Tiananmen, após o fracasso de meses de diálogo com os estudantes contestatários e com claras divisões na direção do PCCh, terá sido o último grave incidente, nas últimas três décadas, em que as divergências internas no próprio Comité Central do Partido Comunista da China foram transferidas para fora (conduzindo ao afastamento dos Secretários-gerais Hu Yaobang e Zhao Ziyang), envolvendo no caso, e tragicamente, o movimento estudantil. A questão da unidade interna do PCCh e da nação passou a ser ainda mais enfatizada nas suas resoluções e nos documentos políticos do estado chinês; no decurso dos anos, todas as sequelas daquele grave incidente foram sendo superadas, com a libertação completa dos condenados por atos violentos e subversivos e até a indemnização das famílias que sofreram vítimas.

Parece-me igualmente relevante e uma reforma política de alcance universal, a decisão dos comunistas chineses de apoiar o voto secreto nas votações da Assembleia Nacional Popular, limitar todos os mandatos partidários e do Estado, nos diferentes níveis, como no caso dos seus órgãos supremos, a dois ciclos eleitorais de cinco anos, o que representa, na nossa perspetiva, uma resposta melhor adequada à perversão do poder democrático pelo culto da personalidade nos regimes socialistas e pela constituição de círculos de poder oligárquicos nas outras democracias, que se perpetuam por dezenas de anos, e facilmente se transformam em centros de tráfico de influência e mesmo de corrupção, sobretudo com a promiscuidade que se estabelece entre os lugares ocupados nos ministérios e nas administrações das maiores empresas e bancos, questão já anteriormente abordada neste ensaio.

Assim como o recurso nas assembleias populares de base ao sistema de eleições diretas com listas abertas, que até há poucos anos envolviam, só no mundo rural,

24 A dissolução à força, pelo exército, da Manifestação de Tiananmen, em 1989, que durava há vários meses, terá provocado 400 a 800 mortos, segundo o maior jornal americano, A Reassessment of How Many Died In the Military Crackdown in Beijing By Nicholas D. Kristof, Special to The New York Times Published: June 21, 1989. As autoridades chinesas afirmaram sempre que os confrontos violentos ocorreram fora desta Praça e que entre as baixas se incluíram soldados e estudantes, mas nunca confirmaram aquele número.

O movimento não teve expressão nacional, nem um programa comum e muito menos expressou a sua identificação com a democracia liberal. A Internacional foi o hino político mais entoado e coexistia com a imitação da estátua da liberdade implantada na Praça, simbolizando bem o seu caráter heterogéneo. Os líderes estudantis mais conhecidos acabaram por estabelecer-se nos EUA e o mais famoso, a quem foi atribuído o Nobel da Paz, é o autor apontado da Carta 08, a que fazemos referência noutro lugar e que constitui um manifesto político em favor do neoliberalismo radical.

700 milhões de camponeses, enquanto as listas para a eleição dos dirigentes do partido e dos órgãos superiores do estado, estabelecidas pelo método da consulta e do consenso, apresentam agora mais candidatos que os lugares em disputa, aumentando assim o grau de autonomia do voto individual dos delegados.

Na mesma rota de aperfeiçoamento da democracia socialista, se enquadra a disposição constitucional chinesa que coloca de novo (depois de Marx, quando escreveu no século XIX sobre a Comuna de Paris e do exemplo ético de Mandela, de desprendimento pessoal do poder) a questão da possibilidade de revogação permanente do mandato dos eleitos, a partir do controle e decisão soberana dos congressos e eleitores que os elegeram.

6. A, B, C DO MERCADO CHINÊS

O relatório de 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que analisou a economia de 187 países e territórios nos 20 anos anteriores, conclui que a China e a Índia duplicaram a renda por habitante. Essa duplicação ocorreu num espaço de tempo duas vezes mais rápido do que o verificado durante a Revolução Industrial na Europa e na América do Norte. Até 2020, o PIB combinado da China, Índia e Brasil vai ultrapassar as economias de nações ricas como os Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. O maior feito social da República Popular da China, nos seus quase 70 anos de existência e sobretudo a partir do processo de Reforma e Abertura, é ter tirado da pobreza 800 milhões de cidadãos e reduzido o índice de pobreza no seu país a apenas 4%, uma percentagem que nenhum outro modelo de sociedade logrou atingir. O quadro seguinte alarga a nossa percepção do progresso social e humano da China. Todos estes dados estão certificados pelas instâncias internacionais.

China 1949 - 2016 RPChina	
A população, que era de 542 milhões	▶ cresceu para 1 389 milhões de cidadãos
A esperança de vida passou de 36,5 anos	▶ para 76,34 anos (H-73,64 e M-79,43)
O rendimento per capita elevou-se de 51USD	▶ para 7 939USD
As "foreing-exange reserves", anteriormente inexistentes	▶ elevaram-se até 3,2 "triliões" de dólares, as maiores do mundo desde 2006
O número de estudantes no ensino superior passou de 112 000	▶ para mais de 5 milhões em cada ano lectivo. E inclui 400 000 estudantes de outros países. E 460 000 a estudar no estrangeiro
O analfabetismo, que atingia 80% da população	▶ caiu para um valor inferior a 4%. E o ensino obrigatório de 9 anos apresenta uma taxa de cobertura de 99,7%
A mortalidade infantil caiu de 1 500	▶ para 15,6 por 100 000 nascimentos

Source: do autor

Fig. 5

O mapa seguinte permite uma primeira aproximação à complexidade das estruturas empresariais da RPCh, a partir da referência do emprego, mas que necessita de desconstruir a tipologia escolhida.

No mundo rural, onde ainda trabalham 370,41 milhões, as antigas comunas foram substituídas por outras formas de propriedade camponesa (usufruto da terra, que não significa a sua mercantilização) e cooperativa, mas já com a presença de 52,15 empregos no setor privado e 38,82 milhões de trabalhadores independentes, no ano de 2015.

Employment

From 1990, the total number of employed persons were estimated according to Labour Force Survey and Population Census. The same applies to the following tables. In 2013, some units by status of registration, some employment by industry, total wages bill changed greatly, because corporate units above designated size originally belonged to township enterprises were taken into statistics of labour wages. The same applies to the relevant tables following.

ITEM	2011	2012	2013	2014	2015
Economically Active Population (10 000 persons)	78 579	78 894	79 300	79 690	80 091
Total Number of Employed Persons (10 000 persons)	76 420	76 704	76 977	77 253	77 451
Primary Industry	26 594	25 773	24 171	22 790	21 919
Secondary Industry	22 544	23 241	23 170	23 099	22 693
Tertiary Industry	27 282	27 690	29 636	31 364	32 839
Composition of Employed Persons (total=100)					
Primary Industry	34.8	33.6	31.4	29.5	28.3
Secondary Industry	29.5	30.3	30.1	29.9	29.3
Tertiary Industry	35.7	36.1	38.5	40.6	42.4
Number of Employed Persons by Urban and Rural Areas (10 000 persons)					
Urban Employed Persons	35 914	37 102	38 240	39 310	40 410
State-owned Units	6 704	6 839	6 365	6 312	6 208
Urban Collective-owned Units	603	589	566	537	481
Cooperative Units	149	149	108	103	92
Joint Ownership Units	37	39	25	22	20
Limited Liability Corporations	3 269	3 787	6 069	6 315	6 389
Share-holding Corporations Ltd.	1 183	1 243	1 721	1 751	1 798
Private Enterprises	6 912	7 557	8 242	9 857	11 180
Units with Funds from Hong Kong, Macao & Taiwan	932	969	1 397	1 393	1 344
Foreign Funded Units	1 217	1 246	1 566	1 562	1 446
Self-employed Individuals	5 227	5 643	6 142	7 009	7 800
Rural Employed Persons	40 506	39 602	38 737	37 943	37 041
Private Enterprises	3 442	3 739	4 279	4 533	5 215
Self-employed Individuals	2 718	2 986	3 193	3 575	3 882
Number of Registered Unemployed Persons in Urban Areas (10 000 persons)	922	917	925	952	966
Registered Unemployment Rate in Urban Areas (%)	4.1	4.1	4.05	4.09	4.05

Source: Government of China

Fig. 6

Nas áreas urbanas, que se tornam a partir de 2014 nas principais promotoras do emprego com 404,10 milhões, evidencia-se o peso significativo da oferta de trabalho que provém de empresas privadas de capital chinês (ou majoritariamente de empreendedores do seu país), que cresce de 69,2 milhões de postos de trabalho em 2011 para 111,8 milhões em 2015, os 12,17 milhões de empregos nas empresas estrangeiras que passam para 14,44 milhões no mesmo período e os 52,27 milhões de “*trabalhadores independentes*” que se elevam a 78 milhões, 2011-2015.

Disposições legais sobre as horas de trabalho e os salários

A semana de trabalho padrão na China é de 40 horas (oito horas por dia, cinco dias por semana).

A Lei do Trabalho de 1994 estabeleceu que as horas extraordinárias serão pagas por qualquer trabalho que exceda as horas normais de trabalho e que as horas extraordinárias não poderão superar as três horas por dia ou as 36 horas por mês (Artigo 41º).

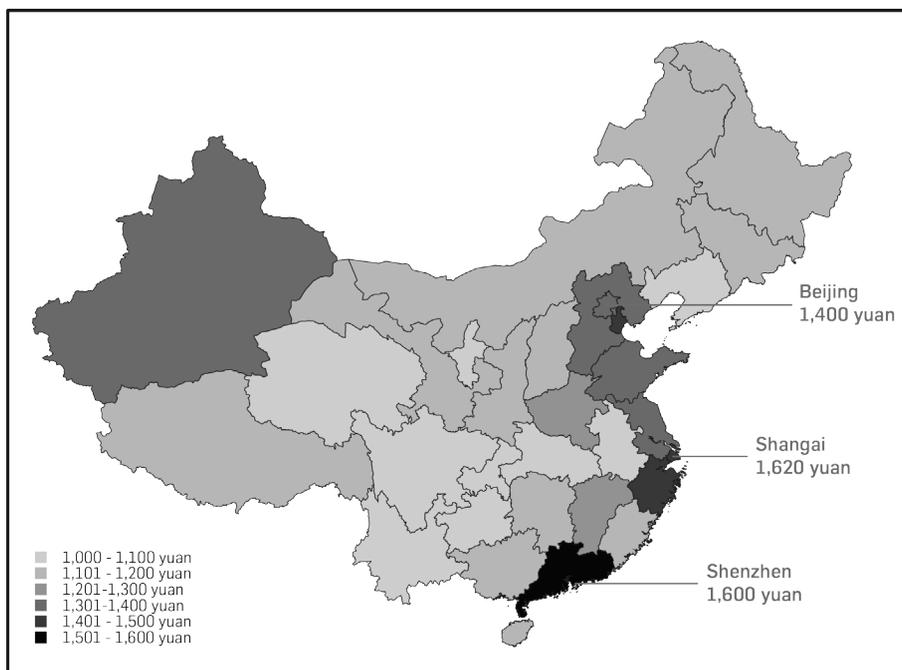
O pagamento das horas extra não deve ser inferior a 150 por cento do salário de um empregado nos dias normais de trabalho; 200 por cento nos dias de descanso, e 300 por cento nas festas nacionais, como o Ano Novo Lunar (Artigo 44º).

Os salários deverão ser pagos aos próprios trabalhadores em moeda de curso legal e de forma mensal. A dedução nos salários ou o atraso no pagamento dos salários está estritamente proibido (Artigo 50º).²⁵ O empregador deve pagar os salários aos trabalhadores relativos às suas férias legais, na dispensa de casamento ou por falecimento de familiares (Artigo 51º).

O Plano Quinquenal da China (2011-15) previa que salário mínimo aumentaria a uma taxa média de 13 por cento ao ano.

Estes valores foram confirmados e superados em toda a China, mas diferenciados segundo uma linha que os aumenta ou diminui conforme progredimos da costa para o interior, das cidades para o mundo rural.

²⁵ Em 2011, o governo tomou medidas severas para combater os riscos da especulação imobiliária e a sua transformação numa bolha especulativa. Nesse contexto, os governos locais apoiaram com a política de “dois fundos e três mecanismos”, 6,2 milhões de trabalhadores com cerca de dois mil milhões de yuans de salários em atraso (na construção promovida aventureiramente no setor privado). O Código Penal na China foi modificado para que a falta de pagamento fraudulenta dos salários passasse a ser considerada um delito.



Source: Government of China

Fig. 7

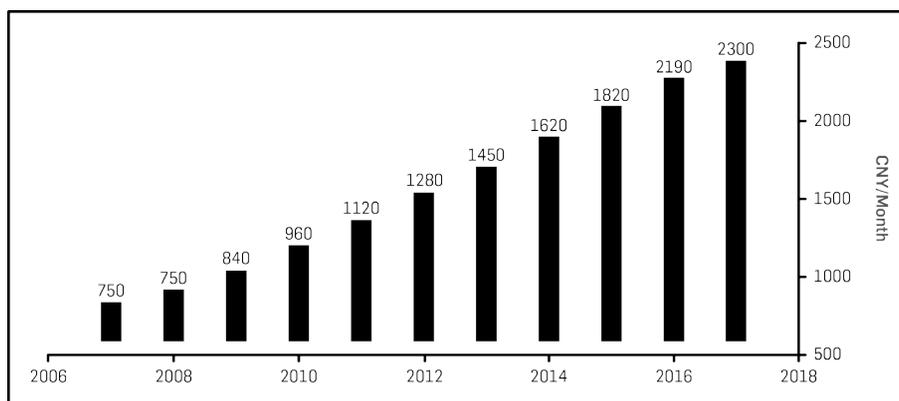
Neste ponto a aplicação do conceito de salário nominal e salário real é absolutamente indispensável para conhecer a realidade. Se falamos de um salário mínimo de 200 euros numa grande cidade industrializada, ele equivaleria em termos reais a pelo menos o triplo no nosso país, sendo certo que seria muito difícil ao empregador encontrar quem o aceitasse, mesmo tratando-se de serventia à construção ou função equivalente. O Tibete e Xinjiang, estabeleceram níveis de salário mínimo relativamente altos numa tentativa de atrair trabalhadores migrantes. Em 2012, as 23 províncias aumentaram o seu salário mínimo numa média de 20,2 por cento, segundo dados do Ministério de Recursos Humanos e Segurança Social (MOHRSS).

As suas autoridades baseiam-se nas condições locais: custo de vida, preços... para determinar o valor concreto desse salário. Maiores salários mínimos nas regiões costeiras, do Sul e e do Sudeste, economicamente mais desenvolvidas. Tomemos, como exemplo, alguns dados oficiais de 2016: Beijing (1890 RMB), Shanghai (1.620 RMB). E os salários mais baixos nas províncias centrais, do Norte e Noroeste: Anhui (1.500 RMB), Guihzu (1.600 RMB)... menos desenvolvidas.

A análise do mapa seguinte permite registar o salto qualitativo e comparativo da viragem: o salário mínimo na China está a duplicar de seis em seis anos. Entre 2005 e 2016 o custo de cada hora de trabalho na indústria na China elevou-se de

1,2 para 3,6 dólares (a preços constantes), ao mesmo tempo que crescia o desenvolvimento tecnológico das empresas, agora com a transição para novas tecnologias mais avançadas e limpas. A estimativa do quadro seguinte, que se refere especificamente a Shangai, exemplifica bem porque as empresas ocidentais que pagam baixos salários reiniciaram a sua deslocalização para outros países asiáticos mais pobres.²⁶

China Minimum Monthly Wages



Source: Government of China

Fig. 8

O salário médio dos diretores gerais foi de 355.150 RMB anuais (46.352€) em 2010, ou seja 9,7 vezes maior que o salário médio desse ano. O salário médio global em 2011 foi de 3.500 RMB (457€).

Nas grandes empresas públicas, os salários dos altos executivos foi de cerca de 700.000 RMB anuais (91.361€), ou seja cerca de 16 vezes o salário médio dos empregados das empresas públicas em 2011. Os aumentos salariais médios da última década têm sido cerca de dez pontos percentuais superiores à taxa geral de inflação, mas com frequência só cerca de cinco por cento mais altos que a taxa de inflação da alimentação. Esta diferenciação de rendimentos, medida pelo Índice Gini, tem colocado a RPCh acima do teto recomendado pelas Nações Unidas, que é de 40, passado de 46,2 para 46,5 entre 2015 e 2016, após uma tendência de descaída que se mantém contínua desde 2008, quando se situava em 49,1.

²⁶ Na Índia, os salários estão congelados desde 2007, nos 0,70 dólares por hora (ou seja, 0,66 euros por hora).

O Purchasing Power Parity da China

Foi o Banco Mundial quem chamou a atenção para o facto de o conceito tradicional de GDP não permitir medir com rigor a dimensão relativa da economia e, sobretudo, os níveis de bem-estar que proporciona, devido às enormes diferenças de preços de bens e serviços essenciais em cada país. Neste contexto, surge o conceito de PPP_ Purchasing Power Parity, que compara os custos reais de um cabaz equivalente de bens e serviços, com o poder de compra da sua população e é próprio Banco Mundial quem lança o International Comparison Program, um programa estatístico destinado a avaliar o PPP! O seu último Relatório datado de 2011 dá-nos uma imagem da economia real do mundo completamente diferente da visão do senso comum e dos valores da economia nominal.

Ranking by GDP (PPP-based)	Economy	Share of world GDP (PPP-based, world=100)	Share of world GDP (exchange rate-based, world=100)
1	United States	17.1	22.1
2	China	14.9	10.4
3	India	6.4	2.7
4	Japan	4.8	8.4
5	Germany	3.7	5.2
6	Russian Federation	3.5	2.7
7	Brazil	3.1	3.5
8	France	2.6	4.0
9	United Kingdom	2.4	3.5
10	Indonesia	2.3	1.2
11	Italy	2.3	3.1
12	Mexico	2.1	1.7

Source: World Bank

Fig. 9

PIB Nominal e Índice de Pobreza

Em 2014, o Banco Mundial registava o PIB per capita da RPCh, símbolo da economia nominal, como de 7.590 USD e o dos EUA em 54.630 USD. Apesar do crescimento notável do PIB chinês, que o mapa documenta (Fig. 10), essa grande diferença parecia indicar a continuação de grandes manchas de pobreza na China e a recuperação da prosperidades e do sonho americano de ascensão social.²⁷

O mesmo Banco Mundial se encarregaria de revelar os dados da economia real, que contrariam esta visão ilusória e permitem compreender melhor como o PIB nominal é um conceito dúbio. Em 2014, a economia real mudara de novo: a revista *International Business Times* fazia então eco do anúncio pelo FMI de que a economia chinesa tinha ultrapassado a dos EUA in terms of purchasing power parity,²⁸ lugar que este país ocupava desde 1872, de acordo com a informação atualizada pelo referido *International Comparison Program* do Banco Mundial!

No entanto, desvalorizava o seu significado económico e social, baseando-se na diferença entre os dois GDP.

Observemos então mais de perto a dimensão social da economia, a economia política.

A UNESCO, e todas as instâncias internacionais, reconheciam na época que a RPCh realizara a maior reforma social progressista, da história contemporânea: cumprindo os critérios das Nações Unidas, a China retirara da pobreza 800 milhões de cidadãos e chegava a 2012 com um índice de pobreza de apenas 4% da população!

Nos EUA, apesar do seu PIB nominal, o US Census Bureau informava que 16% da população americana vivia na pobreza!

E, igualmente grave, enquanto a China contabilizava 2,7 milhões de milionários e uma classe média que subia a 400 milhões, com índices de crescimento que permitiam confirmar a projeção do seu governo de atingir na década de 2020/2030 a ascensão de mil milhões de cidadãos a essa classe média; enquanto a riqueza dos cidadãos americanos se concentrava cada vez mais nuns escassos 1% da população americana_ em 2006, este grupo do topo recebia 53% dos rendimentos, e em 2010 chegava aos 93%!

O pior é que nessa data, a pobreza extrema_ dos que vivem com menos de 2 dólares por dia, era o dobro de 1966, com 1,5 milhões de famílias e 2,8 milhões de crianças!²⁹

²⁷ International Comparison Program (ICP). The ICP is a worldwide statistical initiative led by the World Bank under the auspices of the United Nations Statistical Commission, with the main objective of providing comparable price and volume measures of gross domestic product (GDP) and its expenditure aggregates among countries within and across regions. Through a partnership with international, regional, sub- regional and national agencies, the ICP collects and compares price data and GDP expenditures to estimate and publish purchasing power parities (PPPs) of the world's economies.

²⁸ China Economy Surpasses US In Purchasing Power, But Americans Don't Need To Worry, By Matt Schiavenza @MattSchiavenza On 10/08/14 AT 6:11 PM.

²⁹ Consultar a obra de Daniel A. Bell, *O Modelo Chinês_ A Meritocracia Política e os Limites da Democracia*.

Year	Gross National Income	Gross Domestic Product	Primary Industry	Secondary Industry	Tertiary Industry	Agriculture, Forestry, Animal Husbandry and Fishery Industry	Industry	Construction	Wholesale and Retail Trade	Transport, Storage and Post	Hotels and Catering Services	Financial Intermediation	Real Estate	Others	Per Capita GDP (Yuan)
1978	3678.7	3678.7	1018.5	1755.2	905.1	1027.5	1621.5	138.9	242.3	192.0	44.6	76.5	79.9	265.5	385
1979	4100.5	4100.5	1259.0	1925.4	916.1	1270.2	1786.5	144.8	200.9	193.7	44.0	75.9	86.3	298.4	423
1980	4587.6	4587.6	1359.5	2204.7	1023.4	1371.6	2314.9	196.3	193.8	213.4	47.4	85.8	96.4	368.1	468
1981	4633.7	4935.6	1545.7	2269.1	1121.1	1558.4	2057.7	208.0	231.1	220.8	54.1	91.6	99.9	403.2	497
1982	5380.5	5373.4	1761.7	2397.7	1214.0	1777.3	2183.0	221.6	171.4	246.9	62.3	130.6	110.8	469.3	533
1983	6043.8	6020.0	1960.9	2663.0	1397.0	1978.3	2399.1	271.7	196.7	275.0	72.5	168.9	121.8	535.0	586
1984	7314.2	7278.5	2295.6	3124.8	1858.1	2316.0	2815.9	317.9	363.5	338.6	96.8	230.5	182.3	637.0	702
1985	9123.6	9098.9	2541.7	3886.5	2970.7	2564.3	3478.3	419.3	802.4	421.8	138.3	293.8	215.2	785.5	866
1986	10375.4	10276.2	2764.1	4515.2	3096.9	2788.6	4300.8	527.3	852.6	499.0	163.2	401.0	298.1	845.0	973
1987	12166.6	12174.6	3204.5	5274.0	3606.2	3232.0	4621.3	667.5	1050.6	688.5	187.1	506.0	382.6	940.2	1123
1988	15174.4	15180.4	3831.2	8670.4	4741.8	3865.2	5814.1	811.8	1483.4	685.0	241.4	658.6	473.8	1146.1	1378
1989	17188.4	17179.7	4228.2	7309.9	5850.6	4265.8	6525.7	796.1	1536.2	812.9	277.4	1079.6	586.2	1319.9	1536
1990	18923.3	18872.9	5017.2	7744.3	6111.4	5061.8	6904.7	861.7	1268.9	1167.2	301.9	1143.7	662.2	1502.7	1863
1991	22050.3	22005.6	5288.8	9129.8	7580.0	5341.8	8138.2	1017.7	1834.6	1420.5	442.3	1194.7	763.7	1857.1	1912
1992	27208.2	27194.5	5800.3	11725.3	9668.9	5886.2	10340.5	1417.9	2405.0	1689.2	584.6	1481.5	1101.3	2308.3	2334
1993	35599.2	35673.2	6887.6	14433.1	12312.6	6963.3	14248.8	2269.9	2916.6	2174.3	712.1	1902.6	1399.6	3206.0	3027
1994	48548.2	48532.5	9471.8	20453.1	16712.5	9572.1	19546.9	2868.9	3773.4	2788.2	1008.5	1556.5	1978.3	4513.7	4081
1995	60356.6	61339.9	12020.5	28677.5	20641.9	12135.1	25023.9	3733.7	4776.6	3244.7	1200.1	3209.7	2354.0	5660.0	5091
1996	70779.6	71813.6	13878.3	33828.1	24107.2	14014.7	29529.8	4393.0	5699.7	3782.6	1336.8	3698.3	2617.6	6841.3	5898
1997	78802.9	79715.0	14265.2	37546.0	27903.8	14440.8	33023.5	4628.3	6327.4	4149.1	1561.3	4170.1	2921.1	8487.4	6481
1998	83817.6	85195.5	14618.7	39018.5	31358.3	14816.4	34134.9	4993.0	6915.2	4661.5	1786.9	4314.3	3434.5	10140.9	6860
1999	89366.5	90564.4	14549.0	41080.9	34954.4	14768.7	36215.4	5180.0	7491.0	5175.0	1941.2	4484.0	3681.8	11824.5	7229
2000	99066.1	100280.1	14717.4	45684.8	39897.9	14943.6	40259.7	5534.0	8156.6	6161.9	2146.3	4836.2	4149.1	14090.8	7942
2001	109276.2	110863.1	15502.5	49660.7	45700.0	15780.0	43855.6	5945.5	9119.4	6871.3	2400.1	5195.3	4815.1	16980.8	8717
2002	120480.4	121717.4	16190.2	54105.5	51421.7	16535.0	47776.3	6482.1	9995.4	7454.3	2724.8	5546.6	5348.4	19816.0	9506
2003	136576.3	137422.0	16920.7	62947.4	57754.4	17380.6	55363.8	7510.8	11165.5	7914.8	3176.1	6034.7	6172.7	27249.7	10866
2004	151415.4	161840.2	20904.3	74286.9	69648.9	21410.7	65776.8	8720.5	12453.8	9306.5	3664.8	6586.8	7174.1	26746.1	12487
2005	185998.9	187318.9	21806.7	88084.4	77427.6	27416.2	77960.5	10400.5	13966.2	10668.8	4195.7	7469.5	8516.4	31725.0	14368
2006	219028.5	219438.5	23317.0	104361.8	91759.7	24036.4	92238.4	12450.1	16530.7	12166.3	4792.6	9951.7	10370.5	38881.9	16736
2007	270844.0	279438.5	27788.0	128633.6	115810.7	28623.7	111893.9	15349.0	20937.8	14605.1	5648.1	15173.7	13809.7	44492.1	20505
2008	321500.5	319515.5	32753.2	149956.6	136805.6	33699.1	131727.6	18807.9	26182.3	16367.6	6616.1	18313.4	14738.7	53063.2	24121
2009	348498.5	348061.4	34161.8	160171.7	154747.9	35223.3	138095.5	21681.5	29001.5	16522.4	6957.0	21790.1	18966.9	59835.2	26222
2010	411265.2	413030.3	39367.8	191629.8	182058.0	40530.0	165126.4	27259.3	39904.4	18763.6	7712.0	25600.4	23569.9	68464.3	30976
2011	487453.2	489300.6	46163.1	227038.8	216899.6	47483.0	195142.8	33925.5	43730.5	21842.0	8565.4	30678.9	26167.6	80763.8	36403
2012	539116.5	540387.4	50902.3	244843.3	244821.9	52368.7	208905.8	38899.1	49310.0	23763.2	9536.9	35188.4	31248.3	92629.2	40007
2013	590422.4	585244.4	55291.1	261956.1	272959.3	56973.6	222337.6	40896.8	56284.1	26042.7	10228.3	41191.0	35987.6	105302.7	43852
2014	644791.1	643974.0	58343.5	277571.8	308058.6	60165.7	233856.4	44880.5	67423.5	28503.9	11158.5	46665.2	38000.8	118322.7	47203
2015	69235.1	685605.6	66970.5	280560.3	344075.0	62918.7	235183.5	48548.6	66203.8	30370.9	12159.1	57500.1	41307.6	133315.4	48982

Source: Government of China

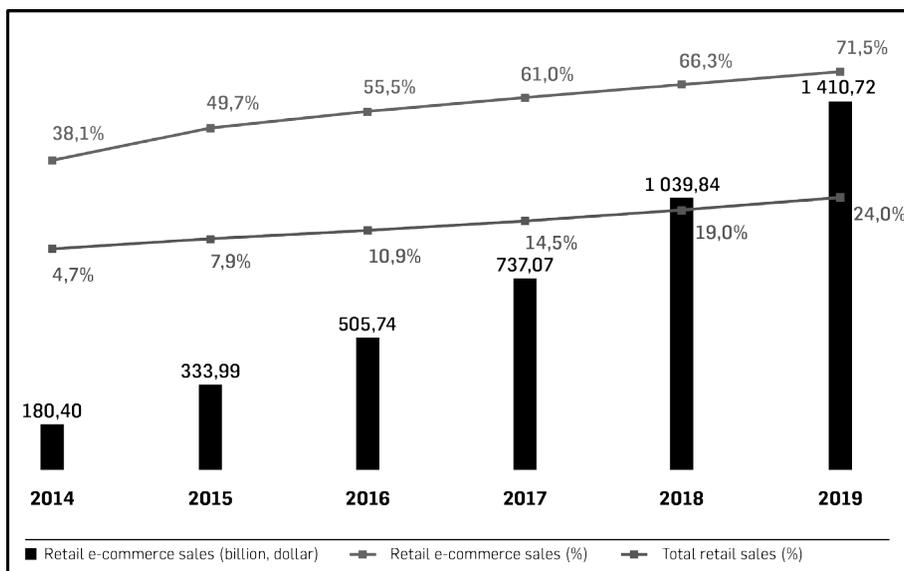
Fig. 10

O COMÉRCIO ELETRÔNICO CHINÊS

Alibaba Group's to make it easy to do business anywhere

O mercado de comércio eletrônico em 2018 deverá atingir um volume de negócios de 1,57 trilhões de USD, de acordo com a e Marketer. A China tornou-se no maior mercado de comércio eletrônico do mundo.

China Retail M-commerce Sales in 2015



Source: China Internet Watch

Fig. 11

O Weibo (conhecido como Twitter) tem 500 milhões de utilizadores. O Weixin (conhecido como Wechat), 400 milhões de utilizadores.

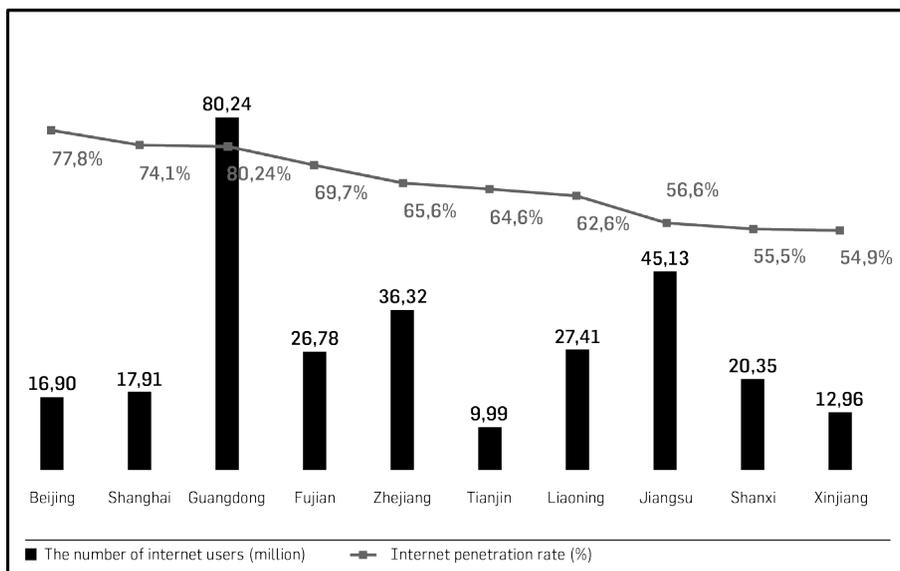
A popularização do smartphone fez com que os utilizadores da internet móvel na China totalizassem 695 milhões em 2016, um aumento anual de 75,5 milhões, representando 95,1% do total dos utilizadores de internet.

As zonas rurais têm 201 milhões de internautas, representando 27,4% de todos os utilizadores da internet da China.

A percentagem dos internautas da China que se ligam à internet através de computadores desktop e laptop, representam respetivamente, 60.1% e 36.8%; recorrendo a dispositivos móveis 95,1%; tablets 31,5%; e, pela TV 25%.

Mas a sua taxa de penetração apresenta grandes diferenças regionais, conforme mostra a figura:

China Retail M-commerce Sales in 2015



Source: China Internet Watch

Fig. 12

Os utilizadores que recorrem ao pagamento móvel on-line continuaram a crescer em 2016 e atingiram 469 milhões, um aumento de 31,2%, que representam 67,5% dos utilizadores da NET (57,7% em 2015).

As percentagem de empresas chinesas que promovem atividades de vendas online alcançou 45,3%: a compra online representa 45,6%; e, o marketing online 38,7%. As lojas de retalho online têm 50,3% dos seus clientes a pagar as compras com dispositivos móveis.

Os internautas de China que usam o sistema de car-hailing atingiram 168 milhões, um aumento de 46,16 milhões ou 37,9%. Um novo serviço oferecido ao público permite agora a compra de produtos através do scanner de um código de barras.

O número de sociedades cotadas como empresas da internet na China atingiu 91 com um valor de mercado total de 5,4 triliões de yuans. O valor de mercado conjunto da Alibaba e Tencent excedeu 3 triliões de yuan em 2016.

A missão definida para a empresa Alibaba pelos seus fundadores é de viver 102 anos, com os seus parceiros, as micro e pequenas empresas, criando para elas soluções inovadoras e acessíveis de comércio e, simultaneamente, para os seus consumidores, disseminados por toda a China e por mais de 200 países.

A sua plataforma de comércio eletrónico rapidamente se segmentou e articulou em plataformas autónomas, diferenciadas segundo as necessidades do mercado:

para oferecer aos empresários internacionais, de import-export, retalhistas, de todas as dimensões, os produtos chineses; para proporcionar aos consumidores dos países vizinhos a aquisição direta de produtos chineses; e outra, ainda mais vasta, aos consumidores mundiais; para oferecer aos consumidores chineses os produtos das suas próprias empresas, nomeadamente das micro e pequenas empresas; para colocar em diálogo direto e cooperativo as empresas envolvidas; para resolver problemas de financiamento à sua escala, micro e pequena; para fornecer produtos tecnológicos às empresas; e outra, uma base de dados global a todos os agentes do mercado...



Source: Alibaba

Fig. 13

O seu líder, o professor de inglês Jack Ma, chamou para a presidência, com o pelouro da internacionalização, um antigo quadro da Goldman Sachs e para Secretário, um experiente advogado de negócios registado em Hong Kong e Nova York, membros de um diretório onde predominam os jovens quadros chineses, oriundos das mais diversas profissões.

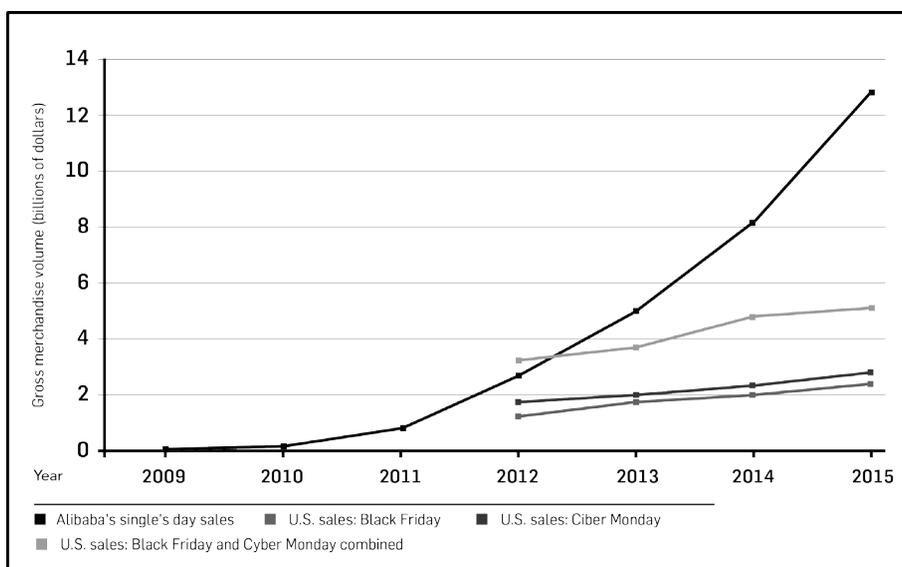
A poderosa Fundação criada pelo Chairman da Alibaba é uma das muitas que emergiram na China, respondendo ao apelo do compromisso social para a elevação geral das condições sociais do país, através da filantropia dos que enriquecem.

O seu sucesso comercial, simbolizado na transformação do tradicional Dia dos

Solteiros, celebrado a 11 de Novembro, numa gigantesca operação de compras a mais baixo preço durante 24 horas, supera já o conjunto somado das iniciativas congêneres dos EUA, que a figura ilustra, envolvendo para além das empresas chinesas, mais de 20.000 de outros países, atingindo uma soma astronómica em crescimento acima de 14,8 biliões de dólares!

Alibaba's Single's day success

The Chinese e-commerce company's single's day sales are over three times that of black friday and cyber monday U.S. online sales, combined

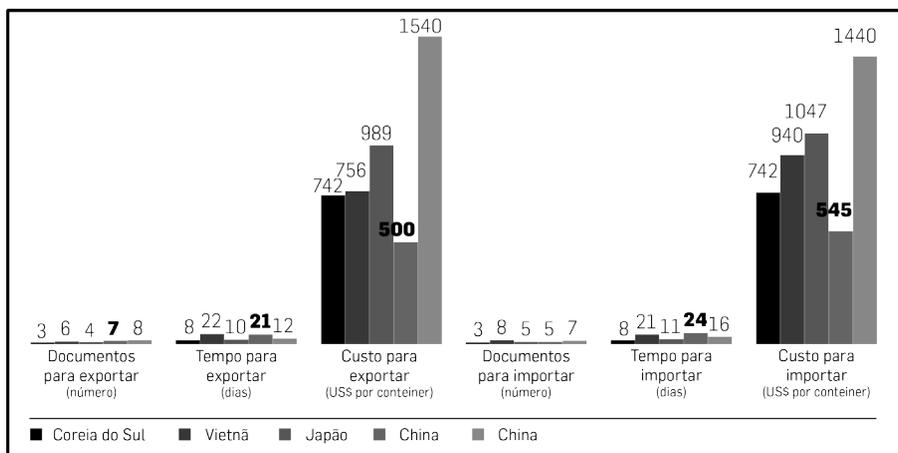


Source: Alibaba

Fig. 14

Comércio externo, indicadores de export-import

Na composição do item “comércio exterior”, o relatório do Banco Mundial de 2012 analisa os procedimentos, custo e tempo implicados na importação e exportação de um contentor padrão, desde a assinatura do contrato final entre as partes que comercializam até a efetiva entrega dos bens. Neste indicador, a China apresentava já um bom desempenho nos quesitos relacionados com os custos de exportação US\$ 745 e importação, US\$ 795 por contentor. Em contrapartida, exige maior tempo para importar: 24 dias.



Source: World Bank

Fig. 15

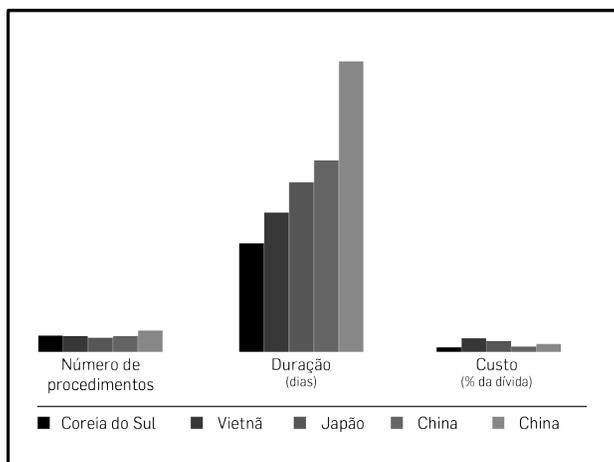
Tempo de abertura de uma empresa e eficiência dos tribunais

Dados do relatório de pesquisa Doing Business (2010) indicavam que o número de dias para abrir uma empresa na China é de 37 dias comparado a média de 41 dias na Ásia.

ITEM	Ranking 2010	Ranking 2009	Mudanças no Ranking
Facilidade de fazer negócios	89	86	-3
Abertura de empresas	151	152	1
Obtenção de alvarás	180	178	-2
Contratação de empregados	140	139	-1
Registo de propriedades	32	30	-2
Obtenção de crédito	61	59	-2
Proteção de investidores	93	88	-5
Pagamento de impostos	125	135	10
Comércio exterior	44	49	5
Cumprimento de contratos	18	18	0
Fechamento de empresas	65	65	0

Fig. 16

Sobre a eficiência dos tribunais: número de procedimentos (34); duração do processo (406 dias); custos processuais como percentagem da dívida (11%).



Source: Doing Business. WB

Fig. 17

O TURISMO INTERNACIONAL DA CHINA E PORTUGAL Uma nova classe média instruída e culta. E a sua importância para a consolidação e prosperidade do destino turístico

O crescimento da classe média no Brasil e em Angola, ocorre simultaneamente com o desenvolvimento desta classe na América Latina, na Índia e na África do Sul, a sua recuperação na Rússia e, à escala de centenas de milhões, a sua ascensão na China. A crise atual, afetou sobretudo a classe média europeia e americana, antes do cartel Saudita, agora apoiado pelos EUA, enveredar por uma política de dumping no preço do petróleo, criando novas dificuldades àqueles países. A relevância da classe média como chave da consolidação e progresso do destino turístico pode ser observada, a título de “*case-study*”, no mercado internacional de Espanha.

Turistas internacionais segundo as suas características sociodemográficas, 2007 e 2008, em milhares de turistas

	2007	2008	Vertical 2008 (%)	2008/2007 (%)
SEXO				
Homem	30,822	29,773	53,4	-3,4
Mulher	26,593	25,989	46,6	-2,3
IDADE				
Menor de 15 anos	3,225	3,089	5,5	-4,2
De 15 a 24	5,307	5,587	10,0	5,3
De 25 a 44	24,504	23,504	42,2	-4,1
De 45 a 64	19,139	18,017	32,3	-5,9
Maior de 64 anos	5,565	5,565	10,0	0,0
NÍVEL DE RENDIMENTO				
Alto	2,466	2,903	5,2	17,8
Médio/Alto	13,864	12,654	22,7	-8,7
Médio	37,273	36,326	65,1	-2,5
Médio/Baixo	3,087	2,889	5,2	-6,4
Baixo	726	990	1,8	36,5
ATIVIDADE ECONÓMICA				
Assalariado, cargo médio	33,186	30,705	55,1	-7,5
Empresário, autono	8,800	8,705	15,6	-1,1
Assalariado, alto cargo de direção...	6,625	6,885	12,3	3,9
Assalariado sem qualificação	3,516	3,756	6,7	6,8
Não relevante	5,287	5,708	10,2	8,0
FORMAÇÃO ACADÉMICA				
Ensino básico ou menos	5,047	4,603	8,3	-8,8
Ensino secundário	24,727	22,885	41,0	-7,5
Ensino Superior	27,641	38,274	50,7	2,3
SITUAÇÃO PROFISSIONAL				
Trabalhor ativo	44,966	42,951	77,0	-4,5
Jubilado/reformado	6,833	6,815	12,2	-0,3
Estudante	3,099	3,202	5,7	3,3
Trabalhador do serviço doméstico	1,789	2,129	3,8	19,0
Desempregado (à procura de emprego)	328	288	0,5	-12,1
Outro (rentista, serviço militar, etc.)	400	377	0,7	-5,8
TOTAL DE TURISTAS	57,414	55,762	100	-2,9

Source: ITE, EGATUR, 2008. Adaptação do autor

Fig. 18

O peso desta classe média e o seu nível cultural e de instrução emerge em paralelo com a emancipação da mulher contemporânea pelo trabalho, uma juventude cada vez mais instruída e a antecipação da reforma ativa em segmentos da classe média, gerando uma mudança na categoria do “gosto” (conceito quase ausente na literatura académica sobre turismo) e na “motivação” das viagens. O mercado de Espanha era até 2008 o segundo mercado do Mundo e nele encontramos 87,8% de turistas internacionais com um nível de rendimentos classificados entre a classe média e a classe média alta, 46,5 % turistas femininos, 50,7% dos turistas com estudos superiores e 42,3% com mais de 45 anos. No ano de 2011, as estatísticas mostram que continuou a elevar-se o nível de instrução dos turistas internacionais chegados à Espanha: 62% com estudos superiores, 33% com estudos secundários e 5% com o ensino básico (Egatur, 2011). A classe com renda média situou-se nos 60% (ligeira quebra) e a média-alta a 29%, elevando em conjunto o seu peso no destino turístico Espanha para 89%, enquanto a classe com renda alta subia ligeiramente para os 6%.

E observamos o maior ritmo de crescimento dos gastos dos turistas seniores, 12,6%, sendo estes os que permitem maiores valias per capita, 1.009€. Podemos afirmar em tese: A prosperidade de uma “região destino” depende da conquista dos segmentos de público da classe média-média e da classe média-alta, considerando a sua relevância económica e capacidade de influência social e o seu papel como “modeladoras do consumo social”.

Os seus jovens são os principais difusores dos novos paradigmas do turismo cultural e turismo de natureza_ turismo ambiental, na sociedade e mobilizam outros grupos de classe juvenil. Os seus professores são os primeiros veículos de informação e formação do gosto social e os mais importantes “agentes de turismo informal”, quando promovem e organizam as visitas e viagens de estudo criadoras do gosto pelo turismo cultural e pelo turismo de natureza, durante todos os ciclos académicos.

O desenvolvimento equilibrado e sustentado do mercado turístico, em regra, não pode assentar nos segmentos mais ricos dos consumidores dos produtos de casinos, golfe, do “turismo branco” ou dos “resorts” de luxo, porque o seu contributo para a renda global do turismo é residual. Nem tão pouco sobrevalorizar os segmentos juvenis do denominado “turismo radical”, porque o seu valor é insignificante, em qualquer destino turístico. Nem depender dos segmentos, ainda numerosos, das classes populares e da classe média que procuram ainda os produtos triviais do sol e da praia, mais a gastronomia atípica, que o mercado já fez entrar em declínio.

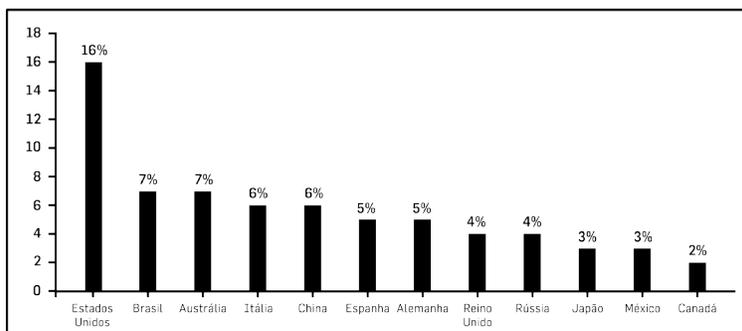
A prosperidade de uma região-destino dever ter como base a captação do público-alvo da classe média-média e da classe média alta, pela sua superior capacidade económica e peso social e pelo seu papel de modelador social do consumo, no quadro de ascensão de um novo paradigma de turismo cultural e e turismo de natureza_ turismo ambiental, que coexiste com outros paradigmas já em decréscimo.

Os BRICS e a China

A parceria económica, técnico-científica e cultural da China com o Brasil, a América Latina e a África com base numa relação comercial mais justa, fornecendo capital a juros baixos, investindo nas estruturas base da economia moderna e valorizando as matérias-primas, numa lógica de reciprocidade e benefício mútuo, tem permitido a estas regiões, outrora empobrecidas pela dominação colonial e neocolonial, um elevado ritmo de crescimento e de melhoria dos índices de desenvolvimento humano.

A chegada, em grande número, dos turistas brasileiros e chineses à Europa tem nas estatísticas do Louvre, barómetro do turismo mundial, a sua melhor ilustração. O turismo cultural transformou-se em turismo de massas, como o documenta o crescimento das entradas no Louvre para 8.880.000 em 2011. O quadro seguinte, dos visitantes internacionais do Museu do Louvre, é o melhor símbolo desta viragem na estrutura da procura turística mundial:

Visitantes do Louvre em 2011, por nacionalidade



Source: Museu do Louvre, 2011, adaptado pelo autor

Fig. 19

Ranking dos países emissores em 2012

Rank	Alteração das moedas locais (%)		Alteração das moedas locais (%)		Quota de mercado (%)	População (milhões)	Despesa per capita (US\$)
	2011	2012	11/10	12/11	2012	2012	
China	72,6	102,0	26,2	37,2	9,5	1,354	75
Alemanha	85,9	83,8	4,7	5,8	7,8	82	1,023
Estados Unidos	78,2	83,5	3,6	6,7	7,8	314	266
Reino Unido	51,0	52,3	-1,6	4,1	4,9	63	828
Federação Russa	32,9	42,8	19,3	36,5	4,0	142	302
França	44,1	37,2	7,6	-8,7	3,5	63	586
Canadá	33,3	35,1	7,6	6,2	3,3	35	1,007
Japão	27,2	27,9	-11,2	2,4	2,6	128	218
Austrália	26,7	27,6	7,0	2,9	2,6	23	1,210
Itália	28,7	26,4	0,8	-0,3	2,5	61	433

Source: UNWTO, 2013

Quadro 3

A soma dos turistas internacionais que demandam a China e as suas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau ultrapassa as 80 milhões de chegadas, situando-a na liderança do turismo mundial. A Espanha, por troca com a China caiu para o 40 lugar mas sem nunca perder o 20 lugar nos rendimentos do turismo, que atingiram um valor recorde em 2011, perto dos 60.000 milhões, logo a seguir aos EUA e à frente da França, enquanto o número de turistas se elevava aos 56,7 M.

A China subia então ao terceiro lugar dos gastos turísticos enquanto país emissor, correspondendo à criação e expansão de uma nova classe média que deverá estar próxima dos 400 Milhões de cidadãos.

Mas, antecipando todas as previsões, atingiu a primeira posição já em 2012, com 78.000 milhões de euros, ultrapassando a Alemanha, que caiu para 68.000 milhões.

Este fato torna ainda imperativa a elaboração de uma estratégia ibérica para a captação deste mercado em crescimento exponencial.

Portugal como mercado do turismo internacional chinês

Analisemos os dados históricos do turismo chinês internacional, segundo as suas estatísticas de 2011 (ANTC_NTA). Nesse ano registaram-se 70,25 milhões de turistas chineses, um crescimento de 22,4% em relação ao ano de 2010. Destes, 6,132 milhões viajaram em missões oficiais e 64,117 milhões como turistas comuns, um número que cresceu 24,5%. Os principais destinos foram Hong Kong, Macau, Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Japão, Tailândia, USA, Camboja e Vietnam.

Hong Kong recebeu 28,32 milhões (+22,6%) de chineses residentes no continente e Macau 19,76 milhões (+22,7%). Taiwan 1,84 milhões (+11%).

As agências organizaram a viagem de grupos que totalizam 20,21 milhões (+21,5%), sendo que para os países estrangeiros foram 12,61 milhões (+44%) e para Hong Kong e Macau 7,60 milhões (+3,5%).

Estes números revelam duas tendências: a viagem turística realiza-se maioritariamente sem recurso ao serviço das agências, 71%, como vai sucedendo no mercado mundial, embora tal não suceda (ainda) nos primeiros voos para a Europa: a distância e as diferenças culturais levam naturalmente a procurar um modo mais seguro de viajar; mas com o incremento do intercâmbio de estudos, negócios e turismo, a tendência de viajar sem package crescerá progressivamente.

O turismo chinês cresce sobretudo para além do seu território nacional: a percentagem de crescimento relativa a Macau e Hong Kong, reintegrados na China segundo o conceito político de *“um país, dois sistemas”* e Taiwan, a província que deverá integrar-se no futuro e pacificamente na RPCh, é claramente menor que a procura de destinos internacionais. Observemos o mapa oficial de 2011 (Q3).

Os 24 destinos de topo do turismo chins

Países estrangeiros	Recepção de turistas da China Continental (Unidade 10,000 pessoas)	Crescimento (%)
Coreia do Sul	236,78	20,3
Malásia	173,78	68,1
Japão	162,79	-17,3
Tailândia	152,26	50,1
Estados Unidos	136,04	26,3
Camboja	121,55	231,0
Vietname	114,15	-5,7
Singapura	100,42	21,6
Federação Russa	80,96	13,9
Austrália	65,23	19,6
Indonésia	57,86	23,4
Itália	38,12	40,2
Inglaterra	37,62	20,4
Canadá	36,98	20,9
Alemanha	33,40	16,4
Mongólia	32,55	43,7
França	32,12	17,5
Mianmar	31,87	21,4
Filipinas	27,11	26,0
Emirados Árabes Unidos	20,34	22,6
Coreia do Norte	19,39	47,9
República das Maldivas	17,76	73,3
Laos	17,28	-11,5
Cazaquistão	15,85	17,1

Source: Travel China Guide, 2011

Quadro 4

Voos diretos com a China	Número de frequências semanais (Maio 2012)
França	63
Reino Unido	61
Alemanha	59
Federação Russa	56
Holanda	49
Finlândia	21
Turquia	21
Itália	16
Suíça	10
Dinamarca	7
Bélgica	7
Austrália	6
Espanha	5
Suécia	5
Hungria	4
Ucrânia	3
Grécia	2

Source: Turismo de Portugal, 2012

Quadro 5

E comparemo-lo com os dados de 2016, 135,1 milhões de chineses viajaram para fora do país, um aumento de 12,5% em relação ao ano anterior, mas apenas 10% desses viajantes tiveram a Europa como destino.

Sublinhámos os países comunitários que figuram na lista e verificamos que dela não constavam nem a Espanha nem Portugal. Se cruzarmos esta estatística com a dos voos diretos para a Europa encontramos uma imediata correlação (Q5).

As estatísticas do turismo chinês em Portugal e o seu significado

A ausência de voos diretos para Portugal criou uma primeira disfunção turística, pois é condição para o intercâmbio com a China. E reforça a necessidade de construir uma estratégia ibérica com esse fim. Eles começaram em 2017, envolvendo a TAP como parceiro, numa linha Pequim- Lisboa que se deverá estender a Hangzhou, capital da província de Zhejiang, cidade portuária próxima de Shanghai, quando for possível ultrapassar o congestionamento do aeroporto de Pequim.

Com os voos três vezes por semana, às quartas, sextas e Domingos a partir

de 26 de Julho, o número médio de passageiros previsto é de cerca de 660 por semana, mais de 32.000 por ano.

Mas existia outro problema que nos últimos anos dificultou e muito a captação dos turistas chineses: a demora de meses na emissão dos vistos de viagem; em comparação com a França, que os fornecia em 48h, graças a uma parceria com o grupo privado VFS Global nas cidades de Pequim, Shanghai, Nanjing, Chengdu, Shenyang, Wuhan, Fuzhou e Guangzhou, também neste ponto se fizeram progressos.

Contributo para a caracterização dos perfis dos turistas chineses

Continua por realizar o estudo global do perfil destes turistas, pelo que nos limitaremos a abordar as características mais comuns aos novos turistas chineses, não apenas segundo o critério da “*motivação*” mas igualmente o do “*gosto*”, ultrapassando a ambiguidade do conceito de “*lazer*” e incluindo alguns dados que se podem objetivar:

Anotemos, desde já, que o perfil do turista chinês não é monolítico e, de-estruturando os fluxos nos seus destinos, encontraremos não apenas a classe média-média e média-alta, mas também a classe dos milionários, que, na China, deve rondar globalmente os 2,7 milhões.

A imagem de marca do turismo português, “*Sol e Praia*”, com as respetivas cadeias de alojamento, restauração e diversão, não possui nenhuma capacidade de atração para a classe média e a classe alta chinesas. O bronze da pele está socialmente associado à condição de camponês ou trabalhador/operário ao ar livre, e não ao estatuto ocidental de ascensão social que permite desfrutar do veraneio nas praias. Aliás, se regressarmos aos anos 50, também assim acontecia a ocidente, antes da bem-sucedida campanha das cadeias de hotelaria californianas e europeias que associaram os valores do vigor e do prazer juvenis ao surf e ao lazer das praias.

Numa república que está a fazer a sua transição de país continental e rural para um país urbano internacionalizado, tal como aconteceu na Europa da segunda metade do século XX, é normal que as atitudes e valores das suas elites partilhem o mesmo estado de alma que o nosso grande antropólogo Jorge Dias observava, equacionando simultaneamente os riscos de rotura cultural e do desaparecimento do património do mundo rural face à predominância na cultura contemporânea do elemento dinâmico, como produto da revolução técnico-científica e da comunicação, em paralelo com uma atitude de menos-prezo “*pelos formas de vida rústica*” (Dias, 1990) das elites dos países essencialmente agrícolas.

O comportamento dos turistas chineses, que ocupam uma parte do seu tempo da estada na Europa realizando compras, em particular de artigos de marca, pode conduzir alguns estudos à conclusão que é neste ponto que reside a principal “*motivação*” das suas viagens. Na realidade, esta é uma conduta

comum a todos os turistas que se deslocam para muitos milhares de quilômetros de distância da sua casa, sobretudo pelo apelo de adquirir produtos genuínos e, eventualmente, mais baratos.

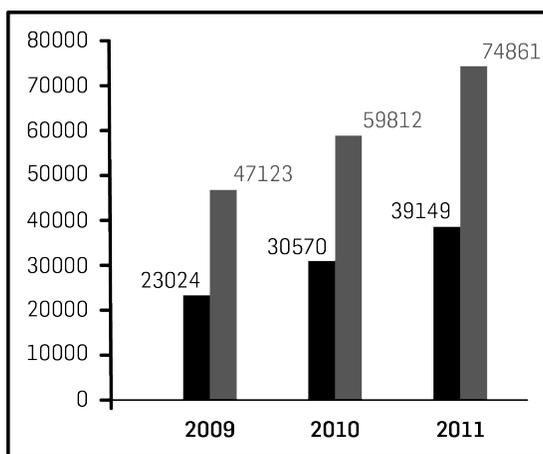
Mas o que realmente motiva os turistas chineses, pertencentes à classe média instruída e culta é o “*gosto*” por usufruir dos produtos do turismo cultural, em primeiro lugar. Os grandes museus e monumentos são o polo de atração e, neste contexto, os chineses acompanham as motivações e o gosto da classe média de todo o mundo.

Igualmente, a ideia de superficialidade na conduta desses turistas, mais atentos ao melhor ângulo da foto que regista o património que às explicações dos guias, representa sobretudo a dificuldade de vencer a barreira da língua e da cultura, quando não a banalidade do discurso de guionamento matizado por datas e lugares comuns sobre a história e a arte. Quando os guias falarem mandarim receberão toda a atenção dos turistas chineses. E é neste contexto que os menus, quartos e toda a logística da estadia dos turistas chineses devem incluir os alimentos, as comodidades, os horários e ritmos biológicos e os produtos culturais que a cultura chinesa criou e difundiu entre os seus concidadãos, cultura essa desconhecida a ocidente, a par da oferta equilibrada de novas experiências de gastronomia, conforto e, sobretudo, produtos de turismo cultural e de turismo de natureza, oferecidos a partir do próprio hotel, o que determina a criação (ou reciclagem) de novas categorias profissionais e de novos métodos de gestão e promoção hoteleiras.

Evolução das cadeias de valor

No período de 2009-2011 o crescimento do número hóspedes e dormidas é, respetivamente, de 30,4% e 26%, mas o número total de turistas representava uma quota de apenas 0,1% do turismo internacional no nosso país, cerca de 40.000/ano.

Hóspedes e dormidas entre 2009 e 2011 (turistas chineses em Portugal)

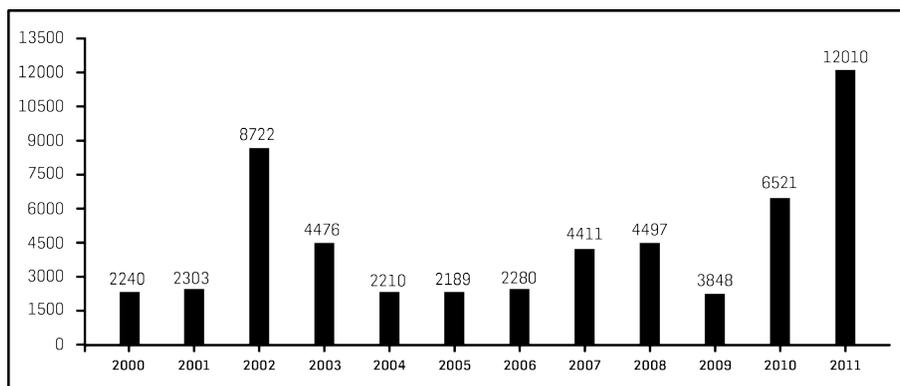


Source: INE, 2012

Fig. 20

Os rendimentos apresentam um salto qualitativo a partir de 2009, o que indicia a chegada de turistas de maior nível social.

Receitas dos turistas chineses em Portugal



Source: Banco de Portugal, 2012

Fig. 21

Mas em 2013, o número de turistas provenientes da China já atingia os 76.000, subindo em 2014 a 113.200, em 2015 para 154.000 e em 2016 atingia os 183 mil, mais 19% face ao ano anterior. As receitas, em apenas cinco anos elevavam-se de 12 milhões em 2011 para 54 milhões em 2014, em 2015 para 60 milhões e 72 milhões de euros em 2016 (mais 16% face a 2015). A possibilidade de utilizar na rede da UNICRE os cartões de crédito da UnionPay, facilitou os gastos dos turistas chineses e permitiu confirmar a sua apetência pelos produtos de qualidade, que se pode aferir pelos 621€ da média de compras em Tax Free.

A região de Lisboa concentrava 74% do total das visitas e o Porto e o Alentejo vêm a seguir com uma quota de 12% e 10%.

O perfil socioeconómico do turista chinês encaixa-se perfeitamente no seu modelo internacional da nossa época: tem entre os 30 e 49 anos e formação superior. Analisando os dados de 2016, 40% dos 183 mil hóspedes chineses viajaram com pacote turístico, tendo realizado 307 mil dormidas, o que confirma a tendência para substituir os packages tradicionais das agências por novos produtos, como é o caso das Rotas transnacionais, enquanto cresce a opção pela escolha autónoma dos turistas, com base na oferta divulgada no espaço cibernético. Partindo dos gastos dos turistas chineses em Portugal em 2016, que ascenderam a 72 milhões de euros, determinamos 387 euros por hóspede ou 214 euros por noite, o que também revela a procura de hotéis das categorias superiores. O mercado chinês é assim o 14o em hóspedes e o 18o em dormidas para a hotelaria portuguesa, com 1,6% e 0,8% de quota em 2016, respetivamente. Lisboa concentra 72,1% das dormidas de turistas chineses em Portugal, enquanto o Porto soma 12,2%.

A estada média dos hóspedes chineses na hotelaria portuguesa regista apenas 1,68 noites, confirmando uma ligeira tendência descida, de 1,76 em 2015 e 1,84 em 2014, o que evidencia o fato de Portugal não ser o destino principal da maioria desses turistas, mas parte de uma Rota que se centra sobretudo em Espanha e se estende igualmente a Marrocos, como prevíamos no estudo anterior.

A diversidade/extensão da China prolonga a sua época de férias de Abril/Maio a Setembro e concentra-se nas grandes festas nacionais onde viajam centenas de milhões de chineses. A temporada alta de viagens ocorre em torno da Festa Nacional de 1 de Outubro, Dia Nacional da China, de fundação da sua República Popular; mas sobretudo com a celebração da Festa da Primavera, com duração de 40 dias, de 13 de janeiro a 21 de fevereiro, conhecida como “*Chunyun*”. Nela se enquadra o Ano-Novo Lunar, que em 2017 calhou a 27 de janeiro, o feriado mais importante para as famílias chinesas, com milhões de pessoas regressando à sua terra natal para se reunir com parentes ou amigos, atingindo um recorde de 2,978 bilhões de viagens, 2% a mais em relação ao ano anterior. A ideia que a economia e o turismo ocidentais estão a perder a batalha da concorrência com a China devido às restrições e custos acrescidos das políticas e legislação ambientais comunitárias, constitui um erro duplamente grosseiro: ignora a viragem estratégica que a China realizou no final

de 2012, sob impulso do XVIII Congresso do Partido Comunista Chinês, no sentido de aproximar o desenvolvimento rural e urbano, segundo um novo paradigma de transição para uma economia sustentável, assente na cultura científica e na defesa do ambiente; e não entende que só a qualidade ambiental dos produtos e do turismo europeu podem constituir uma mais-valia no mercado mundial desregulado. A China Formosa é o conceito popular dessa mudança de gosto, a que correspondem valores éticos e estéticos.

O Turismo Residencial de Longa Duração é um segmento que pode continuar a captar a média alta e a classe milionária chinesa, sobretudo porque permite a aquisição de visto de residência e abre a porta da Europa. O programa Living in Portugal ignorou o idioma chinês e a China como mercado estratégico, mas este erro foi corrigido e, nos últimos anos, as ações promocionais na China somaram mais de 3,5 milhões de euros.

Enfim, a China não se está a ocidentalizar ou aculturar. Como sempre fez, absorverá as culturas e a ciência ocidentais, produto da mesma árvore de conhecimento milenar que partilha com a humanidade, assimilará o que lhe permite prosperar e desenvolver-se e fará coexistir na sua cultura nacional, produto de 56 diferentes nacionalidades, um nicho cultural para os seus cidadãos que interiorizem os novos valores. Esse é o significado da sua consigna internacional: *“China Forever”*.

A criação de produtos turísticos ibéricos

Vimos anteriormente algumas das principais disfunções do destino turístico que é Portugal: a ausência de voos diretos para a China. Uma imagem de marca do turismo nacional associada ao modelo de “Sol e Praia”. O desconhecimento generalizado da língua e da cultura chinesas, e dos valores morais e éticos que lhe estão associados, substituídos pela visão etnocêntrica e pelo preconceito. Registámos também a vantagem, na Europa, que outros destinos já têm sobre Portugal e Espanha.

Coloquemos então o problema? Como podemos competir no mercado mundial para que entre Portugal e a China se estabeleça um efetivo intercâmbio?

Pela diferenciação e complementaridade do destino Portugal no contexto do destino Península Ibérica, e pela construção, passo a passo, de uma estratégia inovadora, a qual, a par da superação daquelas disfunções, contenha as seguintes linhas de força:

- Identificar as províncias da República Popular da China com maiores necessidades de desenvolvimento turístico, mais baixo grau de internacionalização e potencialidades de crescimento dos seus públicos-alvo, perante as quais as capacidades turísticas das nossas empresas, regiões e escolas/universidades possam ser concorrenciais, numa base de intercâmbio e reciprocidade. Partir deste projeto-piloto como “case-study” para o país.

Tal significa que não disputaremos diretamente os mercados provinciais

atualmente mais desenvolvidos, onde é maior a concorrência internacional e mais elevado o poder de compra, só que apostaremos apenas nas suas cidades estratégicas.

E, sobretudo, devemos dirigir o nosso esforço estratégico para as províncias com menor grau de desenvolvimento ou de desenvolvimento médio, que tenderão a crescer mais em função das recentes resoluções da Assembleia Nacional Popular e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

- Identificar os problemas e encontrar as soluções de contato, promoção, transporte, alojamento, investimento e estância turística, que permitam criar uma cultura de negócios e desenvolver o volume de trocas.

- Criar e ou operacionalizar as Rotas de Turismo Cultural e de Natureza a utilizar comercialmente nas grandes regiões do país. É certo que não dispomos de monumentos e grandes museus como Madrid, Barcelona ou Paris, mas, o nosso território continental e marítimo configura-se como um mosaico de paisagens humanizadas que congregam e conservam a diversidade geológica, a biodiversidade e a diversidade histórica, artística e etnográfica europeias, com destaque para os monumentos e paisagens classificados como património da humanidade e para uma vasta rede de áreas protegidas e biótopos. Essa nova imagem de marca, de um país que é um mosaico da diversidade do património europeu, natural e cultural, material e imaterial, e uma finisterra das culturas das duas margens do mediterrâneo e do atlântico, do oriente e das américas, atribui-nos uma entidade turística autónoma e única.

- Criar uma Rede de Rotas e Circuitos Turísticos, enquanto produtos turísticos integradores, concebidos como interfaces comerciais entre a oferta de alojamento, restauração, gastronomia e enologia e a oferta do património regional em produtos de Touring Cultural e Paisagístico, que preferimos definir como Turismo Cultural, Turismo de Natureza e Turismo em Espaço Rural integrados e aqui designados em comum como Turismo Ambiental (Ambiente é natureza mais cultura, paisagem cultural urbana e paisagem cultural rural).

- Programar e organizar o intercâmbio de missões e visitas de reconhecimento e negócio que permitam estabelecer relações institucionais e realizar as primeiras viagens e estadias turísticas.

- Inventariar as necessidades de formação e transferência tecnológica com as províncias, empresas e escolas chinesas do ensino médio e superior, na perspetiva das mudanças em curso nos paradigmas do turismo internacional, com a ascensão dos produtos de turismo cultural e de natureza, de modo a criar uma “Friendship association” luso-chinesa, um Instituto para a Amizade.

- Criar uma cultura de negócios adequada ao ambiente empresarial, social e político específico da República Popular da China e à situação particular das suas diversas províncias, difundindo-a sob a forma de seminários de divulgação e atividades de consultoria no mercado ibérico e europeu.

- Criar Rotas e Circuitos transfronteiriços com as regiões autónomas de Espanha, como complemento das estadias em Portugal ou naquele país, para

ganhar escala de concorrência e inovação, criando um novo produto de turismo ibérico, mas descentralizado nas diferentes regiões. Esta orientação estratégica, salvaguardadas as diferenças, é igualmente válida para os países ibero-americanos e da lusofonia, com o Brasil e Angola à cabeça. O mercado russo surge aqui intercalado como uma prioridade equivalente, Índia e África do Sul como mercados potenciais. A criação de pacotes/produtos de visita e estadia ibéricos, corresponde também a um desejo quer da diáspora portuguesa quer da diáspora de Espanha no mundo e, sobretudo dos seus descendentes, como se pode reconhecer nos contatos espontâneos que estas comunidades fazem com os respetivos escritórios de turismo situados nas grandes cidades do mundo, de New York ao Rio de Janeiro.

Os mercados regionais portugueses são relevantes sobretudo para as regiões autónomas fronteiriças da Espanha, pois estamos em presença de comunidades que apresentam baixos índices de turistas de outros países, muito por força da estratégia do turismo espanhol que projetou sobretudo o sul mediterrânico e as grandes capitais do turismo cultural, de Madrid a Barcelona.

O interesse é obviamente recíproco e permite-nos aceder não apenas aos turistas espanhóis, ma também aos fluxos internacionais de turismo que demandam este país irmão.

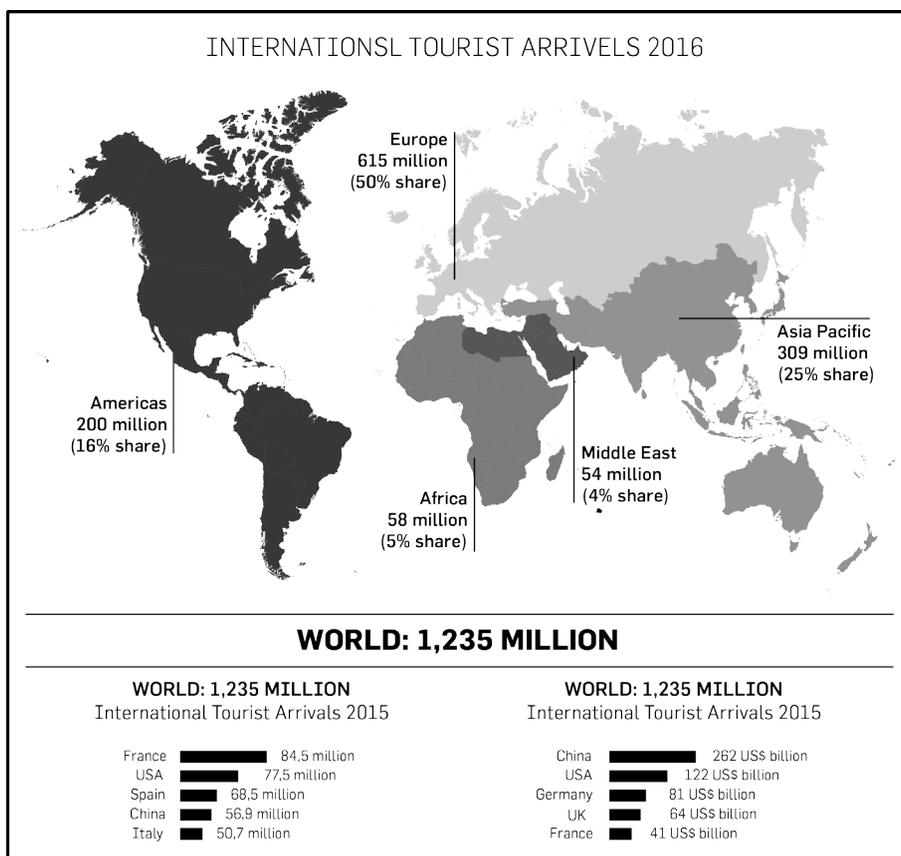
Tal perspetiva conduz-nos de novo quer à medida estruturante da criação da rede de aeroportos regionais de low cost quer para a reformulação política de entidades regionais de turismo, que necessitam de ser duplamente autónomas, face ao poder central e ao poder municipal, com autoridade política e recursos para desenhar as grandes Rotas e Circuitos, promover acordos e intercâmbios bilaterais, que não tenham que passar pelo centralismo do Terreiro do Paço.

As Cadeias de Valor do turismo, com as suas micro e PME, não apenas os hotéis, mas também os restaurantes, lojas, agências, transportadoras, guias e outros mediadores, funcionam na economia nacional como entidades exportadoras e, com um baixo nível de investimento, são as principais criadoras de emprego, mobilizando a montante e a jusante os serviços e produções associados ao desenvolvimento turístico.

A Regiões não litorais de Portugal não estão condenadas a ser meras região de passagem, e podem vir a tornar-se, se diretamente servidas por aeroportos regionais de proximidade, e estruturadas com Rotas e Circuitos do Turismo Cultural e de Natureza, novos segmentos do destino europeu dos mercados americano, africano e asiático, e uma ponte estratégica para o mercado ibérico e para a europa turística.

Perspetiva de evolução do Turismo da China

A China deu um contributo decisivo para ultrapassar a barreira de um bilião de turistas internacionais, representando 10% do PIB mundial e 6% das exportações. Esse teto foi vencido em 2012 com 1.040 milhões de turistas, atingiu 1.184 em 2015 e 1.235 em 2016. Em 2015 registou-se um crescimento de 5% comum à Europa, Ásia e Pacífico, de 3% no Médio Oriente e a queda de 3% em África, devido à instabilidade política no Norte de África. Em 2016, houve um crescimento global de 4%, sendo de registar o crescimento progressivo da quota asiática. A liderança da Europa foi ajudada também pela queda do valor do euro face ao dólar.



Source: UNWTO

Fig. 22

INTERNATIONAL TOURIST ARRIVALS					
Rank	Series	(million)		Change (%)	
		2014	2015	14/13	15/14
France	TF	83,7	84,5	0,1	0,9
United States	TF	75,0	77,5	7,2	3,3
Spain	TF	64,9	68,2	7,0	5,0
China	TF	55,6	56,6	-0,1	2,3
Italy	TF	48,6	50,7	1,8	4,4
Turkey	TF	39,8	39,5	5,3	-0,8
Germany	TCE	33,0	35,0	4,6	6,0
United Kingdom	TF	32,6	34,4	5,0	5,6
Mexico	TF	29,3	32,1	21,5	9,4
Russian Federation	TF	29,8	31,3	5,3	5,0

Source: UNWTO

Quadro 6

INTERNATIONAL TOURIST ARRIVALS						
Rank	US \$				Local Currencies	
	(billion)		Change (%)		Change (%)	
	2011	2012	11/10	12/11	2012	2012
United States	191,3	204,5	7,8	6,9	7,8	6,9
China	105,4	114,1	n/a	8,3	n/a	9,8
Spain	65,1	56,5	3,9	-13,2	3,9	4,0
France	58,1	45,9	2,8	-21,0	2,8	-5,4
United Kingdom	46,6	45,5	11,8	-2,3	6,2	5,2
Thailand	38,4	44,6	-0,8	16,0	-2,7	22,0
Italy	45,5	39,4	3,6	-13,3	3,6	3,8
Germany	43,3	36,9	49	-14,9	4,9	1,9
Hong Kong (China)	38,4	36,2	-1,4	-5,8	-1,5	-5,8
Macau (China)	42,6	31,3	-1,1	-26,4	-1,1	-26,5

Source: UNWTO

Quadro 7

Mas se somarmos aos turistas chegados às províncias e regiões continentais da RPCh, os que demandam as regiões especiais de Hong Kong e Macau, além de Taiwan cujo peso aqui é relativamente pequeno, a RPCh também já é o principal destino turístico mundial, e as suas receitas aproximam-se da dos EUA. (Fig. 23)

A RPCh é igualmente o principal mercado emissor do mundo desde 2012, crescendo sempre dois dígitos desde 2004, até atingir em 2016 os 261 milhões de USD, um crescimento de 11.000 milhões de USD face ao ano anterior, graças

Inbound tourism	Country/religion	Number of arrivals	Year on year growth
Ranking of arrivals		(10 000 visits)	%
1	Hong Kong SAR	7944,81	4,4
2	Macao SAR	2288,82	10,9
3	Taiwan, China	549,86	2,5
4	Republic of Korea	444,44	6,3
5	Japan	249,77	-8,1
6	Vietnam	216,08	26,4
7	United States	208,58	-0,4
8	Russia	158,23	-22,7
9	Malaysia	107,55	-4,8
10	Mongolia	101,41	-6,3
11	The Philippines	100,40	3,7
12	Singapore	90,53	-6,8
13	India	73,05	2,9
14	Canada	67,98	1,9
15	Thailand	64,15	4,6
16	Australia	63,73	-5,2
17	Germany	62,34	-5,9
18	United Kingdom	57,96	-4,1
19	Indonesia	54,48	-3,9
20	France	48,69	-5,8

Source: UNWTO

Fig. 23

às viagens para o estrangeiro de 135 milhões de chineses, um crescimento anual de 6%, que traduzem política e socialmente o crescimento sustentado da sua classe média e do acesso do seu povo aos bens e serviços da sociedade moderna.

O turismo interno da China arrecadou a receita de 3,9 trilhões de yuan (cerca de 563,6 bilhões de USD) em 2016, crescendo 14%. Os turistas domésticos realizaram 4,44 bilhões de viagens neste período, um aumento de 11%, de acordo com a Administração Nacional de Turismo da China (ANTC).

As viagens internacionais para a China cresceram 3,8% chegando a 134 milhões (56,9M turistas), e as viagens ao exterior aumentaram 4,3% para 122 milhões. O superavit comercial dos serviços turísticos do país cresceu 11,5% e atingiu 10,2 bilhões. O turismo doméstico deve aumentar 10% e chegar a 4,88 bilhões de viagens em 2017, com a receita crescendo 12,5% para 4,4 trilhões de yuan, de acordo com a ANTC. A China planeia elevar a receita de turismo para 7 trilhões de yuan até 2020. Até 2020, o investimento em turismo, considerado setor prioritário, deve aumentar para 2 trilhões de yuan, e o setor contribuirá para mais de 12% do PIB, de acordo com o plano quinquenal de turismo do Conselho de Estado da China (2016-2020).

Cod. Basic data and indicators	Units	2011	2012	2013	2014	2015
INBOUND TOURISM						
Data						
Arrivals						
Total	("000)	135,423	132,405	129,078	128,499	133,820
Overnight visitors (tourists)	("000)	57,581	57,725	55,686	55,622	56,886
Same-day visitors (excursionists)	("000)	-	-	-	-	-
of which, cruise passengers	("000)	-	-	-	-	-
Arrivals by region						
Total	("000)	135,423	132,405	129,078	128,498	133,820
Africa	("000)	424	440	461	497	580
Americas	("000)	3,201	3,179	3,124	3,107	3,115
East Aia and the Pacific	("000)	123,828	120,802	117,744	117,276	123,995
Europe	("000)	6,771	6,770	6,422	6,209	5,177
Middle East	("000)	239	264	269	278	-
South Asia	("000)	957	948	1,055	1,125	952
Other not classified	("000)	2	2	2	7	2
of wich, nationals residing abroad	("000)	-	-	-	-	-
Arrivals by main purpose						
Total	("000)	27,111	27,191	26,290	26,361	25,985
Personal	("000)	20,785	20,911	20,096	20,965	20,608
holidays, leisure and recreation	("000)	12,218	11,629	10,123	8,930	8,249
other personal purposes	("000)	8,567	9,282	9,973	12,035	12,359
Business and professional	("000)	6,326	6,280	6,194	5,396	5,377
Arrivals by mode of transport						
Total	("000)	135,423	132,405	129,078	128,498	133,820
Air	("000)	20,911	21,421	20,744	21,086	21,012
Water	("000)	5,082	4,793	4,644	4,594	4,540
Land	("000)	109,430	106,191	103,690	102,818	108,268
railway	("000)	1,442	1,357	1,339	1,256	1,220
road	("000)	30,899	29,844	29,467	29,275	29,225
others	("000)	77,089	74,990	72,885	72,287	77,823
Acomodation						
Hotels and similar establishments						
Guests	("000)	106,552	116,266	89,924	-	-
Overnights	("000)	294,757	330,080	243,761	-	-
Expenditure						
Total	US\$ Mn	-	-	-	-	-
Travel	US\$ Mn	48,464	58,028	51,664	105,380	114,109
Passengers transport	US\$ Mn	-	-	-	-	-
Indicators						
Average size of travel party	Persons	-	-	-	-	-
Average lenght of stay						
Total	Days	-	-	-	-	-
For all commercial accommodation services	Nights	2,77	2,84	2,71	-	-
of which, "hotels and similar establishments"	Nights	-	-	-	-	-
For non commercial accommodation services	Days	-	-	-	-	-
Average expenditure per day	US\$	-	-	-	-	-
DOMESTIC TOURISM						
Data						
Trips						
Total	("000)	2,641,000	2,957,000	3,262,000	3,611,000	-
Overnight visitors (tourists)	("000)	-	-	-	-	-
Same-day visitors (excursionists)	("000)	-	-	-	-	-
OUTBOUND TOURISM						
Data						
Departures						
Total	("000)	-	-	-	-	-
Overnight visitors (tourists)	("000)	70,250	83,183	98,185	107,276	116,886
Same-day visitors (excursionists)	("000)	-	-	-	-	-
Expenditure						
Total	US\$ Mn	-	-	-	-	-
Travel	US\$ Mn	72,585	101,977	128,576	234,662	292,200
Passanger transport	US\$ Mn	-	-	-	-	-

Source: UNWTO

Fig. 24

7. O SOCIALISMO ECOLÓGICO E A NOVA ROTA DA SEDA

A mudança nos estatutos e programa do PCCh no 18º congresso

Mas como harmonizar a diferenciação de novas classes e reverter em favor do bem-estar geral a riqueza que se concentra nalguns segmentos sociais, nas cidades, municípios e províncias de economia aberta? A história da China conduziu à fundação de uma República de novo tipo. Com órgãos de poder e de aliança política, que analisámos ao longo deste trabalho, a Assembleia Nacional Popular e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, os órgãos do estado de “democracia popular”.

A crise ambiental, que acompanhou a evolução de todas as sociedades modernas, conduziu a um novo processo de reforma, de importância mundial e que se traduz em duas consignas dirigidas para a tomada de consciência e a mobilização de todos os cidadãos da China: O Sonho Chinês. E a China Formosa.

A China Formosa

A filosofia ambiental foi definitivamente consignada na Reforma dos Estatutos do PCCh, por ocasião do 18º Congresso, realizado em 2002.

“The Party must promote all-around economic, political, cultural, social, and ecological progress in accordance with the overall plan for the cause of socialism with Chinese characteristics.

In leading the cause of socialism, the Communist Party of China must persist in taking economic development as the central task, making all other work subordinate to and serve this central task. The Party must lose no time in speeding up development, implement the strategy of rejuvenating the country through science and education, the strategy of strengthening the nation with trained personnel and the strategy of sustainable development, and give full play to the role of science and technology as the primary productive force.”

Ao lado das referências ideológicas aos fundadores do pensamento marxista-leninista e da sua evolução no maoísmo, das contribuições filosófico-políticas da nova geração de líderes, os princípios ambientais ganharam estatuto de lei do PCCh. Para não atrair o sentido dos textos originais, continuamos a optar por transcrever a sua tradução oficial:

“The Communist Party of China leads the people in promoting socialist ecological progress. It raises its ecological awareness of the need to respect, accommodate to and protect nature; follows the basic state policy of conserving resources and

protecting the environment and the principle of giving high priority to conserving resources, protecting the environment and promoting its natural restoration; and pursues sound development that leads to increased production, affluence and a good ecosystem.

The Party strives to build a resource-conserving, environmentally friendly society; and preserves China's geographical space and improves its industrial structure and mode of production and the Chinese way of life in the interest of conserving resources and protecting the environment.

All this is aimed at creating a good working and living environment for the people and ensuring lasting and sustainable development.”

Este desenvolvimento ideológico teve impacto imediato, quer na vida interna do PCCh, com a fundação da Escola do PCCh no Ministério do Ambiente, destinada a formar os quadros do partido nas questões ambientais sob a consigna da “China Formosa”, envolvendo os seus 89 milhões de filiados, quer na sociedade chinesa, através da convocação da 12a Assembleia Nacional Popular e da 12a Conferência Consultiva do Povo Chinês, que estabeleceram as políticas correspondentes.

“The Party works to balance urban and rural development, development among regions, economic and social development, relations between man and nature, and domestic development and opening to the outside world; adjust the economic structure, and transform the growth model.

The Communist Party of China leads the people in building a harmonious socialist society. In accordance with the general requirements for democracy and the rule of law, equity and justice, honesty and fraternity, vigor and vitality, stability and order, and harmony between man and nature and the principle of all the people building and sharing a harmonious socialist society.”

O sonho chinês

A terceira sessão plenária do 18º CC, em 2012, é conhecida por definir as políticas económicas e as reformas políticas do novo governo. Ela lançou a consigna do “sonho chinês”, em alternativa ao “sonho americano”, que aqui resumimos nas suas principais orientações políticas, económicas e sociais.

“Combinar o espírito da nação com o patriotismo como núcleo e o espírito dos tempos com a reforma e a inovação como núcleo. O ressurgimento da nação chinesa é o seu maior sonho na história moderna. O sonho chinês, é o sonho do povo. Devemos torná-lo realidade apondo-nos estreitamente no povo e criando benefícios para o povo. “Completar a construção de uma sociedade moderadamente desenvolvida e fazer da China um país socialista moderno, que seja próspero, democrático, avançado culturalmente e harmonioso.”

“O povo aspira a melhor educação, emprego mais estável, um aumento dos seus rendimentos, uma segurança social mais ampla, melhores serviços médicos e sanitários, melhores condições de habitação, assim como um melhor meio ambiente”.

“Um crescimento económico sustentável e de alta qualidade.”

“Promover a paz e o desenvolvimento internacional, recusar o hegemonismo”.

Cooperação Sul-Sul

A assistência da China desenvolve-se nas áreas das infraestruturas, agricultura e desenvolvimento de recursos humanos bem como através da isenção de direitos aduaneiros e o “*perdão da dívida*” concedido aos países menos desenvolvidos (PMDs) A partir de janeiro de 2009, tarifas preferenciais unilaterais para 41 países menos desenvolvidos. As autoridades pretendem aumentar a cobertura deste esquema para 95% das importações dos PMDs.

BRICS

Os seus presidentes reúnem-se anualmente. Na ONU, votam muitas vezes juntos, como aconteceu no caso da Síria.

Controlam 25% do território, 40% da população, 25% do PIB e mais de 50% das reservas internacionais do mundo.

China e Brasil são, respetivamente, o segundo e o quinto maiores credores dos Estados Unidos.

O comércio Brasil-Índia passou de 4,6 US\$ bilhões em 2006 para US\$ 15 bilhões em 2015.

Comércio, cooperação para a ciência e o ensino, na transferência de tecnologia para fins pacíficos.

Por crescerem mais que a Europa e os Estados Unidos, e terem mais reservas internacionais, os BRICS querem maior poder no Banco Mundial e no FMI. Como isso lhes tem sido negado, criaram (2015) o próprio banco, com capital inicial de US\$ 100 bilhões.

Na área de internet, Rússia e Índia já declararam o seu apoio ao regulamento que o Brasil propõe para a rede mundial.

Está a ser planeado o Brics Cable, um cabo ótico submarino de 34 mil quilômetros que, sem passar pelos Estados Unidos ou pela Europa, ligará o Brasil à África do Sul, Índia, China e Rússia, em Vladivostok. Através do desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul, a China tem aproximado dos BRICS muito outros países, da África, da América Latina e da Ásia. A assistência da China desenvolve-se nas áreas das infraestruturas, agricultura e desenvolvimento de recursos humanos.

Breves notas sobre o investimento chinês em Portugal, mito e realidade

A União Europeia foi a principal origem do stock de ID do exterior em Portugal, com quotas de 90,6% em dezembro de 2013 e 85,5% em setembro de 2014, destacando-se, ao nível intracomunitário, Espanha e Países Baixos, com pesos de 24,7% e 24,0% do total em setembro de 2014. De entre os países extracomunitários (9,4% e 14,5% do total, respetivamente, em dezembro de 2013 e setembro de 2014), salientam-se Brasil e EUA, com quotas de 4,9% e 1,9%, em setembro deste ano. Angola ficou pelos 1,8% e China por uns 1,6%, desmentindo a ideia propagandeada que são os capitais vindos deste países que estão a tornar-se os donos do país.

Segundo as informações do Banco de Portugal.

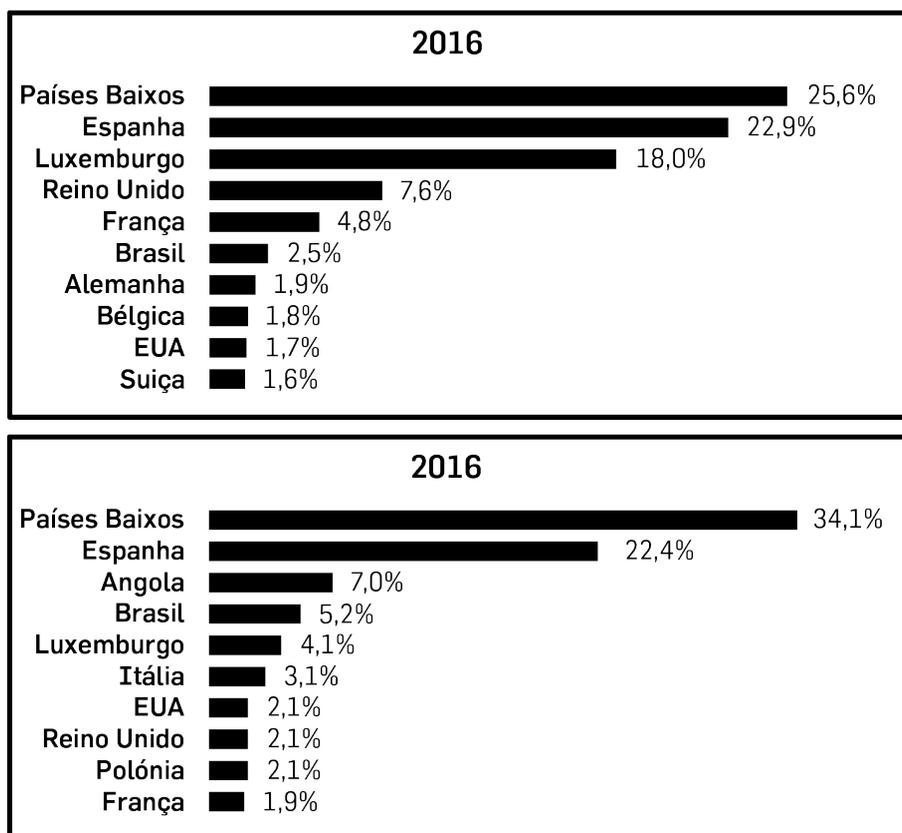
Parece que esta propaganda distorcida, que os grupos económicos que controlam a comunicação social vinculam reiteradamente e um respeitável gestor bancário proclamou, traduzem afinal uma outra realidade do mercado: os investidores daqueles países vão ao concurso das privatizações oferecendo o dobro do que os nossos gestores “patriotas” e os seus patrões espanhóis ou alemães (veja-se o caso dos investidores alemães que pretendiam comprar a quota do estado na EDP) e, ao contrário de outra ideia disseminada, este investimento traduz-se em cooperação estratégica de longo prazo, não apenas na gestão, mas alargada ao acesso a financiamento, novos mercados, partilha de tecnologias e I&D, como no caso desta empresa, independente dos juízos políticos sobre o seu estatuto de empresa pública ou privada, e “monopólio natural”, que este trabalho não discute.

Tal não acontece com os fundos de investimentos ocidentais, mesmo quando pesam no conjunto de capital (é ainda o caso da EDP), quando se alheiam da sua administração e funcionam apenas como recolectores de mais valias.

Desde que, em 2012, a China Three Gorges (CTG) comprou uma participação de 21,35% no capital da EDP ao Estado português por 2.700 milhões euros, a China investiu em Portugal um total de 10.000 milhões de euros, se incluirmos os vistos Gold, questão que analisaremos mais adiante.

A situação não se alterou nos anos seguintes: a União Europeia foi a principal origem do stock de ID do exterior em Portugal, com uma quota de 87,5,6% no final de 2016, destacando-se, ao nível intracomunitário, Países Baixos e Espanha, com pesos de 25,6% e 22,9%. De entre os países extracomunitários 12,5% do total, salientam-se Brasil e EUA, com quotas de 2,5% e 1,7%. A Suíça e a China com 1,6% e Angola 1,2%.

Investimento direto em Portugal por países de destino e origem (2016)
 Investimento direto de Portugal no estrangeiro



Source: Banco de Portugal

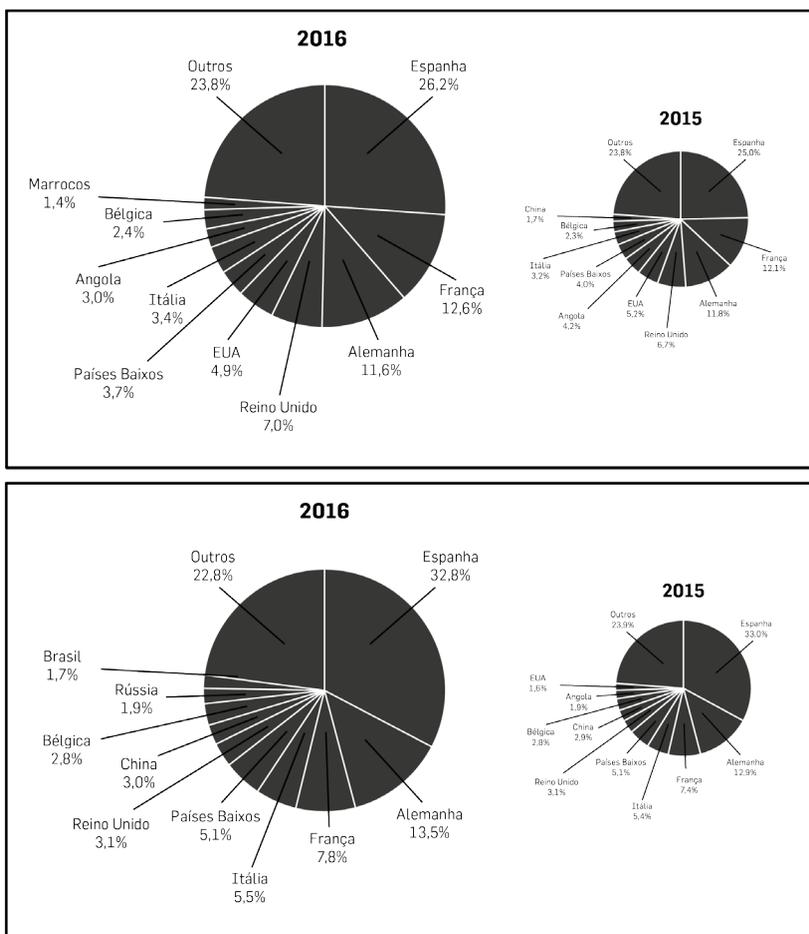
Fig. 25

A quota das exportações portuguesas para a China subiu ligeiramente de 1,3% para 1,5% entre 2015 e 2016, mas já foi de 1,7%; as importações no mesmo período passaram de 2,9% para 3%, valor onde parecem querer estabilizar-se nos últimos anos.

O número de empresas, na forma jurídica de sociedades, que exportam para a China, tem vindo a crescer com regularidade, sendo em 2011_ 911, em 2012_ 1031, em 2013 _ 1111, em 2014_ 1186, em 2015_1356. De registar, a criação de parcerias de negócios entre empresas chinesas e portuguesas, nos PALOP.

Parece óbvio que ainda não existe uma estratégia nacional, pública ou privada, para desenvolver o comércio e a cooperação com a China.

10 principais clientes das exportações e importações portuguesas



Source: AICEP

Fig. 26

Os quadros seguintes ilustram e detalham melhor a natureza destas relações comerciais, deles resultando a tendência para o crescimento do valor das nossas importações, que sobem aos 1.819,3 milhões de euros, enquanto as exportações para a China oscilam para cima e para baixo, fixando-se em 678,6 milhões de euros em 2016, mas diminuindo progressivamente a taxa de cobertura.

Balança comercial de bens de Portugal com a China

	2012	2013	2014	2015	2016	Var% 16/12 ^a	2016 jan/fev	2017 jan/fev	Var% 17/16 ^b
Exportações	778,0	657,5	839,7	839,0	676,8	-1,8	64,9	128,6	98,0
Importações	1391,3	1370,4	1599,1	1777,6	1819,3	7,2	321,3	300,1	-6,6
Saldo	-613,3	-712,9	-759,3	-938,6	-1142,5	-	-256,4	-171,5	-
Coef. Cob. %	55,9	48,0	52,5	47,2	37,2	-	20,2	42,8	-

(a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2012-2016
(b) Taxa de variação homóloga 2016-2017

Source: AICEP, INE

Quadro 8

Analisemos igualmente, a partir de novos quadros, a sua composição e peso relativo:

Exportações de Portugal para a China, por grupos de produtos

	2012	% Tot 12	2015	% Tot 15	2016	% Tot 16	Var % 16/15
Veículos e outro mat. transporte	412,7	53,0	351,8	41,9	149,5	22,1	-57,5
Minerais e minérios	124,9	16,1	152,1	18,1	114,1	16,9	-25,0
Pastas celulósicas e papel	41,2	5,3	59,0	7,0	92,3	13,6	56,4
Máquinas e aparelhos	50,2	6,4	74,6	8,9	76,9	11,4	3,1
Alimentares	12,0	1,5	34,3	4,1	62,5	9,2	82,3
Plásticos e borracha	19,2	2,5	32,6	3,9	31,1	4,6	-4,6
Madeira e cortiça	24,9	3,2	24,7	2,9	31,1	4,6	26,1
Metais comuns	30,7	3,9	21,4	2,5	23,4	3,5	9,5
Matérias têxteis	28,6	3,7	23,8	2,8	22,9	3,4	-3,8
Químicos	8,5	1,1	3,8	0,5	16,7	2,5	337,4
Instrumentos de ótica e precisão	4,1	0,5	12,4	1,5	13,8	2,0	11,8
Calçado	2,2	0,3	11,9	1,4	13,2	1,9	10,5
Agrícolas	3,4	0,4	7,1	0,8	8,3	1,2	16,5
Vestuário	5,1	0,7	9,8	1,2	7,1	1,1	-27,0
Peles e couros	3,4	0,4	3,6	0,4	2,0	0,3	-45,0
Combustíveis minerais	0,0	0,0	3,0	0,4	0,1	0,0	-96,9
Outros produtos (a)	6,9	0,9	13,1	1,6	11,9	1,8	-9,5
Total	778,0	100,0	839,0	100,0	676,8	100,0	-19,3

Source: INE

Quadro 9

O valor dos veículos e outro material de transporte está em queda, pois já representou em 2012, 53%, para 22,1% em 2016. Minerais e minérios oscilam e situam-se nos 16,9%. Pastas celulósicas e papel mais do que duplicaram no período, de 5,3% para 13,6%. Máquinas e aparelhos quase duplicaram, de 6,4%

para 11,4%. É de salientar depois o grande salto dos produtos alimentares, de 1,5% para 9,2%, do calçado, de 0,3% para 1,9%, dos Instrumentos de Ótica e Precisão de 0,5% para 2%, verificando-se igualmente crescimentos nos produtos em que Portugal é uma referência de mercado, como a cortiça, de 3,2% para 4,6%, oscilações noutros...

Observemos agora o quadro das importações:

Importações de Portugal provenientes da China, por grupos de produtos

	2012	% Tot 12	2015	% Tot 15	2016	% Tot 16	Var % 16/15
Máquinas e aparelhos	491,1	35,3	607,0	34,1	649,4	35,7	7,0
Metais comuns	167,8	12,1	211,3	11,9	191,8	10,5	-9,2
Matérias têxteis	88,1	6,3	113,2	6,4	124,5	6,8	10,0
Químicos	95,1	6,8	126,0	7,1	115,2	6,3	-8,6
Agrícolas	77,1	5,5	85,8	4,8	93,5	5,1	8,9
Vestuário	93,1	6,7	101,8	5,7	92,2	5,1	-9,5
Plástico e borracha	54,1	3,9	82,2	4,6	86,4	4,8	5,2
Peles e couros	36,3	2,6	69,5	3,9	70,7	3,9	1,7
Veículos e outro mat. transporte	52,7	3,8	73,7	4,1	68,3	3,8	-7,2
Calçado	46,9	3,4	67,2	3,8	59,1	3,2	-12,1
Instrumentos de ótica e precisão	51,8	3,7	48,4	2,7	51,7	2,8	6,9
Minerais e minérios	22,5	1,6	28,2	1,6	32,2	1,8	14,2
Alimentares	13,6	1,0	16,0	0,9	14,9	0,8	-6,9
Pastas celulósicas e papel	8,9	0,6	13,8	0,8	13,7	0,8	-0,7
Madeira e cortiça	6,7	0,5	9,6	0,5	10,9	0,6	13,1
Combustíveis minerais	0,4	0,0	0,6	0,0	1,4	0,1	132,1
Outros produtos (a)	85,2	6,1	123,3	6,9	143,3	7,9	16,1
Total	1391,3	100,0	1777,6	100,0	1819,3	100,0	2,3

(a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

Source: INE

Quadro 10

Máquinas e aparelhos e metais comuns representam por si só quase 50% das importações, com as primeiras em crescimento contínuo, com os produtos do retalho comercial representando um valor reduzido, mais uma vez ao contrário do senso comum, como o Vestuário que desce para 5,1%...

Segundo informação do AICEP, em termos acumulados desde que os “vistos dourados” começaram a ser atribuídos, em 08 de outubro de 2012, até maio de 2017, o investimento total captado com as Autorizações de Residência e Investimentos_ARI atingiu 3.124 milhões de euros, em números redondos. Deste total 2.817 euros foram captados por via da compra de bens imóveis e 306.696 euros através da transferência de capital. Em termos acumulados, foram concedidos 4.791 vistos pelo requisito da aquisição de bens imóveis, 285 por transferência de capital, e oito pela criação de, pelo menos, 10 postos de trabalho.

A China lidera a lista de ARI atribuídas (3.411), apesar da denúncia de preços excessivos de que foram vítimas alguns dos seus cidadãos, que a nossa comunicação social em regra desvaloriza (com exceção de uma reportagem da RTP, salvo erro ou omissão), preferindo enfatizar o seu contrário, seguida do Brasil (411), África do Sul (189), Rússia (174) e Líbano (100). Desde 2013 foram atribuídas 8.346 autorizações de residência a familiares reagrupados.

One Belt, One Road, and One World

Uma estratégia e um quadro de desenvolvimento proposto pelo presidente chinês Xi Jinping (2013) que incide sobre a ligação e cooperação entre os países, principalmente entre a República Popular da China e o resto da Eurásia, que consiste em dois componentes principais, uma rota da seda terrestre “*Silk Road Economic Belt*” (SREB) e uma rota da seda oceânica “*Maritime Silk Road*” (MSR).

A iniciativa preconiza a integração das regiões abrangidas num espaço económico coeso através da construção de infraestruturas, do aumento do intercâmbio cultural e da ampliação do comércio.

Este cinturão (faixa) económico pretende beneficiar (além da China) muitos outros países e abrir o comércio externo internacional, cuja condição de existência é a manutenção da paz mundial. O Cinturão do Norte atravessa a Ásia Central, da Rússia para a Europa. O Cinturão Central atravessa a Ásia Central, da Ásia ocidental para o Golfo Pérsico e o Mediterrâneo, defrontando-se no seu percurso com problemas complexos de religião e separatismo. O Cinturão do Sul parte da China para o sudeste da Ásia, o sul da Ásia e Oceano Índico.

Uma Rota que difere e contrasta com os dois regimes comerciais centrados nos Estados Unidos, Trans-Pacific Partnership and the Transatlantic Trade and Investment Partnership, em duas áreas fundamentais: o acesso ao financiamento a baixo custo e a possibilidade de concentrar esses investimentos nas estruturas estratégicas dos países cooperantes, transferindo para eles as tecnologias mais avançadas.

Através da criação do AIIB_The Asian Infrastructure Investment Bank (2015) como um banco de desenvolvimento concebido para realizar empréstimos que financiem projetos de infraestruturas, procura-se enfrentar um dos maiores problemas dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, o acesso ao crédito a juros baixos. A partir de 2015, a China anunciou que mais de 1 trilião de yuan (160 biliões USD) de projetos de infraestruturas estavam a ser programados. O Banco tem um capital autorizado de 100 biliões de USD, dos quais 75% serão provenientes de países asiáticos e da Oceania. A China será o maior parceiro, com 26% dos direitos de voto. Isto é, sendo o maior investidor, aceita ficar em minoria e gerir o capital disponível numa base negocial equilibrada.

Já funcionam o corredor econômico China-Paquistão (CPEC) com o porto de Gwadar como cerne do projeto CPEC e o corredor econômico de Bangladesh. Vimos anteriormente como uma rede ferroviária se estendeu da China à Eurásia e à Europa. Foi criada a University Alliance of the Silk Road, centralizada na Xian Jiaotong University, para pensar estrategicamente os desafios da Rota da Seda para a Paz.

Esta proposta surge, ao mesmo tempo que a China alerta para os riscos de uma nova crise financeira. Devemos levar muito a sério o aviso da empresa chinesa de rating, que prevê a emergência de uma nova crise financeira de ainda maiores proporções do que a de 2008, como resultado da política de "...expansão monetária e do recurso à impressora" por parte dos principais bancos centrais. (leia-se, Reserva Federal dos EUA, Banco do Japão, Banco de Inglaterra...). O presidente da Dagong, Guan Jianzhong afirmou ainda então que...

"Os EUA, a Europa e o Japão estão a aumentar o consumo através do crescimento do crédito, o que representa um risco exacerbado pelo facto de "estes países terem excedido o potencial para a produção de bens, criando uma bolha"... "A crise atual na Rússia é causada por sanções dos países ocidentais mais do que por fatores internos. Se olharmos para os EUA e os países da UE, as suas crises foram provocadas por fatores internos e não externos,"

afirmou o Presidente da Agência de rating chinesa Dagong.

"Diferentemente do que se passa na Rússia, a dimensão do crédito nestes países excedeu o potencial para a produção de bens e criou uma bolha. Esta crise foi transmitida para todo o mundo através da política de facilitação do acesso ao crédito e da emissão de mais papel-moeda. Todos os países tiveram que pagar por isso." (04.02.2015)

As declarações do presidente da Dagong surgiram em paralelo com um relatório da consultora McKinsey que calculou que o endividamento total a nível global aumentou em 57 biliões de dólares desde 2007, de 142 biliões para 199 biliões de dólares. Em simultâneo, a dívida global em proporção do Produto Interno Global (PIB) anual subiu de 269% de 286%. Chegámos ao absurdo político e económico!? Mas aproxima-nos da realidade: É uma irracionalidade económica que a comunidade de todos os países e nações do mundo, na sua globalidade, deva mais do que o valor total dos seus PIB! Tal significa que mais de dois terços dos valores financeiros em circulação no mercado mundial desregulado não têm correspondência com os valores reais da economia.

Um estudo anterior da MacKinsey (2012) abre-nos outra perspetiva para conhecer o fenómeno da dívida global (a dívida soberana, mais a dívida da banca, empresas e famílias): ele evidencia, que a generalidade dos países e não apenas os do sul da Europa, sofre de um problema crónico de dívida, na sua relação com o valor do PIB_atingindo famílias, empresas, bancos e dívida soberana, que sobe a níveis assustadores na Irlanda (663%), no Japão (512%) e no Reino Unido (503%), e a que não escapa nenhuma das mais poderosas economias ocidentais, incluindo a Alemanha, cuja dívida global era aqui anotada como de 278% do PIB! Portanto, superior à da Grécia, que se ficava pelos

267% do PIB. Neste rácio da dívida global, Portugal atingia então 356% do PIB e a Espanha 363%. A França 346%, a Itália 314%. A Coréia do Sul, 314%, os EUA 279%...

Tendo como referência 2010, podemos constatar que nas 10 maiores economias o rácio da dívida era de 348% do PIB. Outros países, os então chamados BRIC, as novas potências económicas emergentes onde ainda não estava a África do Sul, apresentavam os seguintes rácios: China, 184%, Brasil, 148%, Índia 122% e Rússia 72%!

O presidente da CMVM_ Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Carlos Tavares, alertou igualmente, em 21 de Abril de 2015, em audiência parlamentar, que o sistema financeiro pode estar à beira de uma nova crise internacional. Carlos Tavares foi ao Parlamento defender que as soluções aplicadas à crise de 2008 criaram as condições para uma “tempestade perfeita”, responsabilizando eufemisticamente “alguns dos remédios adotados” para enfrentar a crise anterior e o recomeço do ciclo infernal que se inicia com a política de expansão monetária, baixa de juros e excesso de liquidez e conduz ao crescimento da dívida global e a nova crise de sobreprodução e ao colapso do sistema financeiro.

Em suma: O sistema financeiro internacional criou para si próprio um valor artificial de dívida global (pública, empresarial, das famílias e mesmo dos pequenos bancos para com os maiores) que ultrapassa em 286% a dívida total em proporção do Produto Interno Global (PIB), através de obscuros produtos financeiros, a manipulação das agências de rating, a desregulamentação da sua própria atividade e a criação de um cartel dos maiores bancos privados mundiais, a proliferação dos paraísos fiscais até no coração da própria Europa, como a City de Londres ou o Luxemburgo e o controle dos governos e instituições ocidentais, como a União Europeia e o FMI.

A China propõe um passo decisivo num novo caminho, a construção da maior rede de comércio mundial, financiada solidariamente nas suas infraestruturas, que permita um comércio mais justo entre os países, sem discriminações de regime político ou modelo económico, um mercado onde seja instaurado o livre acesso e regulada a concorrência em favor das economias menos desenvolvidas, uma Nova Rota da Seda para a Paz, que é a sua condição política suprema.

Deste modo, pretende assegurar a conservação e a renovação das suas reservas de matérias-primas estratégicas e os níveis de crescimento da sua economia que permitam na década de 2020 a 2030 chegar à sociedade harmoniosa e moderadamente próspera onde pobreza seja definitivamente erradicada (ainda existem 40 milhões de chineses pobres e uma profunda desigualdade entre os habitantes das regiões urbanas e rurais) e uma classe média que atinja o número sonhado de mil milhões.

Segundo dados do Banco de Portugal, o fluxo líquido de investimento direto do exterior em Portugal (passivo) vem caindo desde 2012, atingindo um montante de 6,6 mil milhões de euros em 2013 (-62,7% face a 2012). Até

setembro de 2014, o passivo de ID de Portugal foi de 3,6 mil milhões de euros (-26,4% em termos homólogos de 2013).

No que respeita ao fluxo de investimento direto de Portugal com o exterior (ativo), comparado com o afluxo de investimento estrangeiro a Portugal em 2013 e 2014, os seus valores equivalem-se praticamente; os totais registados no período janeiro/setembro de 2014 foram, respetivamente de 3.442 M € (Ativo) e 3.562 M € (Passivo), o que indicia claramente que a riqueza entra e sai praticamente na totalidade, fato a que não é estranha a compra dos ativos nacionais pelo capital internacional.

O novo Canal do Panamá e a porta atlântica da Europa para a Nova Rota da Seda

O alargamento do canal do Panamá vai permitir reduzir significativamente as distâncias das exportações dos continentes asiático e americano... o nosso nível de centralidade vai subir.

O porto de Sines é o único porto de águas profundas em Portugal e integra cinco terminais especializados (granéis líquidos, petroquímicos, multiusos, gás natural liquefeito e contentores), dois portos interiores e uma plataforma de logística moderna.

O porto de Leixões cumpre função equivalente a norte e amplia-a com a sua capacidade de acostagem de passageiros transatlânticos.

A Comissão Europeia autorizou que Portugal aplicasse os fundos que estavam destinados à alta velocidade ferroviária (TGV) na ligação em bitola europeia dos portos portugueses ao resto da Europa. Esta rede ferroviária, num espaço integrado de Espanha e Portugal, pode ser vista a partir da província de Castilha y León, conforme o mapa indica.



Source: UE

Fig. 28

A nova Rota da Seda chegou entretanto, em apenas quatro anos, a 15 países europeus através da via ferroviária. O último destino destes comboios que partem da China foi a Inglaterra, fretado pela Yiwu Timex Industrial Investment. Carsten Pottharst, diretor do InterRail Group, o operador do comboio com sede na Suíça sublinhou a sua importância estratégica e perspectivas de evolução: *“This moment was important to show that we can run the train in less than 18 days to the UK”*, prevendo que poderá ser reduzido a apenas 11 dias.

Trata-se de um meio de transporte mais barato que o avião e mais rápido que os navios, por ora reservado a produtos com um valor acrescentado de nível médio-alto.

O primeiro *“cinto”* ligou Chongqing com Duisburg na Alemanha, em 2013, para escoar produtos das empresas alemãs sedeadas naquela região da China. A partir daí, uma verdadeira rede estendeu-se rapidamente ligando cidades como Chengdu, Suzhou, Lianyungang, Wuhan, Xiamen, Zhengzhou e Yiwu com Lodz, Varsóvia, Hamburgo, Lyon e Madrid. Os países da Eurásia, do leste da China para o ocidente da Europa, estão gradualmente a ser integrados num mercado contíguo cobrindo 60 países, 60% da população, 75% dos recursos energéticos e 60% do PIB do mundo.

Estima-se que dentro de dez anos o comércio em toda esta região poderá superar 2,2 triliões de dólares por ano.

Trans-European Transport Network



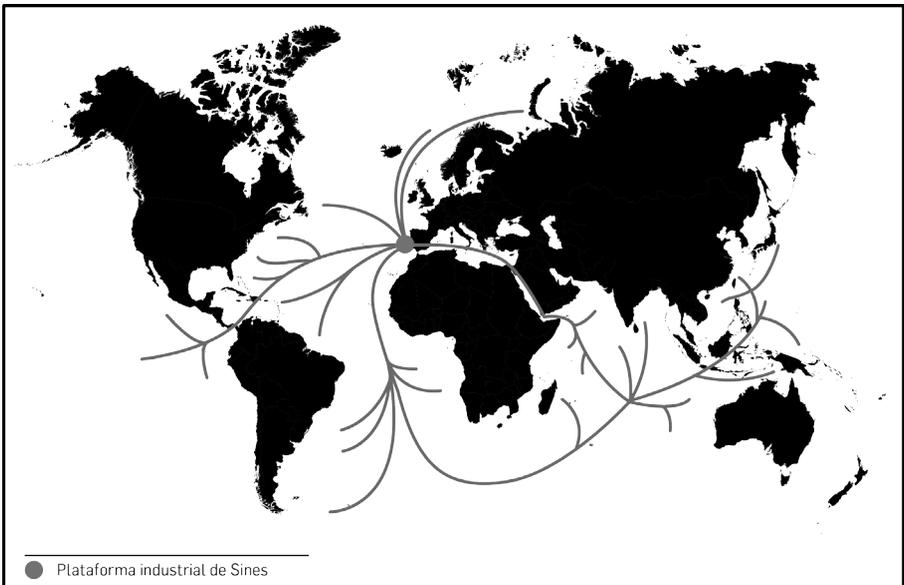
Source: UE

Fig. 29

A integração dos sistemas de transporte portuários e dos caminhos de ferro e a importância estratégica dos nossos portos pode ser então visualizada nestes mapas, da rede ferroviária Trans Europeia e das de rotas marítimas comerciais e de passageiros, partindo de Sines, como de Leixões.

A China cumpriu escrupulosamente os acordos com o governo grego, no momento mais crítico da intervenção da Troika nesse país, contribuindo para recuperar e modernizar os portos de Pireu I e II, e, tal como aconteceu nas empresas que adquiriu em Portugal e na Europa, não procedeu a despedimentos dos seus trabalhadores nem reduziu os seus direitos.

Acessibilidades marítimas



Source: Porto de Sines

Fig. 30

6 reasons why starting a trade war with China is a bad idea

Vimos anteriormente como alguns lobbies europeus procuram influenciar os decisores políticos, recusando à China o estatuto de economia de mercado, contratualizado no âmbito da OMC. As consequências eventuais de uma guerra de preços com a China, são aqui resumidas, a partir da ameaça protecionista da nova administração americana, recorrendo às suas próprias fontes e reapplicável à União Europeia.

1. China will respond

In 2009, the Obama administration sought tariffs against China. Beijing retaliated in tariffs on American chicken, eventually expanding to include solar panels, steel and other products. One key reason: huge tariffs on Chinese goods will make them way too costly or drive them out of the U.S. market altogether.

2. Big brands are vulnerable

Starbucks (SBUX), Boeing (BA) and Apple (AAPL, Tech30), to name a few, have placed huge bets on China. All three companies say the country of 1.3 billion will soon be their single largest market, if it's not already.

3. China is pouring money into the U.S.

Tens of billions of dollars of Chinese investment are now directed at the United States each year.

4. The jobs are not coming back

Jobs are now shifting to countries like Bangladesh and Vietnam where labor is even less expensive.

5. The yuan are not undervalue

It was in 2000. But former Treasury Secretary Hank Paulson initiated the U.S.-China. Strategic Economic Dialogue in 2006. International Monetary Fund say the yuan is fairly valued.

6. China is ready to capitalize Trump's protectionist policies. Pacific trade deal, the TPP, is dead. The Silk Road is growing.

(Source: FMI, CNN and USA government).

8. A ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO DA CCDPCH

A Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal China/CCDPCh é uma associação de direito privado, legalmente constituída em 2013, após um processo de sete anos de trabalho e cooperação preparatórios da sua fundação. Os seus primeiros Corpos Sociais foram eleitos em 3 de Maio de 2014.

Entre os seus fundadores e membros aderentes estão personalidades que há mais de 40 anos promoveram as primeiras relações de cooperação com a RPCh e as principais instituições que no nosso país desenvolveram estas relações nas últimas décadas.

No âmbito da sua estratégia e projetos a Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China/CCDPCh enviou diversas delegações à RPCh, Guangzhou, Guizhou, Zhejiang, Heilongjiang, Henan, Pequim, Macau, Taiwan... e recebeu diversas missões provenientes dessas regiões e cidades, das suas universidades, empresas e municípios.

A Associação, que funciona por tempo ilimitado, constitui-se para o estudo, consulta e promoção do intercâmbio económico e cultural entre Portugal e a República Popular da China, a partir da criação dos seus primeiros núcleos na Região Centro, Porto e Região Norte, e Lisboa, procurando congregar todas as atuais organizações que trabalham com a China, inspirada nos cinco princípios de coexistência pacífica: igualdade, reciprocidade e benefício mútuo, respeito mútuo, não interferência nos assuntos internos de outros países.

A sua estratégia é complementar à atividade desenvolvida anteriormente pelas instituições e personalidades que nela se associaram:

1ª Linha estratégica: orientar o intercâmbio entre os dois países para as províncias de menor desenvolvimento ou com um nível médio de desenvolvimento.

2ª Linha estratégica: Nas províncias mais desenvolvidas da China, concentrar o intercâmbio nas suas cidades estratégicas, polos de investigação e ensino.

3ª Linha estratégica: criar uma rede orgânica de quadros luso-chineses com base no intercâmbio de investigação e formação. A Fellowship Association, denominada Instituto para a Amizade.

4ª Linha estratégica: Contribuir para criar uma cultura de cooperação política e uma cultura de negócios entre Portugal e a China.

BIBLIOGRAFIA

- António, Nelson Santos (2008). *Economia e Gestão Chinesas - Aspectos Fundamentais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- António, Nelson Santos, 2011. *China and Portuguese speaking Africa: business approaches and management models in China, Mozambique and Cape Verde* Lisboa: Edições Sílabo.
- Communiqué of the Third Plenary Session Of the 11th Central Committee of The Communist Party of China,(Adopted on December 22, 1978), Beijing Revue.
http://www.bjreview.com.cn/special/30yearsreform/200811/29/content_167170.htm, accessed 19.02.2017
- Constitution of Communist Party of China (Adopted on Nov. 14, 2012)
http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27138030.htm, accessed 19.02.2017
https://www.constituteproject.org/constitution/China_2004.pdf?lang=en
Accessed 19.02.2017
- Dias, Jorge (1990). *Estudos de Antropologia, Volume I. A Etnografia como Ciência* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda,
- Enlai, Z. (1989) *Selected Works of Zhou Enlai, Vol. II* published by Foreign Languages Press, Pekin
Resisting USA Aggression, aiding Chorea and defends peace (October, 24, 1950) pages 59-64.
<http://en.theorychina.org/ldbook/>, accessed 19.02.2017
- Enlai, Z. (1989) *Selected Works of Zhou Enlai, Vol. II* published by Foreign Languages Press, Pekin
Five Principle for Peaceful Coexistence (December, 31, 1953) page 128.
<http://en.theorychina.org/ldbook/>, accessed 19.02.2017
- European Commission, Joint Research Centre (JRC)/Netherlands Environmental Assessment Agency (PBL).
Emission Database for Global Atmospheric Research (EDGAR), release version 4.3.1.
<http://edgar.jrc.ec.europa.eu/overview.php?v=431>, 2016, accessed 19.02.2017
- Jinhong, Y. (2016). *Fight against Corruption Since the 18th National Congress of the CPC: New Characteristics and Challenges*. People's Forum. Theory China.
<http://en.theorychina.org/ldbook/>, accessed 19.02.2017
- Jintao, H. (2012). Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress, Pequim.
http://www.chinaembassy.org/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm, accessed 19.02.2017
- Kaiming, R. and Baoshan, L. (2011). *A New Insight on Deng Xiaoping's "One Country, Two Systems" Theory*. Macao: One Country Two Systems Research Center of Macao Polytechnic Institute.
- Kuhn, T. S. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*, University of Chicago Press, Chicago.
- Lakatos, M. (1970). *Criticism and the Growth of Knowledge*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Marx, K. (1970) *Marx/Engels Selected Works, Vo(1924-1937) lume Three*, pp. 13-30. Publisher: Progress Publishers, Moscow. (First Published: Abridged in the journal *Die Neue Zeit*, Bd. 1, No. 18, 1890-91).
- Mao, (1960) *Selected Works of Mao Tse-tung , Vol. I (1924-1937)* published by the People's Publishing House, Peking, in April 1960. Pages 295-342.
- Mao, (1961) *Selected Works of Mao Tse-tung, Vol. IV (1945-1949)* published by the People's Publishing House, Peking, in April 1961. Pages 11-27.
- Queirós, António (2013). *Handbook of Research on Promoting Global Peace and Civic Engagement through Education*. Chapter: The dawning of the Environmental Ethics and the new holistic paradigm for peace. Edited by Dr. Kshama Pandey (Dayalbagh Educational Institute,Dayalbagh,Agra,India) Prof. PratibhaUpadhyay (University of Allahabad, U.P., India) Dr.AmitJaiswal(Govt.P.G.College,Kotdwar,Uttarakhand,India Pages 242-265. 2016. Series Editor(s): Siran Mukerji (IGNOU, India) and Purnendu Tripathi (IGNOU, India). IGI Global, USA.
- Queirós, António (2013). *Towards a golden age in China-Portugal higher education cooperation: a perspective inside the Portuguese university*. International Conference on Quality of Sino-foreign Cooperation in Running Schools, December 8 -10, 2013, Xiamen, China .Report, limited access. See public version in
<http://philoteichal.blogspot.pt/2014/06/towards-golden-age-in-chinaportugal.html#more>, accessed 19.02.2017
- Queirós, A. (2011). *A new education paradigm, from China to the World*. International Conference on "Standardizing Chinese-foreign Cooperation in Running Schools, Exercising Administration According to Law and Promoting Sustainable Development" (June 20th -21st, 2011, Xiamen, China). Report, limited access.

See public version in: http://philoetichal.blogspot.pt/2012/01/new-education-paradigm-from-china-to_o8.html#more, accessed 19.02.2017
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tibete>, accessed 19.02.2017

Trigo, Virgínia, 2003. Entre o Estado e o mercado: empreendedorismo e a condição do empresário na China. Mangualde: Ad Litteram. ISBN 972-95759-6-7.

Trigo, Virgínia, 2006. Cultura económica chinesa : como negociar na China / rev. Inês Teixeira Ribeiros. [1a ed.]. Lisboa : Pedago. ISBN 972-8980-05-1.

Tsering, T. (1999). The Struggle for Modern Tibet: The Autobiography of Tashi Tsering by Melvyn C. Goldstein and gvb William R Siebensschuh, Routledge, UK

Xiaoping, D. (2012) Selected Works of Deng Xiaoping, Vol. II (1975-1982) published by People's Daily Online. <http://english.cpcnews.cn/206216/7999713.html> Realize the four modernizations and never seek hegemony, accessed 19.02.2017

<http://en.theorychina.org/ldbook/> accessed 19.02.2017

Xiaoping, D (1995) Selected Works of Deng Xiaoping, Vol. I published by Foreign Languages Press, Pekin.

Xiaobo, L (2008) .Charter 08 (Chinese and English). The Congressional-Executive Commission on China of the USA. <http://www.cecc.gov/resources/legal-provisions/charter-08-chinese-and-english-text>, accessed 19.02.2017

Yan, M. (2009). La Dure Loi du karma. Traduit par Chantal Chen-Andro. Seuil. Fr Yue, P. (2006). "The rich consume and the poor suffer the pollution" e "The environment needs public participation" in 文章 Articles, chinadialogue. <https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/493--The-rich-consume-and-the-poor-suffer-the-pollution->, accessed 19.02.2017

Yue, P. (2005). "The Chinese Miracle Will End Soon" Der Spiegel.

<http://www.spiegel.de/international/spiegel/spiegel-interview-with-china-s-deputy-minister-of-the-environment-the-chinese-miracle-will-end-soon-a-345694.html>, accessed 19.02.2017

Zemin, J. (1998) Thought of Three Represents Fourth Plenary Session of the Thirteenth Party Central Committee (1998) of China ratified by the Sixteenth Party Congress in 2002.

<http://en.people.cn/90002/92169/92211/6274616.html>,

<http://english.cpc.people.com.cn/66739/4521344.html>,

<http://english.cpc.people.com.cn/69241/index.html>, accessed 19.02.2017

Zemin, J. (2009) Selected Works of Jiang Zemin, Vol. I published by Foreign Languages Press, Pekin <http://en.theorychina.org/ldbook/>, accessed 19.02.2017

Fontes na Internet

Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal China:

www.facebook.com/CamaraDeCooperacaoEDesenvolvimentoPortugalChina?ref=hl China

National Tourism Administration

<http://en.cnta.gov.cn/>

Diário de Notícias

http://www.dn.pt/inicio/opiniao/jornalismocidadao.aspx?content_id=1732053

Ficha de mercado. China_ Junho 2012. Turismo de Portugal e AICEP

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%c3%aas/ProTurismo/mercados/Pages/Mercados.aspx> http://www.ccile.pt/sites/default/files/docs/china_ficha_mercado_2012_aicep.pdf

Instituto de Estudios Turísticos

<http://www.iet.tourspain.es/es-es/estadisticas/egatur/paginas/default.aspx>

Musée du Louvre

<http://www.louvre.fr/>

PhilosophyÉticaPhilosophie

<http://philoetichal.blogspot.pt/>

Travel China Guide

<http://www.travelchinaguide.com/>

Matosinhos terra de mar e de horizontes largos

Eduardo Pinheiro

Presidente Câmara Municipal de Matosinhos

Eduardo Pinheiro

Terra de mar e de horizontes largos, Matosinhos tem-se afirmado como um município de referência nos mais diversos domínios, da ação social ao ambiente, passando pela educação ou pela proteção civil, pelo desporto ou pela habitação, tendo igualmente sido capaz de assumir uma posição liderante e inovadora em domínios como a cultura e o dinamismo económico, atraindo investimento qualificado e capaz de diversificar o tecido empresarial local e de consolidar a condição de motor económico da região. A realidade económica de Matosinhos, marcada pela presença de grandes equipamentos industriais e logísticos, justifica por si só a realização deste evento no Porto de Leixões, que é não só um grande impulsionador da economia regional e nacional, mas também uma porta privilegiada de entrada e saída dos produtos que compõem a balança comercial entre os nossos dois países, Portugal e China.

Independentemente da distância geográfica e cultural que possa separar-nos, apraz-me contatar que Portugal e a China protagonizaram aquelas que foram, respetivamente, o primeiro movimento de globalização e o mais recente fenómeno de comércio global, alterando de algum modo, e cada um à sua maneira, a configuração do modo de vida de milhões de pessoas.

Graças às viagens dos portugueses de quinhentos, os nossos povos conhecem-se e estabelecem contactos comerciais e culturais mutuamente proveitosos há cinco séculos, a despeito das tensões que marcaram determinado momentos históricos. Importa, assim, sublinhar que a persistência do convívio e os valores da tolerância fizeram o seu caminho, esbateram as nossas diferenças e tornaram comum, frequente, necessário e desejado o fluxo de bens, serviços e capitais entre os nossos países.

Portugal, e Matosinhos em particular, acolhem hoje, e desde há várias décadas, uma importante e dinâmica comunidade de origem chinesa, a qual foi capaz de criar raízes e de contribuir ativamente para o dinamismo económico desta região, ajudando a rentabilizar investimentos e a dar vida a zonas urbanas que, de outro modo, teriam ultrapassado com mais dificuldade os anos menos bons da nossa economia. O conceito de aldeia global de que portugueses e chineses fazem parte não é, pois, apenas uma ideia. Tem tradução real e quotidiana, por exemplo em milhares de ruas e escolas portuguesas, onde é cada vez mais frequente encontrar um estabelecimento comercial dirigido por chineses ou uma criança com origens na China a falar em bom Português. É também deste modo, creio, que se concretiza o objetivo de uma *“nova Rota*

da Seda para a paz”, cujo debate integra o programa deste encontro.

Complementando o movimento de aproximação iniciado pelos navegadores portugueses dos séculos XV e XVI, as ferramentas informáticas e os novos modos de comunicação disponibilizados no final do século XX permitiram conferir uma nova dimensão ao conceito de aldeia global, aproximando-nos de um modo sem precedentes na nossa história. A possibilidade de aceder ao trabalho de um artista chinês, de contactar uma empresa portuguesa ou de fechar um contrato comercial é hoje imediata e instantânea, quase tão natural como apreciarmos as fotografias expostas na galeria do nosso bairro ou adquirirmos um determinado produto numa loja da nossa cidade.

Estamos hoje, e por tudo isto, particularmente bem colocados para estabelecer parcerias comerciais mutuamente vantajosas que concretizem e aprofundem o grande crescimento do investimento registado nos últimos anos. Se em 2015 as trocas comerciais entre os nossos dois países representavam já um valor próximo dos 1.500 milhões de euros, sendo a China o décimo cliente de Portugal e o seu sétimo fornecedor, estou convencido de que temos ainda muito caminho para percorrer.

Não é possível, nem justo, comparar um pequeno país como Portugal a um gigante com a dimensão populacional e a capacidade industrial da China, nem se pode, por isso, imaginar que a nossa balança comercial possa alguma vez pender para o equilíbrio. Há, ainda assim, domínios especializados em que Portugal e as empresas portuguesas conquistaram, ao longo dos anos, uma posição de liderança e competitividade, não sendo excessivamente otimista aspirar a uma permanência no mercado chinês que permita conferir músculo e escala mundial a alguns sectores da nossa economia.

É neste sentido que espero que os empresários e investidores chineses presentes neste fórum possam também encontrar em Matosinhos motivos e parceiros privilegiados para os seus negócios e condições ideais para investir, tal como tem sucedido com um número cada vez maior de empresas portuguesas e de outros países. A investigação de exceção no domínio da mobilidade e da engenharia aeronáutica e espacial, que se pratica no Centro de Excelência e Inovação para a Indústria Automóvel, ou as pesquisas no domínio das novas energias que estão a ser desenvolvidas no Centro Interdisciplinar de Investigação Marítima da Universidade do Porto, aqui ao lado, são, creio, dois bons exemplos de áreas em que podemos vir a cooperar e a estabelecer parcerias empresariais com o rosto voltado para o futuro.

O futuro, escreveu alguém, só se conhece quando se lá chega. Sabemos, ainda assim, que o nosso depende muito daquilo que sejamos capazes de fazer hoje para evitar que milhões de anos de evolução e civilização sejam postos em causa e, no limite, percam. Energias mais limpas e menos poluentes, e cidades mais sustentáveis são, por isso, aspirações que nos devem mobilizar a todos e que justificam todos os esforços de cooperação que sejamos capazes de fazer. Este será o nosso contributo para o que virá depois – para que haja um futuro.

Posicionamento da China na Economia Global e o investimento em Portugal

Eduardo Catroga

EDP | Portugal – Global Challenges

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	153
1. O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NA HISTÓRIA E NA ECONOMIA CHINESAS	155
Ganhadores e perdedores	
2. OS CENÁRIOS FUTUROS DA GLOBALIZAÇÃO	163
Impacto da nova Era Digital e futuros ganhadores	
3. A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DA CHINA NO EXTERIOR E EM PORTUGAL	171
BIBLIOGRAFIA	179

INTRODUÇÃO

Muito boa-tarde a todos. Em primeiro lugar, saúdo aqui os meus colegas de painel e também quero agradecer à organização este convite. Eu gosto sempre de participar em conferências sobre a economia portuguesa e a economia internacional, e tenho também prazer em falar um pouco da minha experiência empresarial no desenvolvimento das relações económicas com a China.

Para percebermos o posicionamento actual da China na globalização das economias, é preciso perceber o processo histórico.

1. O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NA HISTÓRIA E NA ECONOMIA CHINESAS

Ganhadores e perdedores

As definições de globalização são variadas, mas destacamos, pela sua amplitude, a do Banco Mundial (2003):

[A globalização manifesta-se] num rápido crescimento na actividade económica realizada através das fronteiras das economias nacionais, que se traduz no aumento do peso relativo dos fluxos de comércio externo, de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e de mercados de capitais.

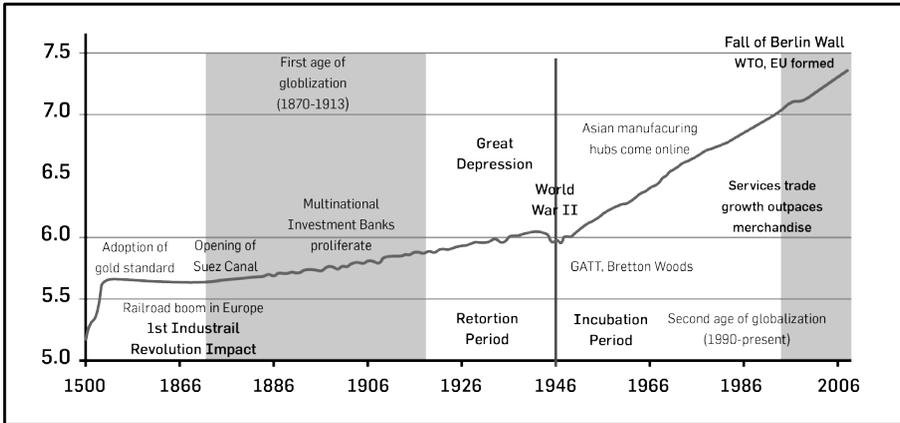
Esta definição destaca como a globalização intensifica, à escala mundial, as interdependências e as integrações das economias e dos mercados, mas tem, além disso, outros efeitos poderosos: aproxima as culturas dos povos e os padrões de consumo; acelera, ainda que de forma desigual, a criação de riqueza e o desenvolvimento humano e social; e redistribui os poderes políticos e sociais.

A globalização não é, porém, um fenómeno espontâneo e desenvolve-se em contexto propício. Os seus principais drivers são diferenciados, nomeadamente:

- a inovação tecnológica, orientada para a criação de novos produtos, serviços e processos competitivos;
- a liberalização dos mercados
- a opção pelo modelo político-económico de economia de mercado em número crescente de países, que se acelerou com a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com as reformas económicas na China.

A globalização ocorre por vagas. Historicamente, para lá de uma onda ligada aos Descobrimentos dos portugueses e dos espanhóis nos séculos XV e XVI, distinguem-se duas vagas “*gigantes*”: a primeira, entre 1870 e 1913; e a segunda, de 1990 até ao presente. Estas duas fases de globalização foram precedidas por períodos de incubação e desenvolvimento e, a ambos os períodos de maturidade, sucedem-se ciclos de crescimento, abrandamento e retrocesso.

Two waves of globalization



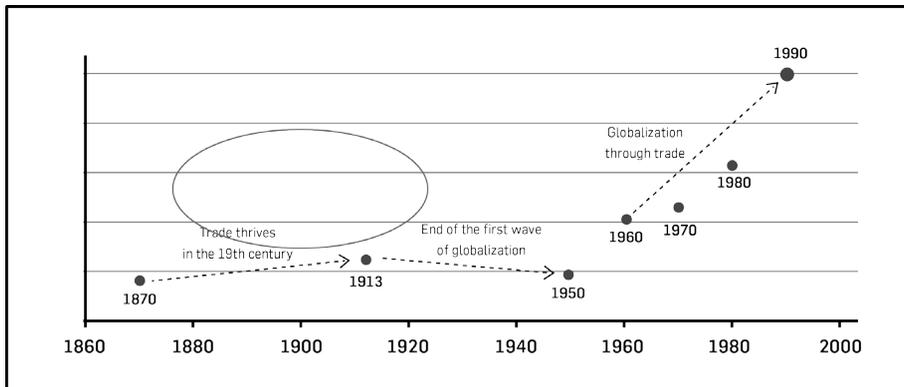
Fonte: Credit Suisse (2015)

Gráfico 1

Primeira vaga “gigante”: 1870-1913

A primeira vaga “gigante” dá-se entre 1870 e 1913, depois interrompida pela Primeira Guerra Mundial, tendo sido desencadeada pela difusão da Revolução Industrial que suscitou uma aceleração excepcional do crescimento económico, sobretudo nos EUA, e atraiu fluxos maciços de pessoas e de capitais, para financiar as novas infra-estruturas de transportes, as novas indústrias pesadas e a expansão das urbanizações metropolitanas.

The first wave of globalization



Fonte: Credit Suisse (2015)

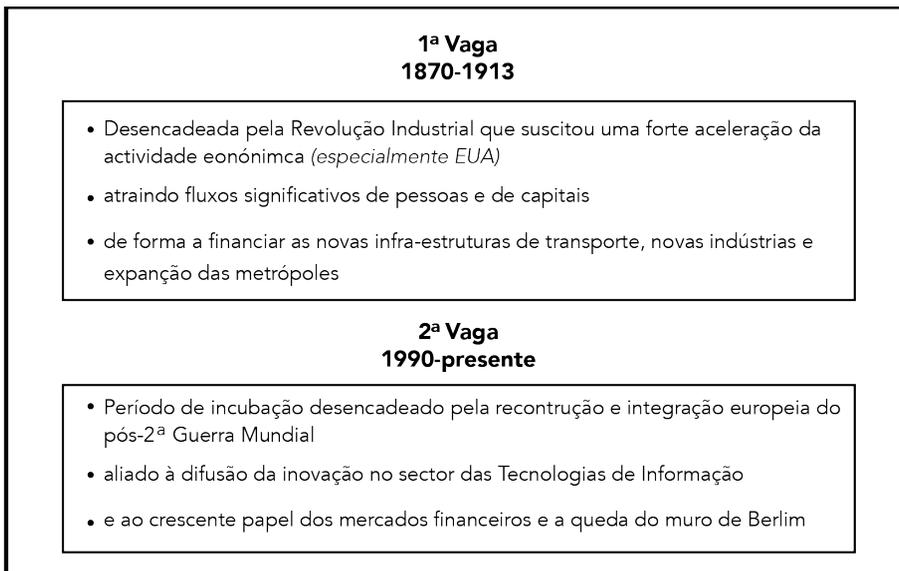
Gráfico 2

Esta dinâmica intensificou as relações económicas externas, aumentando as exportações em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), sobretudo entre três regiões – os EUA, a Europa Ocidental e a América Latina – e foi liderada por empresas e financiada por bancos que rapidamente se tornaram multinacionais. Entre 1914 e 1950, a globalização retrocedeu fortemente; em consequência das duas guerras mundiais e da depressão mundial de 1929-1933.

Segunda vaga “gigante”: desde 1990 até ao presente

Com a reconstrução do pós-Guerra, a Europa começou a recuperar e, entre 1950-1973, as economias ocidentais viveram a sua época de ouro de crescimento, impulsionada por ritmos de inovação tecnológica, de liberalização comercial e de capitais, pelo crescimento demográfico e pela integração crescente das economias europeias. Estes anos funcionaram como período de incubação. O terreno estava preparado para a segunda grande vaga de globalização, que se desenrolou desde 1990 até ao presente, acelerando o crescimento económico e a criação de riqueza, pela primeira vez à escala mundial.

Vagas de globalização



Fonte: Credit Suisse (2015)

Gráfico 3

Ganhadores e perdedores

A ideia de que a globalização é uma força que é positiva e benéfica para todos é uma ilusão. Mudanças económicas de grande porte como as que a globalização nos traz têm sempre vencedores e vencidos, entre países, sectores e pessoas. Diz Beanko Milanovic³⁰ :

“A globalização constitui uma força profundamente contraditória e disruptiva que colocará, por vezes, grupos significativos de pessoas em pior situação. A recusa de que isto é possível só é compreensível nos que estão cegos, ou com a ideologia das harmonias universais ou pelos seus próprios interesses económicos.”

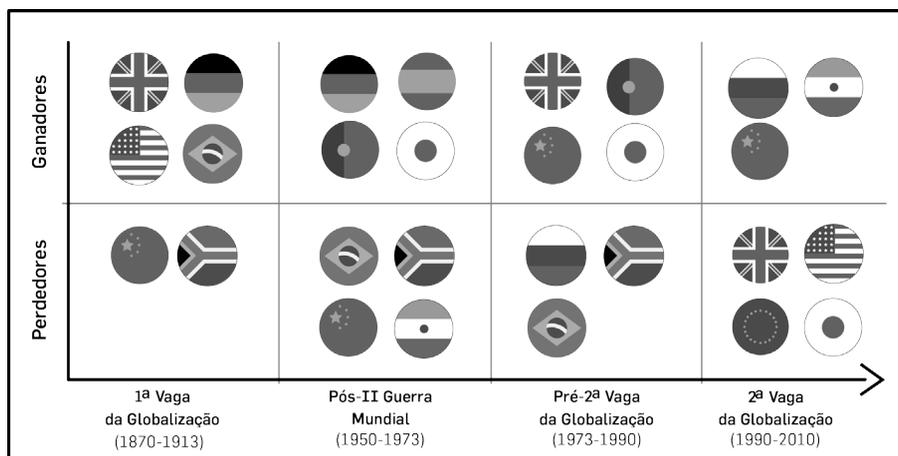


Gráfico 4

Na 1ª vaga de globalização (1870-1913), os principais ganhadores foram os EUA, a Alemanha e a América Latina, e os principais perdedores foram a China e África.

Na época de ouro do crescimento económico do pós-II Grande Guerra (1950-1973), os principais ganhadores foram o Japão, Portugal, a Espanha e a Alemanha, e os principais perdedores foram a África, a América Latina, a China e a Índia.

Na época de incubação e arranque da 2.ª vaga de globalização (1973-1990), os principais ganhadores foram a China, o Japão e Portugal, e os principais perdedores foram a Rússia, a África e a América Latina.

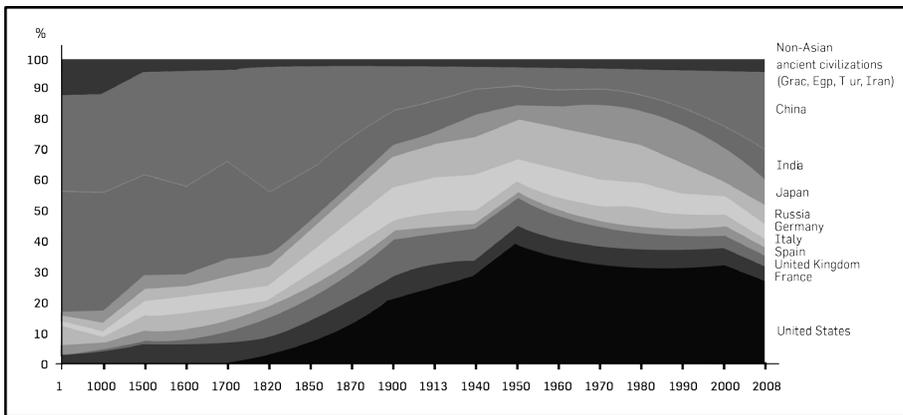
No período de 1990-2010, o cenário muda. Os grandes ganhadores foram a China, de longe, a Índia e a Rússia. Os países europeus e os EUA perdem

³⁰ Académico com inúmeras publicações na área da desigualdade dos rendimentos globais. Foi Lead Economist no Banco Mundial.

a posição relativamente ao aumento da riqueza mundial per capita. O Japão, que tinha sido um grande ganhador do período de 1951-1973, e ainda com um bom posicionamento entre 1973 e 1990, começa a perder fulgor. No período de 1990-2010, o Japão evidenciou um nível de performance relativa modesto, semelhante ao das economias ocidentais avançadas.

O peso das principais regiões no PIB mundial, segundo o monumental estudo de Maddison, revela as transformações estruturais numa perspectiva histórica.

Peso das regiões no PIB mundial: 1990 International Geary-Khamis (dollars, milhões)



Fonte: Maddison (2013)

Gráfico 5

Desenvolvimentos recentes da China

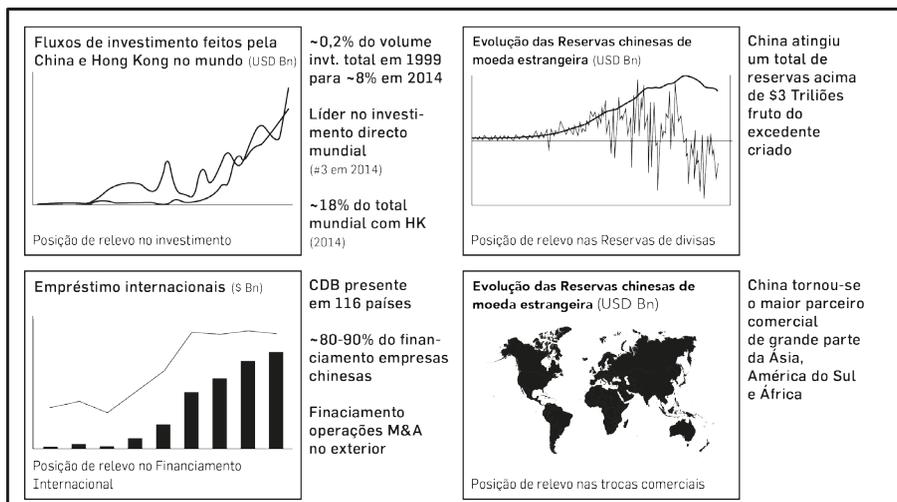
A China tem um especial destaque no processo de globalização. A China foi um país perdedor desde o século XIX, na primeira vaga da globalização e no pós-II Guerra Mundial. Apenas nos últimos 40 anos a China se reposicionou para reconquistar a sua posição histórica na economia global.

No gráfico V, vê-se a evolução do peso relativo da China (assinado a vermelho) no PIB Mundial, numa perspectiva milenária.

No princípio do século XIX, Napoleão dizia: *“Quando a China acordar, o mundo estremecerá.”* Esteve adormecida por razões históricas gerais e específicas, e acordou com as reformas políticas de Deng Xiaoping iniciadas em 1978. A China definiu o objectivo de criar uma Economia Socialista de Mercado, abandonando a economia centralmente planificada. Nas últimas décadas, a China transformou-se numa plataforma industrial principal da nova economia global, com uma dimensão económica que ultrapassará, em breve, segundo projecções dos organismos internacionais, a dos EUA no primeiro lugar do ranking da economia mundial. No período de 2008-2015, a porção da China no total da economia mundial, ajustada pelas paridades do poder de compra, atingiu em média 15%, enquanto os EUA representam cerca de 16,6% da economia mundial. Esta ténue diferença é recente, visto que ultrapassava os 10 pontos percentuais nas duas décadas anteriores. Apesar do abrandamento global nos últimos anos, a China continua a registar taxas de crescimento muito superiores às dos países tradicionalmente mais avançados.

Recentemente, o modelo de forte e continuado crescimento económico – impulsionado por grandes excedentes externos e altas taxas de investimento largamente financiado pela poupança interna – entrou em fase normal de desaceleração.

Impacto significativo crescente da economia chinesa no mundo



Fonte: Bradesco (2016)

Gráfico 5

2. OS CENÁRIOS FUTUROS DA GLOBALIZAÇÃO

Impacto da nova Era Digital e futuros ganhadores

Como a história demonstra, a previsão da evolução do ritmo e da dimensão do processo de globalização é sempre aleatória. Seguramente, haverá avanços e recuos, mas a tendência estrutural de longo prazo será a Humanidade continuar a trilhar esse caminho. Mas, como referiu R. Dornbush³¹,

“As crises [da globalização] levam mais tempo a chegar do que se pensa e acontecem mais depressa do que se teria pensado”.

A globalização e as desigualdades

A globalização gerou, em muitas regiões do mundo, crescimento econômico e tirou centenas de milhões de pessoas da miséria na China, na Índia, no Brasil e em muitos países emergentes.

A globalização cria, porém, desigualdades sociais. Diz Deaton³², prêmio Nobel da Economia de 2015, que

“as fugas (da pobreza) deixam pessoas para trás, e a sorte favorece uns e não outros; elas criam oportunidades, mas nem todos estão igualmente equipados ou determinados para as aproveitar. Por isso, a história do progresso é também a história da desigualdade”.

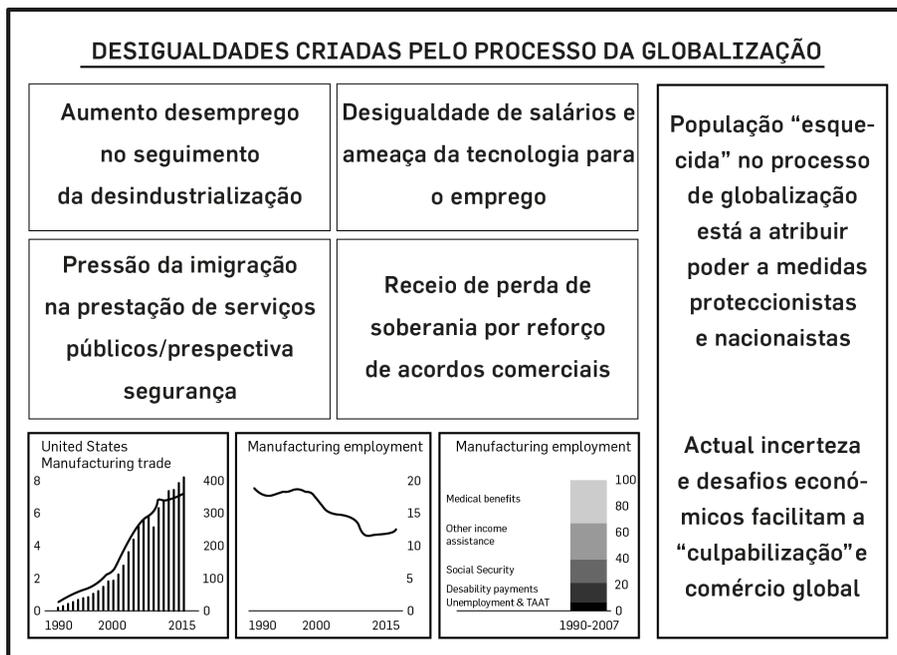
Deaton é, no entanto, peremptório ao afirmar que a desigualdade é frequentemente a consequência do crescimento, pelo que não pode, portanto, ser considerada má em si mesma.

³¹ Acadêmico com inúmeras publicações na área da desigualdade dos rendimentos globais. Foi Lead Economist no Banco Mundial.

Rüdiger “Rudi” Dornbusch (1942-2002) foi um economista americano de origem alemã, autor de várias obras, com grande talento para explicar de forma simples questões de economia.

³² Angus Stewart Deaton (Edimburgo, Escócia, 19 de Outubro de 1945) é um microeconomista escocês naturalizado americano. Em 2015, foi distinguido com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel pela sua “análise do consumo, da pobreza e do bem-estar”.

Impacto significativo crescente da economia chinesa no mundo



Fonte: The Economist

Gráfico 7

A distribuição desigual da riqueza tem contribuído para os movimentos defensores do proteccionismo e do nacionalismo, criando incerteza no curto prazo. Será que a política de Trump nos EUA tornará plausível uma guerra comercial com a China? Ou acabaria por vencer, a prazo, a visão da China defensora da globalização?



"As pessoas voltaram a mandar no país"

"O proteccionismo vai-nos trazer grande prosperidade e poder"

"Vamos erradicar o terrorismo radical islâmico"

"As decisões sobre comércio, impostos, imigração ou negócios estrangeiros serão tomadas em benefício dos trabalhadores e das famílias americanas"



"O potencialismo é o mesmo que trancarmo-nos numa sala escura"

"Os problemas que o mundo hoje enfrenta são o resultado de má governação e não da liberdade de circulação de pessoas, capital, mercadorias e serviços"

"Líderes têm a responsabilidade de melhorar a regulação, reduzir a desigualdade e aliviar os excessos da globalização"

Fonte: The Economist (2016)

Gráfico 8

Uma guerra comercial entre as duas principais economias mundiais teria um impacto negativo generalizado, penalizando todos.

IMPACTO DE UMA POTENCIAL GUERRA COMERCIAL EUA-CHINA NO SEGUIMETO DO PROTECCIONISMO DA ERA TRUMP

EUA: penalizador para os grandes grupos industriais americanos, aumento da inflação com reflexos no consumo
 ~ Aumento das taxas de juro, enfraquecimento da indústria e valorização do dólar em ~18%, diminuindo competitividade

China: impacto nas exportações (EUA representam 1/5 do total), desvalorização do renminbi e potencial saída de capitais, pressionando plano de dinamização da economia

Diminuição generalizada da competitividade e rentabilidade das empresas, pressionando paralisação da inovação e investimento
 - Quebra das cadeiras de valor e do efeito de especialização

Economias emergentes que beneficiaram da globalização vão voltar atrás
 - Peso das exportações para os EUA no PIB: 24% México e 22% Vietname

Para os países da União Europeia os impactos serão amortecidos pelos grandes níveis de troca entre eles
 ~ Alemanha, França, Itália e Espanha, c. de 60% das exportações são destinados a outros países da UE

Potencialismo "lose-lose" game
 Impacto do retrocesso da globalização na poder de compra

Grupo	Impacto
"Pobres"	~60%
"Ricos"	~30%

Potencialismo penaliza consumidores (aumento preço) e reforça falta competitividade

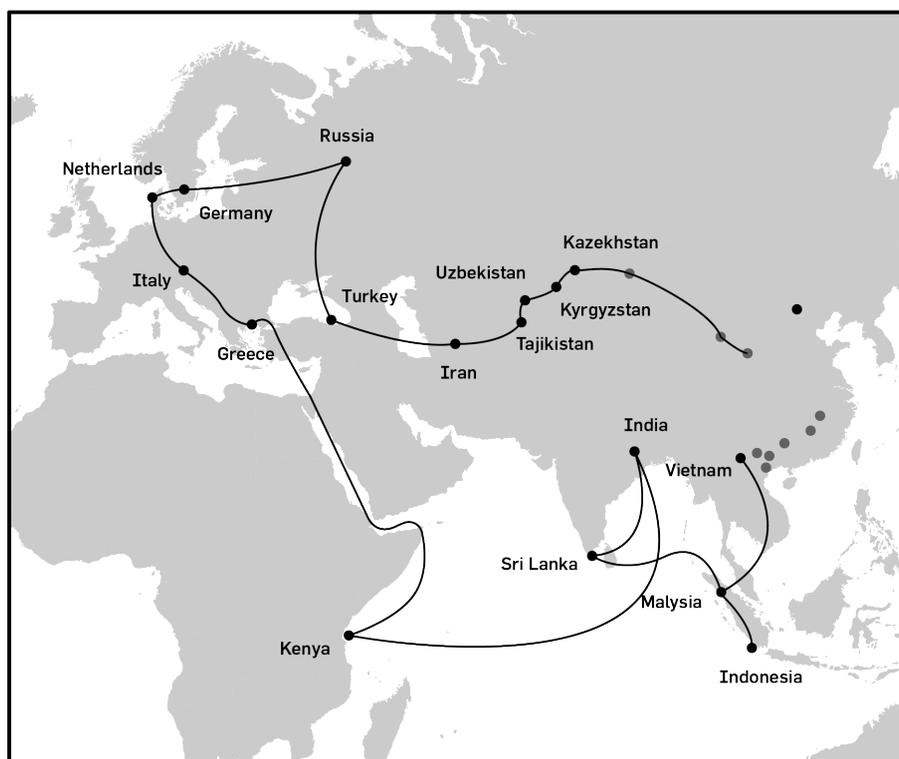
Fonte: China Daily Asia (2015)

Gráfico 9

O papel dos EUA tem sido consequência dos seus pontos fortes a nível estratégico e geopolítico, ainda sem paralelo na cena mundial. Mas, a consolidarem-se as tendências proteccionistas, será de esperar o reforço da China como líder da faixa Sul, com a expansão dos seus acordos a nível global e regional e com o desenvolvimento da sua iniciativa estratégica “Belt&Road”. “Belt&Road” (Cinturão & Rota) é uma abreviatura de “Silk Road Economic Belt” (Cinturão Económico da Rota da Seda, para promover o desenvolvimento económico da China com os países da Eurásia), e “Maritime Silk Road” (Rota Marítima), para incentivar conexões económicas entre a China e os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático), que, no seu conjunto, inclui 49 países.

Neste complexo contexto económico e político mundial, quais serão os cenários futuros?

One belt and one road runs through Europe and Asia



Fonte: Credit Suisse (2015)

Gráfico 10

Os cenários futuros

Quais são os cenários eventuais sobre o próximo futuro da globalização? O Credit Suisse (2015) apresenta três cenários futuros da globalização. O cenário central, com o qual concordamos, é o de que o mundo se encontra numa correcção benigna da trajectória de uma globalização plena para um estádio multipolar, comparado com o de uma globalização continuamente crescente e com o cenário do fim da globalização. Os três cenários podem sintetizar-se no gráfico seguinte:

Cenários futuros de globalização

Fim da Globalização	<ul style="list-style-type: none">• Barreiras ao comércio e proteccionismo comercial e financeiro• Fragmentação dos mercados, subida do custo do capital e guerras cambiais• Mercado interno como driver do crescimento económico; maior exposição a crises de endividamento, desigualdade, ambientais e geopolíticas• Retrocessos de democracia e crescente pobreza e movimentos antiglobalização
Estádio Multipolar	<ul style="list-style-type: none">• Acordos regionais de comércio e regulação financeira• Subida de centros financeiros regionais e de novas moedas-âncora (Euro, Renminbi)• Crescimento global menor e regionalmente mais desigual• "Democracia gerida"; padrão de bem-estar mais desigualdades entre economias nacionais
Globalização Crescente	<ul style="list-style-type: none">• Globalização quase plena; hegemonia dos EUA e do USD; baixo custo de capital• Interdependência e comércio externo como driver do crescimento económico e baixa volatilidade macroeconómica, excepto em crises financeiras que têm maior risco de contágio• Democracia liberal e maior convergência em padrões de bem estar

Fonte: McKinsey (2016)

Gráfico 11

Os recentes conflitos militares e terroristas no Médio Oriente e nos países mediterrânicos muçulmanos e na Europa estão a acentuar a plausibilidade do cenário central, mas estão a criar, designadamente à União Europeia, um grave problema: absorver, ainda que selectivamente, os enormes fluxos de imigrantes.

Por todos estes conjuntos de factores, consideramos que a tendência estrutural será caminhar-se para o cenário multipolar, independentemente dos eventuais recuos do processo a curto prazo. Entretanto, emerge no contexto mundial um novo factor tecnológico disruptivo que vai determinar um novo tipo de globalização: a globalização digital.

Nova era digital

Na segunda vaga de globalização, o aumento da escalabilidade e da difusão da inovação no sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) contribuiu para a aceleração do crescimento económico e da riqueza mundial. As exportações mundiais de serviços de comunicação e indicadores de TIC tiveram um crescimento exponencial.

A inovação tecnológica reduziu fortemente os custos de mobilidade de pessoas, mercadorias e serviços e impulsionou a deslocalização industrial dos países avançados para outros menos desenvolvidos (tirando proveito dos menores custos salariais e dos custos ligados à protecção ambiental), excepto nas indústrias de alta intensidade tecnológica.

O peso relativo dos serviços nos PIB nacionais tornou-se dominante. Esta dinâmica tem sido impulsionada pela inovação tecnológica, centrada nas telecomunicações, na economia digital, na Internet e na automação industrial, sob a liderança tecnológica dos EUA. O rápido crescimento dos utilizadores da Internet nesta segunda vaga de globalização, mesmo em regiões subdesenvolvidas, é especialmente exemplificativo de como a inovação tecnológica tem contribuído para a globalização.

Nos últimos anos, este “*driver*” tecnológico tem vindo a desenvolver-se no quadro da “*nova era digital*”, uma era que vem após a era industrial, mais especificamente após a década de 1980, embora as suas bases tenham começado no princípio do século XX e, particularmente, na década de 1970, com invenções como o microprocessador, a rede de computadores, a fibra óptica e o computador pessoal. Há cada vez mais passagens de muitos negócios do físico para o digital com um grau de impacto em muitas indústrias.

As plataformas digitais diminuem significativamente o custo de interações e transacções internacionais e permitem criar mercados e comunidades com escala global. A participação “individual” na globalização torna-se possível e também os investimentos multinacionais de pequenas empresas (“*microempresas globais*”).

Característica globalização séc. XX...	...com ajustes para o séc. XXI	Políticas para tirar partido da globalização digital
Fluxos de bens físicos	data e informação	Como deve a nova era digital maximizar as vantagens competitivas e influenciar visão estratégica
Fluxos nas economias mais avançadas	participação economias emergentes	Instituições e acordos que permitam abertura ao mercado
Fluxo capital e trabalhadores	conhecimento intensificado	Construir e desenvolver a infra-estrutura necessária - acesso generalizado e de baixo custo à internet
Infra-estrutura transportes	estrutura digital	Investir Recursos Humanos - digital literacy
Grandes multinacionais	pequenas empresas e indivíduos	Cria condições para o desenvolvimento de novos negócios e startups (ex. educação, governance, legislação)
Transacções monetizadas	partilha de conteúdo e serviços grátis	Data Privacy e Cybersecurity
Ideias difundidas lentamente além-fronteiras	acesso a informação global e instantâneo	
Transferências da inovação de economias avançadas para emergentes	ambas as direcções	

Fonte: World Resources Institute (2015)

Gráfico 12

No Gráfico XII evidenciam-se os novos elementos do desenvolvimento em curso da era digital e as políticas necessárias para se tirar partido da globalização digital. Os EUA vão à frente neste processo de adaptação. Mas a China mostra sinais positivos na competição digital: desde a Ali Baba³³, com \$25 Billion USD de OPI (Oferta Pública Inicial) em Setembro de 2014, ao sucesso de empresas como a Huawei, a Tencent, a Baidu e a Xiaomi³⁴, eleitas no top 50 das empresas mais inteligentes pela MIT Technology Review. Desde 2014 e até Abril de 2016, a China criou 1600 incubadoras tecnológicas³⁵. E a China Telecom já aparece no ranking da revista IR no Global Top Use of Technology de 2016 como uma das cinco empresas vencedoras. A China, embora no posicionamento do ranking da Global Innovation Index ainda apareça no 25^o lugar³⁶ – liderado pela Suíça, a Suécia, o Reino Unido e os Estados Unidos – parece querer não perder o comboio da próxima onda de globalização digital.

³³ Grupo Alibaba é um grupo de empresas com sede em Hangzhou, China, baseada em e-commerce, e serviços informáticos e financeiros relacionados. <https://www.alibaba.com/>

³⁴ São empresas chinesas internacionais de tecnologia informática (TI) mais bem posicionadas e inovadoras.

³⁵ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-04-26/state-backed-chinese-money-bankrolls-boom-in-startup-fundraising>

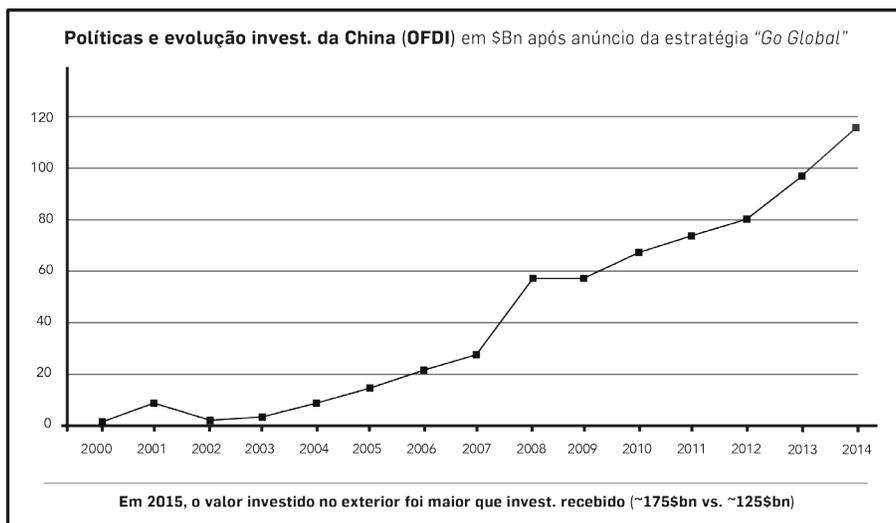
³⁶ http://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2016/article_0008.html

3. A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DA CHINA NO EXTERIOR E EM PORTUGAL

A China é, hoje, a principal economia mundial em termos de paridades de poder de compra. Ainda não o é em termos nominais, mas tudo indica que o será a prazo. Na sua primeira fase de integração na economia global, enquanto fábrica do mundo, a China investiu os seus excedentes financeiros nas dívidas soberanas dos países da OCDE; depois, numa segunda fase, em infra-estruturas e financiamentos na África e na América Latina; e, agora, está a passar para uma terceira fase mais seletiva, visando o upgrading da sua economia para produtos e serviços com maior conteúdo tecnológico e de inovação.

Fases de investimento da china

- | | | | | |
|---|---|--|---|---|
| 1. Dívidas soberanas dos países da OCDE | > | 2. Financiamento mercados emergentes e internalização de empresas chinesas | > | 3. M&A Selectivo (recursos, mercados, diversidade, "marcas", tecnologia, ...) |
|---|---|--|---|---|



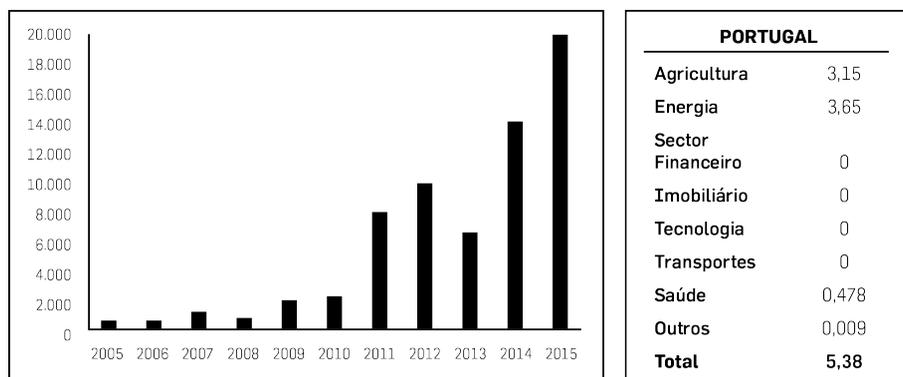
Fonte: Rhodium Group & Merics (2015)

Gráfico 13

Em 1 de Outubro de 2015, o renminbi (yuan) tornou-se a 5ª moeda no SDR, juntando-se ao dólar, ao euro, ao iene e à libra esterlina no “*cabaz de moedas*”³⁷, o que representa um passo importante no sentido da integração da economia chinesa no sistema financeiro global, o que constitui, também, o reconhecimento do progresso já feito pela China no sentido da reforma do seu sistema financeiro e monetário.

O relativo peso do renminbi no “*basket*” irá evoluir gradualmente até 15%, à medida da implementação pela China das necessárias reformas financeiras, a caminho de um maior grau de liberalização das regras de funcionamento dos vários segmentos dos mercados da moeda e da convertibilidade do renminbi.

Evolução do investimento da China na Europa



Fonte: Público 2016

Gráfico 14

Como se vê no Gráfico XIV, a evolução do investimento da China na Europa foi exponencial e, em 2015, os investimentos chineses na Europa atingiram os €20 mil milhões. Em valores acumulados, desde 2005 até 2014, Portugal conseguiu posicionar-se na 4.ª posição como destino do investimento da China na Europa, a seguir ao Reino Unido, França e Itália. Portugal apanhou, portanto, este comboio de oportunidades. É um caminho no qual se tem de continuar a apostar.

³⁷ O FMI criou, em 1969, o seu “basket of special drawing rights” (SDR), um suplemento das reservas de activos em moeda estrangeira. Em caso de necessidade, os activos podem ser transaccionados entre os membros detentores de reservas em moedas livremente negociadas. O FMI revê, todos os cinco anos, a composição do “cabaz” de moedas.

Investimento da China em Portugal

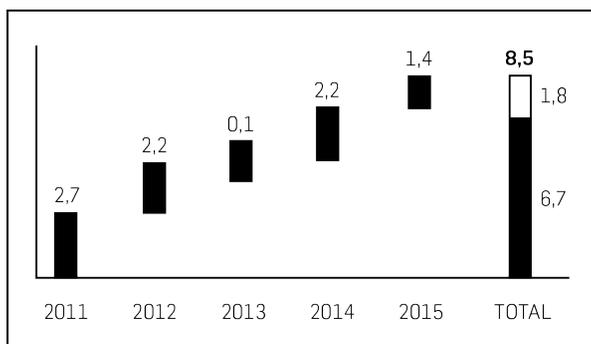


Gráfico 15

O valor acumulado dos investimentos chineses em Portugal, entre 2011 e 2015, teria atingido os 8 mil milhões de euros, incluindo os ligados aos vistos gold. Os principais sectores são: energia, saúde, banca, seguros, imobiliário, águas e saneamentos.

O projeto-âncora foi a compra pela China Three Gorges (CTG) ao Estado português de 21,35% do capital da EDP na 8ª fase de privatização. Não foi apenas um investimento financeiro, mas um verdadeiro processo de parceria estratégica (Gráfico XVI), abrindo Portugal a um novo ciclo de investimento chinês. Com um efeito de demonstração importante, seguiram-se outros investidores chineses em vários sectores da economia.

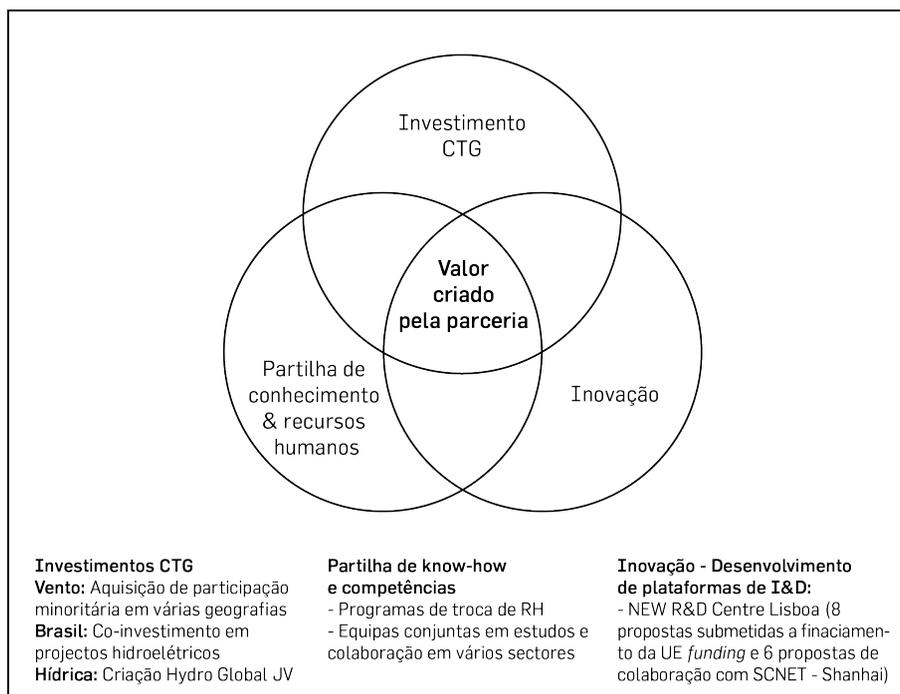


Gráfico 16

A EDP tem mais de 130.000 acionistas. Mas os chineses são investidores de referência, que se apresentam como estáveis a longo prazo, no âmbito de uma parceria estratégica, por contraste com os grandes fundos americanos, que são puros investidores financeiros.

Existe uma grande diferença. Tomamos o exemplo do Capital Group, um investidor americano, que detém 14,1% do capital da EDP (e já teve 17%). Simplesmente, recusa fazer parte dos órgãos sociais e quer manter a liberdade de comprar e vender as acções a qualquer momento.

A EDP tem vindo a ceder à CTG – o que estava previsto no Framework Agreement (FwA) – participações minoritárias, por exemplo, na área da energia eólica em Portugal, França, Itália, Roménia, etc. No Brasil, as duas empresas têm investido conjuntamente em barragens. A EDP ajudou a abrir à CTG o mercado brasileiro e contribuiu para que seja hoje, no segmento da geração, a principal empresa fora do universo das empresas estatais brasileiras.

A CTG já tem 8270 megawatts de capacidade instalada³⁸ no Brasil. A EDP tem 2670 MW³⁹, fazendo parte da sua estratégia global de diversificação de risco não ter no Brasil mais de 15% - 20% do seu portfolio total em termos de EBITDA. Enquanto 8000 megawatts para a CTG correspondem apenas a 7% da sua capacidade instalada actual (118.000 MW)⁴⁰, comparado com a EDP que tem 10,6% da sua capacidade total instalada no Brasil.

Em algumas geografias, por exemplo no Peru, nem a CTG nem a EDP conseguiriam fazer um projecto de raiz isoladamente. Em conjunto, ganharam a concessão de uma barragem através da Hydro Global, uma joint-venture que tem a missão de desenvolver projetos hídricos em novas geografias a seleccionar de comum acordo.

Um outro vector da parceria é o desenvolvimento dos recursos humanos. A CTG era uma empresa que só operava no segmento da geração na China e que começou com uma barragem. O seu único cliente é a rede energética nacional da China – a State Grid. Não há comercialização no mercado livre. A EDP, para a CTG, é um laboratório de aprendizagem de gestão num contexto competitivo, com concorrência na geração e comercialização, e na ligação com as entidades reguladoras. No domínio da formação de quadros, há intercâmbio para a partilha de know-how e conhecimentos.

No campo da inovação, a EDP e a CTG inauguraram, a 27 de Outubro de 2014, as instalações do New Energy World (NEW), assinalando o arranque da cooperação tecnológica. O NEW, instalado em Sacavém, reúne competências da Labellec – Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, subsidiária da EDP, e da SIDRI (Shanghai Investigation, Design & Research Institute), subsidiária da CTG. A sua missão é a investigação e a assistência técnica mútua. O centro de investigação tem uma sucursal em Xangai, a SCNET, sincronizado com o centro em Lisboa.

Assim, o investimento da CTG na EDP tem tido efeitos positivos para a economia portuguesa e para a economia chinesa, em várias dimensões.

É conhecido que um dos pontos fracos da economia portuguesa é a falta de capital próprio. Portugal precisa do investimento directo estrangeiro e de investidores de longo prazo. Numa empresa como a EDP, a estabilidade do núcleo accionista é muito importante, e o capital português não está em condições de a satisfazer. Os chineses trouxeram capital, estabilidade ao núcleo de accionistas, estabilidade de gestão, estabilidade estratégica e reforço do financiamento. Recorde-se que quando a CTG chegou a Portugal, em 2011, o país estava na lista vermelha do mercado de capitais. Ninguém nos abria linhas de crédito, e a própria EDP tinha algumas dificuldades de financiamento.

Foi então muito importante a abertura de linhas de crédito por parte dos bancos chineses. Em Julho de 2012, o China Development Bank (CDB) assinou um contrato de empréstimo com a EDP no montante de 1000 milhões de euros;

³⁸ <http://ctgbr.com.br/negocios/>

³⁹ Relatório e Contas EDP 2016.

⁴⁰ http://www.ctg.com.cn/sxjt/jtjg/_301098/index.html

em Outubro do mesmo ano, a EDP contraiu um empréstimo, sem garantias, junto do Bank of China (BoC), financiando-se em 800 milhões de euros.

É indubitável que Portugal tem de criar condições para atrair investimento chinês de raiz com maior valor acrescentado, por exemplo no sector logístico e na indústria transformadora. No sector do turismo, temos um potencial para multiplicar largamente o número de turistas chineses. No domínio tecnológico, é possível desenvolver parcerias em vários sectores.

Quanto ao investimento português na China, ele tem sido essencialmente no sector comercial. Na minha carreira empresarial, conheço o caso de SA-PEC que fez um upgrading no sector da agroquímica, passando a ter marcas próprias, e ultrapassando as restrições das multinacionais, quando fez parcerias com fornecedores chineses para o fornecimento de produtos químicos intermédios (passando de uma margem bruta industrial de 20% para 30%).

Deu um salto decisivo na cadeia de valor graças a tais parcerias. Também conheço o projeto Nutrinveste/SOVENA, que acaba de fazer um acordo com o China Resources Group, no sentido de desenvolver a marca Oliveira da Serra na China.

Invest./parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Acordo celebrado entre a Huawei e a PT para desenvolvimento tecnológico - A Huawei em Portugal tem > 100 empregos directos (>200 indirectos) • Acordo celebrado entre a Haitong Bank, o China Develop, Bank e o Aicep para o potencial investimento de empresas chinesas na zona industrial e logística do porto de Sines • Novos centros de I&D em parceria empresas chinesas e portuguesas
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> • China ocupa a 10ª posição no comércio internacional de Portugal e existem ~1.400 empresas exportadoras para a China - Exportações dominadas pelo segmento automóvel, tendo-se registado crescimento elevado exportação e bens e serviços (+~50% últimos 5A) • Presença empresas portuguesas, maioritariamente como representação comercial e não investimento produtivo
Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Presença em Portugal do Banco ICBC e Bank of China, e Portugal membro fundador do Banco Asiático de Investimento em Infra-estruturas • Ligação aérea entre Portugal e China e aumento significativo do turismo (aumento 35% em 2015) • Várias parcerias culturais e ensino de mandarim em Portugal (4 Inst. Confúcio em parceria Univ. Chinesas e de língua portuguesa na China)

Fonte: AICEP, Portugal

Gráfico 17

Para a dimensão da economia portuguesa, temos sabido, nos últimos anos, aproveitar oportunidades abertas pela internacionalização da economia chinesa. E o futuro trará novas potencialidades.

A China vai ter necessidade de renovar a sua política económica, de melhorar a regulação financeira, de aprofundar as reformas estruturais e de

reestruturar o sector empresarial estatal. As suas empresas precisam de subir na cadeia de valor e internacionalizar-se. Portugal oferece algumas vantagens comparativas: tem boas infra-estruturas, recursos humanos qualificados, experiência histórica de contactos com a China, e poderá alavancar as suas “*especiais ligações*” com alguns países da América Latina e África. O processo da globalização - após as incertezas de curto prazo geradas por Trump e pelos movimentos populistas europeus - é um processo irreversível no longo prazo, eventualmente com novos recortes, porque os seus drivers são estruturais. E seguramente a China terá um papel relevante na nova onda de globalização digital, hoje em embrião, em que se irá aprofundar a interconexão de mercados.

Neste domínio, Portugal tem de saber desenvolver projectos “*win-win*” com todos os “vencedores” potenciais da globalização digital, incluindo naturalmente a China.

BIBLIOGRAFIA

Bradesco (2016), Aquisições chinesas têm se dado em escala global, o que deve aumentar a presença do país em importantes cadeias produtivas, Bradesco.
<https://www.google.pt/#q=Aquisi%C3%A7%C3%B5es+chinesas+t%C3%AAm+se+dado+em+escala+global&spf=1>

China Daily Asia (2015).
http://www.chinadailyasia.com/hknews/2015-12/17/content_15360053.html

Credit Suisse (2015), The End of Globalization or a More Multipolar World? Credit Suisse AG.
<https://www.google.pt/url?sa=t&rc=tj&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rj a&uact=8&ved=oahUKEwjZidONptP-SAhXJy4MKHaffDxoQFggZMAA&url=https%3A%2F%2Fpublications.credit-suisse.com%2Ftasks%2Frender%2Ffile%2Findex.cfm%3Ffileid%3DEE7A6A5D-D9D5-6204-E9E6BB426B47D054&usg=AFQjCNFmyy2FVhhrSkFZml5V-8jYzTt8Qw&bv m=bv.149397726,d.d2s>

Maddison (2013), Database.
<http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/data.htm>

McKinsey Global Institute (2016), Digital Globalization: The New Era of Global Flows. McKinsey & Company.
<http://www.mckinsey.com/business-functions/digital-mckinsey/our-insightsdigital-globalization-the-new-era-of-global-flows>

Rhodium Group & Merics (2015), A New Record Year for Chinese Outbound Investment in Europe. Rhodium Group & Merics.
<https://www.merics.org/en/press-contact/press-releases/a-new-record-year-for-chinese-outbound-investment-in-europe/>

The Economist (2016), Special report: the world economy, An open and shut case. 1st of October 2016

World Bank (2003), House of Lords Economic Affairs Committee, First Report on Globalization. London: House of Lords. www.parliament.the-stationery-office.co.uk/pa/ld200203/ldselect/ldeconaf/5/501.htm

World Resources Institute (2015), China Development Finance Update.
<https://www.slideshare.net/WorldResources/sustainable-finance-china-12-dec2014>

APDL, a sea of potentialities

Emílio Brogueira Dias

*APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
Chairman of the Board APDL*

Emílio Brogueira Dias

As a management body of the Douro, Leixões and Viana do Castelo ports, APDL plays a fundamental role in the socioeconomic development of the northern region of Portugal.

APDL manages the necessary support infrastructures for companies in the north of the country, promoting efficient services at competitive prices, essential for the disposal of finished products and supply of raw materials and consumer goods, being crucial in the competitiveness and internationalization of portuguese companies.

The activity of the Port of Leixões, in particular, has direct and indirect contributions to the development of the local and regional community, constituting itself as a lever of regional development, stimulating the existence of businesses of import and export of goods, with great impact in the economy.

The main goods exported are: iron and steel, refined products and aromatic products, paper and board, granite cubes, tiles and mosaics, machinery and appliances, beverages and cork.

The main destinations are Northern Europe, the United Kingdom, France, Spain, Algeria, Morocco, Angola, Cape Verde, China and Canada.

The Port Of Leixões

Due to its strategic location on the north-west facade of the Iberian Peninsula, the Port of Leixões occupies a privileged position in the context of the European port system.

It is a typical export port, serving virtually every type of vessel and cargo, as well as cruise passengers. It has several scheduled services to the main European and world ports and has direct connections to Angola and other African countries.

With 5 km of wharf, 55 ha of embankments and 120 ha of wet area, the Port of Leixões is equipped with the most advanced port traffic management and safety systems.

The safety of navigation and loading and unloading of ships is an element in the differentiation of services provided to vessels and cargoes, with a Vessel Traffic System (VTS) and a Coordination and Security Centre which cover the wet and land areas of the port and its accesses and which are part of the Global Port Security Plan.

The use of modern communication techniques, supported by a philosophy of E-Port Community Systems, is one of the critical factors of success for the development of the port business, leading to the design of the Port Single Window.

It is also important to mention the Ship Coordination Centre which has an essential role in the planning of berths, manoeuvres and services to ships, security controls and monitoring and control of port operations.

The ecological and environmental component is another particularly important factor in the services provided, through the use of modern cargo handling equipment, pollution prevention, control equipment and quality management systems.

The constant commitment to improving the equipment used in the Port of Leixões translates into an offer of great efficiency and quality services. Worth mentioning is the permanent modernization of equipments by the concessionaires - with new mobile cranes (TCGL) and gantry cranes (TCL) - as well as the reinforcement of the APDL naval strength with the acquisition of two tugboats with 60 tons of traction power.

The tourism and environmental potential that Porto and the North Region represent, together with the other Atlantic port-maritime cities, favours the development of diversified and differentiated products relative to the offer of

other destinations and regions.

Another key factor for Leixões is its proximity to the Francisco Sá Carneiro International Airport, which, coupled with the available hotel capacity allows boosting the scope of the new Leixões Cruise Terminal as a turnaround port. “*Turnaround*” is the term used when a cruise commences or finishes at a destination.

In 2017, the Port of Leixões Cruise Terminal was elected the “Building of the Year 2017” by ArchDaily - the most viewed architecture site in the world. This award joins the remaining acknowledgments of the building designed by Luis Pedro Silva, including the title of ‘Best Port of the Year’, by the Seatrade Awards 2015, the distinction of ‘AZAwards’, prestigious Canadian competition that every year elects “the best” in the world of contemporary architecture and design, and the classification as ‘Best public project’ by the awards of Construir Magazine.

The quality of the services provided by the Douro, Leixões and Viana do Castelo Ports is a benchmark in the sector and in a period of only 6 months APDL has obtained two Quality Certifications. In October 2016, it extended its Quality Management System to all its services and business units (Leixões, Viana do Castelo and Inland Waterway do Douro) and, in April, obtained new Certification according to NP EN ISO 9001: 2015 for its entire scope of services, conferred by an internationally known and respected entity in the sector - Lloyd’s Register Quality Assurance.

Logistic Platform

The industrial density and the economic reality of businesses located on the outskirts of the Port of Leixões and the extent of its hinterland make this the largest port infrastructure in northern Portugal and a reference to the supply chains of the Atlantic coast of the Iberian Peninsula.

It is in this context that the Logistics Platform of the Port of Leixões emerges as one of the strategic investments promoted by APDL, whose genesis was born under the Portuguese Logistics Plan.

The Logistics Platform consists of two poles (Pole 1 and Pole 2) located in the port of Leixões - Matosinhos - with areas of 31 and 35 hectares and with a construction capacity of 92,700m² and 87,400m² of logistic warehouse area, respectively.

At Pole 1 (Gonçalves), adjacent to the agri-bulk silos and closer to the port area, the occupation is already at 50%, and now the final phase of installation of logistics warehouses. This pole provides a privileged location for second-line port activities (storage and unloading/consolidation of cargoes);

The Pole 2 (Gatões/Guifões) at the end of the VILPL (Internal Connection Road to the Port of Leixões), located next to the node with the Regional Internal Route (VRI), constitutes an excellent platform for both port traffic and logistics activities of consumption support in the Porto Metropolitan Area. In this pole, it is also planned the installation of the future Intermodal Railway Terminal associated with the Logistics Platform.

Given its location in relation to the main road access roads to the Metropolitan Area of Porto, the Platform already plays an important role in the logistics of Greater Porto, serving as the interface for capillary distribution. In addition, it is a platform in a unique geographic context that alone, the power, given the availability of the communication network of the sea-to-air triangle, ie sea, road/rail and air transport.

Douro Navigable Route

The Douro Inland Waterway with an extension of about 210 kilometres, between Foz do Douro and Barca D'Alva, is a means of transportation that connects the coast and the interior of Portugal as well as Spain.

The 125m difference between the Douro River close to the sea and Barca D'Alva is overcome by five locks.

The Portuguese section of the Douro River has an internationally renowned landscape and cultural features that have boosted tourism, particularly since World Heritage Site was awarded by UNESCO to the Historic Center of Porto (1996) and "*Alto Douro Vinhateiro*" (2001).

The Douro is the only Portuguese Inland Waterway included in the main TEN-T network and is the largest waterway in the Iberian Peninsula. Currently it is used for leisure activities, tourist maritime, recreational boating and nautical sports, as well as for transporting of goods on a small scale (mainly granite). The tourist activity predominates over all others, having registered a movement of about 1 million passengers.

One of the main investments of APDL is the '*Douro's Inland Waterway*', which represents an investment that intends to improve and promote its navigability conditions. The Douro's Inland Waterway 2020 project aims, in addition to strengthening regional growth, by helping to attract tourism flows and create a sustainable and clean transport alternative for local industry, to answer to the exponential increase in traffic that has occurred in recent years. It is important to strengthen the safety and communications system in order to ensure the minimization of accidents as well as the effectiveness of the emergency response.

APDL therefore aims to achieve complete and safe navigability in accordance with European standards and objectives, allowing freight companies and tourist companies, to increase their operation on the river 24 hours per day.

It is worth noting that the Douro, in addition to establishing the connection between the coast and the interior of the region, is still the bridge between the country and Europe, so the expectation of the success of this project is quite large.

The Port Of Viana Do Castelo

The port of Viana do Castelo was incorporated in the APDL in January 2015, with the objective of creating synergies for the integration of ports in a single organizational structure and incorporating the different experiences in the areas of operations and management of port infrastructures, enhancing the efficiency of the port. We strive for the best use of the available means and the increase of the operability and improvement of the services provided.

The commercial port of Viana do Castelo is installed on the left bank of the Lima River and has installed capacity to handle more than 1,000,000 tons of cargo per year. It is accessible to ships up to 8 meters in draft and 180 meters in length and presents excellent conditions of maritime accessibility, calmness and shelter inside the port, and a open and safe entrance in the bar.

Focused on the movement of various types of cargo, the current port traffic structure is predominantly composed of break bulk and solid bulk cargoes. In recent years, the port has been called by a cruise line, proving its capacity and potential to meet the demands of this tourism segment.

On the south bank, the Commercial Port has an area of 5.5 hectares of landfills and facilities with a covered area of 7,000m² for warehousing.

The dock on the north bank is served by an embankment to support loading/unloading operations with an area of 3,000m².

In the right margin of the river Lima are the shipyards dedicated to the construction and the reconversion of boats, which are currently operated by the company WestSea.

In summary, APDL, in its many capacities, including the Port of Leixões, the Logistics Platform, the Port of Viana do Castelo and the Inland Waterway of Douro, represents a sea of potentialities in the socioeconomic development of the northern region of Portugal. The APDL keeps open doors to the world and is always looking to the future and will continue to support the region in the constant improvement of this open, externally oriented economy with demonstrated ability to generate wealth in a sustainable way.

**Serviços financeiros, estímulo
e cooperação entre a China
e os países de língua portuguesa**
促進中國與葡語系國家之間的融資服務及合作

Luís Rego

Diretor – Direção Internacional de Negócio

國際商貿部主管



Caixa Geral de Depósitos
葡萄牙儲蓄信貸銀行 (葡儲)

Caixa Geral de Depósitos

O seu parceiro financeiro na internacionalização

葡萄牙儲蓄信貸銀行
您邁向國際的金融合作夥伴

ÍNDICE

1.	A INTERNACIONALIZAÇÃO NO ADN DA CAIXA 葡萄牙储蓄信贷银行的遗传基因 (ADN) – 国际化	195
2.	MACAU – A PLATAFORMA ENTRE A CHINA E A LUSOFONIA 澳门 – 中国与葡语国家间的平台	199
3.	APOIO À DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS: INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DA CAIXA 支持市场多样化: 葡萄牙储蓄信贷银行的具体实际行动	207
	CONCLUSÕES 总结	209

1. A INTERNACIONALIZAÇÃO NO ADN DA CAIXA

葡萄牙储蓄信贷银行的遗传基因(ADN) – 国际化

De Portugal, para a Europa, para o Mundo

从葡萄牙, 到欧洲, 到世界



4 Alavancas estratégicas da atuação internacional Da Caixa

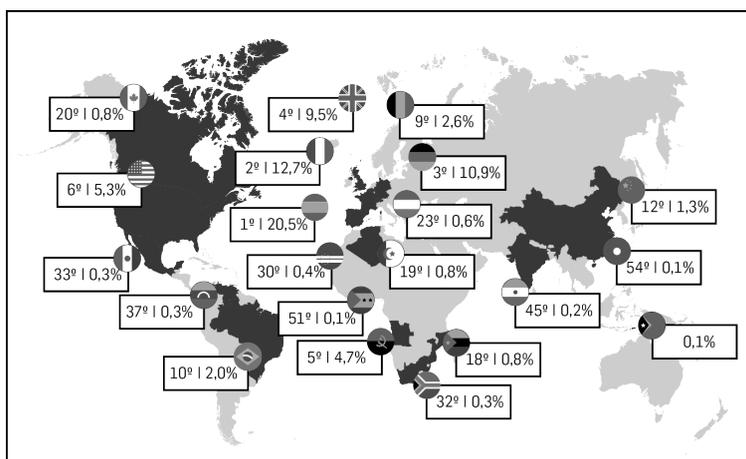
葡萄牙储蓄信贷银行在国际业务中的4项主要策略:

Apoiar a internacionalização de empresas
Especialista na conexão de negócios e de empresas dos mercados: Ibérico <> África ANSAMO <> China/Macau <> Brasil
Manter uma forte presença em países de língua portuguesa
Servir as empresas no desenvolvimento dos negócios entre os países em que a Caixa está presente
支持企业国际化“走出去”
致力地为各地企业建立联系，搭建紧密业务桥梁： 伊比利亚 <> 非洲(安哥拉、南非、莫桑比及) <> 中国/澳门 <> 巴西
贯彻始终地在葡语系国家保持强大网络
服务葡萄牙储蓄信贷银行所在国家的企业

Os 23 mercados em que a Caixa está presente representam 76% das exportações portuguesas
Peso das exportações portuguesas de bens e serviços (mercados Caixa), 2015

葡萄牙储蓄信贷银行在国际业务中的4项主要策略

葡萄牙商品和服务出口比重(信贷银行市场), 2015



Fontes: INE e BdP 来源:INE和Bdp

Fig. 1

A Caixa é líder em 5 dos 7 países de língua portuguesa em que está presente
 在七个葡语国家中，葡萄牙储蓄信贷银行为其中五个国家的业界领导者。

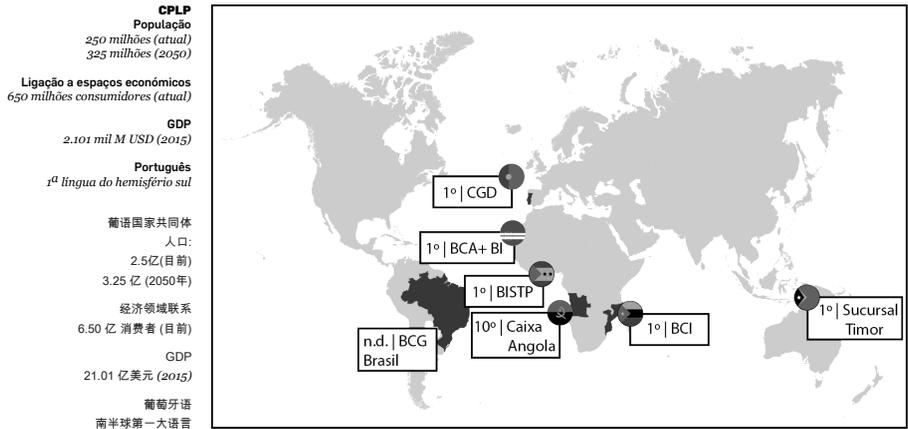


Fig. 2

A Caixa é especialista na conexão de negócios entre 4 regiões
 葡萄牙储蓄信贷银行专业致力于4大区域的贸易往来

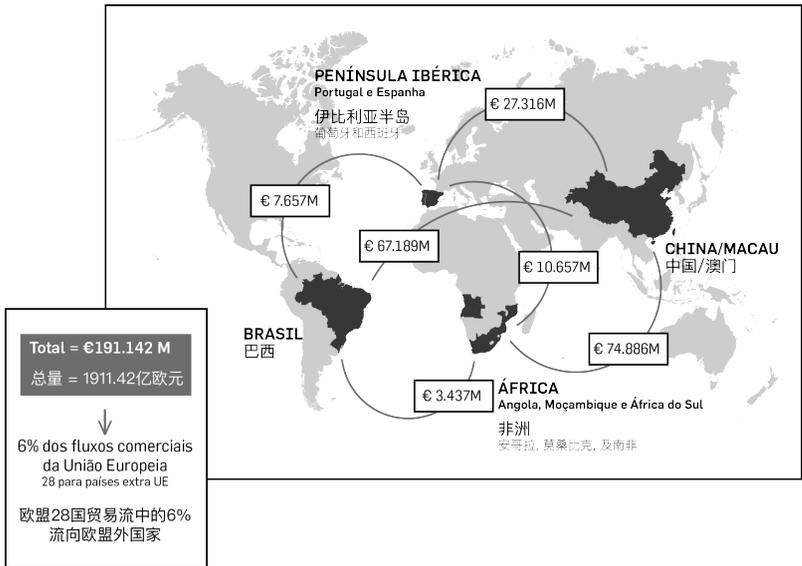


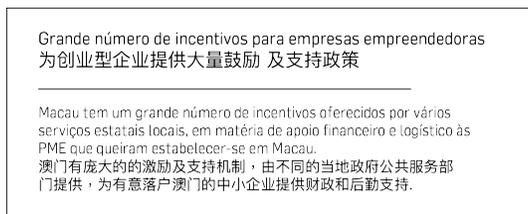
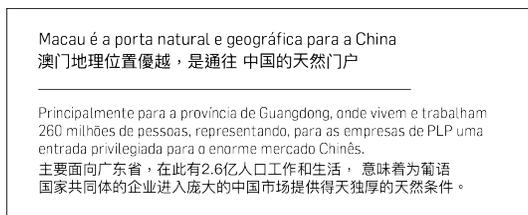
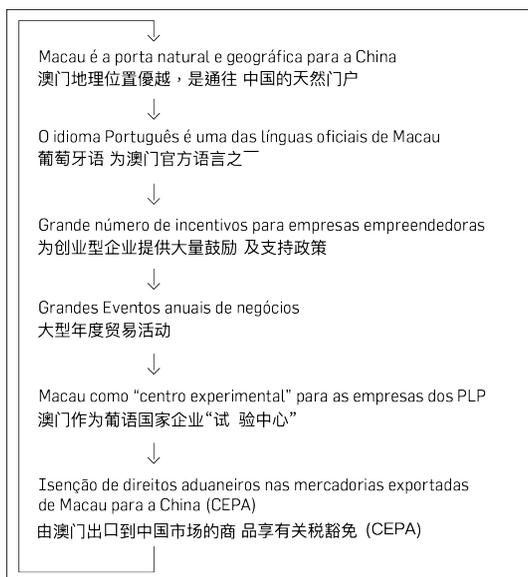
Fig. 3

2. MACAU – A PLATAFORMA ENTRE A CHINA E A LUSOFONIA

澳门 – 中国与葡语国家间的平台

Principais vantagens como plataforma

作为平台的主要优势



O idioma Português é uma das línguas oficiais de Macau
葡萄牙语为澳门官方语言

Favorecendo as empresas dos PLP que pretendem estabelecer os seus negócios na região ou obter informações muito úteis para expandir os seus negócios para a China Continental;

Todos os serviços públicos que fornecem estas informações às empresas têm funcionários bilingües.

对有意在华开拓业务，或想获得相关信息之葡语国家企业有利所有向企业提供信息的公共服务部门均有双语工作人员

Grande número de incentivos para empresas empreendedoras
为创业型企业提供大量鼓励 及支持政策

Macau tem um grande número de incentivos oferecidos por vários serviços estatais locais, em matéria de apoio financeiro e logístico às PME que queiram estabelecer-se em Macau.

澳门有庞大的的激励及支持机制，由不同的当地政府公共服务部门提供，为有意落户澳门的中小企业提供财政和后勤支持。

Grandes Eventos anuais de negócios
大型年度贸易活动

Grandes e diversificados eventos de negócios, como a MIF- Macau Trade Investment Fair, com a presença de empresas dos PLP (Brasil, Angola e Portugal) sendo a oportunidade certa para:

- as empresas encontrarem parcerias entre as empresas chinesas;
- bem como agarrar as oportunidades que se criam em termos de cooperação, comércio e investimento na China.

大型且多样化的贸易活动，如 MIF- 澳门投资贸易博览会，获得 葡语国家企业的广泛参与(巴西，安哥拉，葡萄牙)为以下活动提 供合适的机会:

- 葡语国家企业与中国企业建立贸易伙伴关系;
- 把握在华开展合作、商贸和投资活动的机会。

Macau como "centro experimental" para as empresas dos PLP
澳门作为葡语国家企业“试 验中心”

As empresas dos PLP têm utilizado Macau como um "centro experimental" de preparação e adaptação ao dos seus produtos e forma de negociação antes de passar para o enorme mercado chinês, através de parcerias, alianças estratégicas com empresas bem estabelecidas no Delta do Rio das Pérolas.

葡语国家企业利用澳门作为“试验中心”，通过与已在珠三角落户的企业建立战略联盟和伙伴关系，在进入庞大的中国 市场之前，对其产品和贸易模式做出调整和准备。

Isenção de direitos aduaneiros nas mercadorias exportadas de Macau para a China (CEPA)
由澳门出口到中国市场的商品享有关税豁免(CEPA)

Este acordo assinado entre o Governo Chinês e o Governo Macaense, estabelece essencialmente que uma companhia que produza os seus produtos em Macau pode exportar para o mercado chinês com isenção de direitos aduaneiros.

中央政府与澳门特区政府签署的此项协议规定，对于在澳门生产商品并将其出口到中国的企业给予免关税待遇。

BNU - Macau

大西洋银行 – 澳门

O BNU Macau iniciou atividade em 1902 sendo o primeiro banco comercial em Macau. É o banco emissor de moeda no país. Ocupa o 4o lugar no ranking por ativos. Abrirá brevemente uma sucursal na China, Ilha de Hengqin.

Rede Local:
18 Agências;
172 ATM;
7.788 POS;
471 Empregados

Clientes:
>213.000

Banco universal e de emissão da moeda local em conjunto com o Banco da China desde 1999. Oferece uma vasta gama de produtos e serviços para a banca de retalho e corporativo.

ATIVOS TOTAIS:
€ 7,391 M

RESULTADO LÍQUIDO:
€ 59 M

COST TO INCOME:
33.2%

ROE:
10.73%

ROA:
0.80%

澳门大西洋银行为澳门第一个商业银行,于1902年投入运营。是当地的发钞银行,在资产排名中全澳位列第4位。廣東自貿區橫琴分行現正積極籌備中。

当地网络:
18 代表处;
172 ATM;
7.788 POS;
471 名职员

客户总量:
>213.000

自1999年起与中国银行一同发行当地货币的全能银行。为零售银行和企业提供广泛的产品和服务。

总资产:
73.9 亿欧元

净收益:
5900万欧元

支出收入比:
33.2%

股本回报率:
10.73%

资产收益率:
0.80%

Vantagens competitivas
竞争优势

Renminbi
人民币

Oferta em CNY para clientes locais e em CNH para entidades não-residentes.
针对本地客户的CNY服务和以及针对非本地实体的CNH服务。

Trade Finance
贸易融资

Player incontornável no apoio ao comércio internacional com a China e a Índia bem como com outros mercados lusófonos, designadamente Moçambique, Angola e Brasil.
促进与中国、印度以及其他葡语国家市场(即莫桑比克、安哥拉、和巴西)的国际贸易的重要桥梁。

Protocolo BNU e BOC
大西洋银行和中國銀行协议

O BNU firmou um acordo de cooperação com o Bank of China (BOC) com vista à promoção dos negócios entre a China e os Países de Língua Portuguesa.
大西洋银行与中国银行缔结一项协议，旨在促进中国与葡语系国家企业间的商业合作。

O BNU lançou o serviço em RMB em 2009. Em 2015, assinou o acordo de cooperação com o Banco da China de forma a melhorar o apoio empresarial e a expansão do serviço.

葡儲跟大西洋可以支持您的业务 - 中国/安哥拉/葡萄牙融资案例

BNU Serviços em RMB

大西洋 在人民币业务

RMB On-shore

在岸人民币

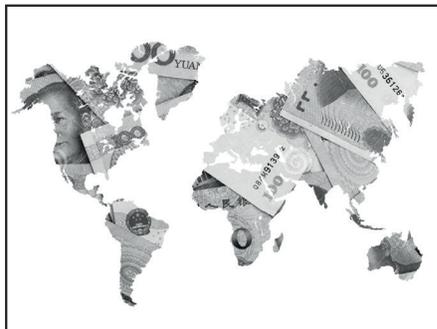


Banco a operar em RMB para residentes, desde a abertura de contas, constituição de depósitos a prazo, entre outros

银行为居民在户口和定期存款开户办理人民币业务

RMB Off-shore

离岸人民币



Disponibilização do serviço de RMB Cross-Border entre as várias Unidades Exteriores do Grupo Caixa

提供人民币业务给跨境在葡储银行系内

Facilitando aos clientes empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos serviços de transferências de remessas em CNH

葡储跟大西洋可以支持您的业务 -中国/安哥拉/葡萄牙融资案例

BNU Serviços em RMB 大西洋	
Serviço a clientes empresa importadoras e exportadoras, para a China 提供服务给出入口企业	Depósitos em CNH 离岸人民币存款
Pagamentos a fornecedores na China para operações de importação pelos PLP 付款给在中国的供应商提供在葡语系国家进口的操作	Facturação/Pagamentos a empresas estabelecidas, simultaneamente nos PLP e em Macau/China 同时计费/支付或成立的公司，不论在葡语系国家和澳门/中国

Como a CGD / BNU pode apoiar o seu negócio 葡储跟大西洋如何支持您的业务



Como a CGD / BNU pode apoiar o seu negócio
葡储跟大西洋如何支持您的业务

A CGD / BNU apoia a internacionalização das empresas dos PLP, oferecendo soluções adaptadas às diferentes necessidades destas empresas
离岸人民币存款



Focando o negócio no financiamento do comércio e suportando as empresas (incluindo facilidades de crédito) nos seus negócios, incluindo as empresas com negócios com os PLP
我们专注于贸易融资及提供企业不同的银行需要



Ajudando a encontrar parceiros comerciais estabelecidos nos PLP
助您在葡语系国家中找到合适的商业伙伴



Suportando e financiando as empresas que queiram estabelecer-se no estrangeiro
为您到外地投资提供协助及融资方案



Gerindo o risco de negócio: Político, transferência de fundos e risco comercial – Cartas de crédito confirmadas pela CGD – Lisboa
由里斯本葡储保兑信用证，助您降低贸易风险

3. APOIO À DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS: INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DA CAIXA

支持市场多样化: 葡萄牙储蓄信贷银行的具体实际行动

A oferta do grupo CGD - Soluções China

葡储集团投标- 中国方案

Internacionalizar Requer 国际业务需要	Soluções China 中国方案
Exportar com Segurança 有信心地出口	Créditos documentários e remessas de exportação 跟单信用证和 出口寄售 Transferências Internacionais 国际转让 Factoring Internacional 保付代理 Seguros 保险
Importar com Confiança 有信心地进口	Créditos documentários e remessas de importação Documentárias 跟单信用证和进口寄售证 Transferências Internacionais 国际转让 Confirming Internacional 国际认证
Financiar projetos de Investimento na China 资助在华投资项目	Crédito MLP 中長期信贷 Linhas Especiais PME 中小企业特别额度 Linha de Crédito Capitalizar 信贷额度 Capital de risco 风险资本
Antecipar Receitas de Exportação (Apoio à Tesouraria) 出口应收账款(贴现)	Adiantamentos de créditos documentários e remessas 跟单信用证的跟进及寄售 Factoring Internacional 保付代理 CréditosCP CP信贷
Aconselhamento sobre abordagem ao Mercado 为进入市场提供建议	Apoio Especializado nos mercados do Grupo CGD CGD市场专业支持 Equipas Especialistas em Negócio Internacional 国际贸易专家团队
Obter financiamentos para os meus clientes importadores 为重要客户融资	Créditos ao Importador (bens e serviços de origem portuguesa) com cobertura COSEC 进口信贷(葡萄牙商品和服务)COSEC兑现 Financiamentos locais 地方融资
Financiamento das filiais locais da minha empresa 为企业各地分支机构融资	Aberturas de conta em moeda local e estrangeira 本外币开户 Oferta RMB 人民币业务 Soluções de financiamentos CP e MLP junto do BNU Macau 澳门大西洋银行及CP、中長期融资解决方案
Cobertura de Risco Cambial 货币对冲	Produtos de cobertura do risco associado à variação das taxas de câmbio e de juro 与汇率变化和利率相关的避险产品 Plataforma de negociação cambial on-line (CGD) 在线外汇交易平台(CGD)
Acompanhamento On-Line de Operações (Nacionais e/ou Internacionais) 线上操作监控 (国内和/或国际)	Caixa Direta Empresas (Portugal) 现货直销业务(葡萄牙) BNU On-Line Banking (Macau) 大西洋银行网上银行(澳门)

CONCLUSÕES

总结

Várias razões para escolher o grupo CGD / BNU como o parceiro ideal para o seu negócio.

葡储跟大西洋可以支持您的业务 - 中国/安哥拉/葡萄牙融资案例

Banco universal e primeiro no sector financeiro português
全球性银行以及最大的葡语系金融集团

Único banco do mundo presente em 7 países
de língua portuguesa (líder em 5)
世界上唯一存在于七个葡语国家的银行(在其中五国为业界领导者)

O grupo CGD tem uma plataforma bastante forte em 4 continentes através de 23 países – ligando os fluxos crescentes de comércio, aumentando a contribuição do crescimento rápido das operações internacionais no Brasil, África (Angola, Moçambique e África do Sul) e Macau / Sul da China
透过葡储集团於4大洲23国的网络，连结巴西，安哥拉，莫桑比克，南非 以及中国澳门等发展迅速的地域

Forte ligação internacional sendo líder em diversos países africanos de língua oficial portuguesa
非洲葡语系国家中最具国际性的品牌

Presença no Brasil bem como em outros importantes parceiros comerciais da China como África do Sul, Espanha e França
於巴西及其他中国的重要贸易伙伴如南非，西班牙及法国都设有网点

Presença em Macau há 114 anos e na China Continental há mais de 20 anos
於1902年至今已服务澳门114年，并于国内经营超过20年

Forte compromisso no desenvolvimento das relações entre a China e os PLP
中国和葡语系国家发展的坚定承诺

